

GRANDES CIVILIZAÇÕES DESAPARECIDAS

PHILIPPE
AZIZ

OS IMPÉRIOS
NEGROS
DA IDADE
MÉDIA



EDITIONS FERNI

© *Editions Famot, Genève, 1977*
© *Otto Pierre Editores, 1978*
Caixa Postal 800
20.000 Rio de Janeiro — RJ.

"Existiu uma brilhante civilização negra, bem antes daquela dos mais antigos povos do Oriente de que nos fala a história. Em resumo, fatos de ordens diversas que são relacionados impulsivamente a esta ou aquela influência oriental ou ocidental talvez sejam apenas vestígios dessa antiga civilização."

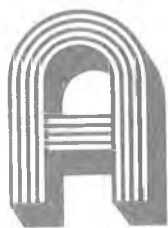
Charles Monteil
Carta a Louis Vignon
(30 de outubro de 1917)

PRIMEIRA PARTE

As origens da história africana

"Desconfiemos daqueles que nos redigem narrativas bem ordenadas dos tempos remotos (...) Estes pecam pelo gosto detestável de querer, por força, tornar claro o que é confuso (...) A história dos homens e dos países antigos parece uma roupa cheia de furos e cada orifício representa as coisas que ignoramos. De que serve, afinal, ostentar um saber que dá a impressão de que o narrador conhece tudo, ao passo que o leitor pouco sabe?"

Ibn Khaldun
Mugaddima



A história dos reinados e impérios negros da África admite, ainda hoje, muitos pontos obscuros e muitas lacunas. A vida e depois a morte deste ou daquele reino, o esplendor e depois a queda brutal deste ou daquele império, nos são em grande parte desconhecidos. Há muitas razões para isso. Os Estados africanos que existiram durante a Idade Média deixaram apenas arquivos raros, incompletos e, freqüentemente, incompreensíveis. E a maior parte desses Estados não dispunha de arquivo algum. As outras fontes, sejam escritas ou orais, são freqüente-

mente imprecisas, até incoerentes, e é preciso constantemente interpretá-las e retificá-las. “A história da África medieval”, escreve o grande arqueólogo Henri Lhote, “é cheia de ambigüidade, de incertezas, de dúvidas. Só as futuras descobertas da arqueologia nos permitirão, talvez, preencher as lacunas consideráveis dessa história.”

Secretário no manicômio em Fez

Vejamos as fontes de que dispomos: a célebre *Descrição da África*, de Jean-Léon, o Africano, que foi recentemente reeditada e cuidadosamente anotada por A. Epaulard, Th. Monod, H. Lhote e R. Mauny (Adrien Maisonneuve, Paris, 1956). Jean-Léon, o Africano, chama-se, na verdade, El-Hasan ben Mohamed el-Wazzan ez-Zayyati. É um espanhol muçulmano, diz-nos seu biógrafo Louis Massignon, nascido em Granada no fim do século XV, entre 1489 e 1495. Depois da tomada dessa cidade, último baluarte do islã espanhol, pelos reis católicos, em janeiro de 1492, e da expulsão dos muçulmanos contrários ao novo poder, a família de El-Hasan se refugia em Fez.

Quando criança estuda primeiramente numa escola corânica, uma das célebres *medersa* de Fez, depois na não menos célebre Universidade Teológica da cidade: a Univer-

cidade Karauiyne. Durante dois anos, ocupa o lugar de secretário no hospital de loucos de Fez. Esta atividade parece permitir-lhe muitas oportunidades. El-Hasan percorre o Marrocos, visita os cemitérios, transcreve os epitáfios de alguns túmulos, formando uma coleção que ele oferece ao irmão do sultão.

Todavia ele não se contenta em percorrer o Marrocos: vai para o estrangeiro, começando por Constantinopla, e depois para o Oriente Próximo. Não obstante sua pouca idade, El-Hasan é um viajante atento, que anota tudo e que vê e ouve com uma notável perspicácia. Com 17 anos, vai a Tombuctu com seu tio, embaixador do sultão marroquino junto ao áskia Mohammed Turi, o grande soberano sudanês que teremos ocasião de evocar.

Encontro com o corsário Barbarroxa

Alguns anos mais tarde, El-Hasan empreende uma segunda viagem em direção ao “País dos Negros”. É um longo périplo que o leva de Tombuctu ao Egito, passando pela região dos felatas e os reinos de Gaoga, a oeste e a leste de Tchad. El-Hasan não explica claramente as razões deste grande circuito através da África Negra e Branca. Aparentemente ele estava em missão política ou comercial.

Em agosto de 1515 El-Hasan deixa no-

vamente Fez, desta vez seguindo para o Oriente. Conhecemos com precisão algumas etapas desta viagem. Primeiramente nós o vemos em Tlemcen, onde ele encontra o sultão Abu Abdallah Mohammed, em seguida em Alger e depois em Bugie: é aí que ele tem vários encontros com o célebre corsário barbaresco Aruj, o mais velho dos dois irmãos Barbarroxa. De Bugie, El-Hasan vai a Túnis, depois ao sul da Tunísia, onde ele visita principalmente Galsa e Gabés.

Batizado pelo próprio Papa

Depois de ter assim atravessado a África do Norte, de oeste a leste, El-Hasan embarca para o Oriente. Ignoramos o porto de onde ele partiu e a duração de sua permanência no Oriente. Porém o encontramos no Egito, em Roseta, em junho de 1517. De lá, nosso viajante, como bom muçulmano, vai a Meca para a peregrinação que todo crente em Alá deve realizar uma vez na vida. Em seguida, El-Hasan decide voltar ao Marrocos por mar. Seu navio faz escala em Djerbah, no fim do ano de 1518. Aí ele é capturado, com outros viajantes, pelo corsário siciliano, Pietro Bava-dighia, e levado para a Itália⁽¹⁾. El-Hasan é

(1) *Aventura inversa acontecerá um pouco mais tarde a um excelente geógrafo e historiador espanhol, Luís de Marmol y Carva-*

oferecido como presente ao Papa Leão X, que o catequiza através de três bispos no Castelo de Santo Ângelo, onde o jovem muçulmano fica enclausurado durante um ano. Em 6 de janeiro de 1520, El-Hasan é batizado pela própria mão do Papa, na Basílica de São Pedro, em Roma, com o nome de Johannes-Leo de Médicis. Ele próprio adota depois o nome de Jean-Léon, o Granadino. Mas a posteridade apenas guardará Jean-Léon, o Africano.

Segundo Louis Massignon, Jean-Léon, o Africano, ensinou árabe na famosa Universidade de Bolonha, mãe das universidades européias, e freqüentou os mais ilustres artistas e escritores da Itália. Ele começou a redigir em italiano sua *Descrição da África*, com a idade de 40 anos, por volta de 1525. Parece que também planejou escrever uma descrição da Europa e em seguida da Ásia, mas este projeto não foi levado adiante. Madame Ângela Codazzi, professora de História da Geografia, em Milão, que se consagra há muitos anos a estudar a vida e a obra de Jean-Léon, o Africano, nos diz que ele morreu em Roma, em 1550, deixando, além de sua *Descrição da África*, vários textos, entre os quais uma gramá-

gal, também granadino, que caiu prisioneiro dos barbarescos na África do Norte. Vindo a ser escravo de seus captores, ele teve ocasião de visitar com eles, durante 22 anos, quase toda a África Setentrional. Esboçou uma *Descrição Geral da África*, publicada em Granada em 1573, cujas preciosas indicações completam as dadas por Léon, o Africano.

tica e uma retórica árabes, como também crônicas tratando da História da Espanha muçulmana no século XII. A maior parte desses textos foi perdida.

Uma imparcialidade exemplar

Durante três séculos, a *Descrição da África* constituirá uma fonte essencial para o conhecimento do continente negro. Ela é então um documento geográfico de base, sobretudo para os cartógrafos, que parecem tê-la utilizado desde a primeira publicação, em 1529.

A obra de Jean-Léon, o Africano, surpreende ainda pela exatidão de certos detalhes, o cuidado — muito moderno — de fornecer sobre os países visitados um grande número de informações concernentes aos costumes, às instituições, às atividades econômicas e mesmo à demografia. No decorrer de sua narração, o autor da *Descrição da África* mostra, além disso, uma admirável imparcialidade: os méritos e os defeitos desta ou daquela raça africana são considerados equitativamente. “Não oculto”, escreve ele, “que tenho uma certa vergonha ao revelar as taras dos africanos. Com efeito, a África foi minha nutriz; aí eu cresci e passei a mais bela e a maior parte de minha existência. Entretanto,

terei junto a todos a desculpa de minha função de historiador, a qual tem de dizer, sem deferências, a verdade dos fatos sem pretender agradar a quem quer que seja. É por esta razão que sou totalmente obrigado a escrever o que escrevo, desde que não quero afastar-me nem um pouco da verdade, sem recorrer aos ornamentos do estilo e aos artifícios da linguagem.”

**“Irmão, como amigo,
tu me tratas bem mal!”**

Para ilustrar seu propósito, Jean-Léon, o Africano, relata esta anedota: “Conta-se que, em meu país, um rapaz de baixa condição e de vida detestável foi preso por um pequeno furto e condenado a ser açoitado. Quando chegou o dia em que ele devia sofrer seu castigo, e o apresentaram aos encarregados da execução da justiça, ele percebeu que o carrasco era um dos seus amigos. Ficou convencido que este teria mais condescendência para com ele que para com os outros. Mas pelo contrário, para começar, o carrasco o açoitou com um golpe cruelmente enérgico. O pobre colega, magoado, pôs-se a gritar: ‘Irmão, como amigo, tu me tratas bem mal!’ Então, o carrasco, dando-lhe um segundo golpe ainda mais violento, respondeu: ‘Camarada, é

preciso que eu faça meu serviço como devo fazê-lo. Não se trata aqui de amizade.' E continuou infligindo-lhe exatamente o número de golpes que o juiz havia fixado."

O autor da *Descrição da África* quer também "fazer seu serviço". Ele acrescenta: "Eu teria sido digno de reprovação se tivesse silenciado os vícios africanos. Alguns acreditariam que eu teria agido dessa maneira porque eu mesmo tinha uma boa parte desses vícios e que, por outro lado, eu seria desprovido das qualidades que os outros têm." Entretanto, Jean-Léon, o Africano, estabelece, a respeito das populações da África, a regra de, "entre as coisas que as deslustrem, relatar apenas aquelas do conhecimento público e as mais evidentes aos olhos de cada um".

Os erros de detalhes

Não obstante, se a obra de Jean-Léon, o Africano, possui altas qualidades e fornece freqüentemente informações preciosas sobre a África no começo do século XVI, ela contém numerosas inexatidões e uma quantidade de erros patentes. Há muitas razões para isto. O autor escreve de memória, e a sua, como toda memória humana, não é infalível. Além disso, Jean-Léon, o Africano, consultou, como ele próprio confessou, as narrativas dos viajantes

que o precederam, principalmente os viajantes árabes, e retomou por conta própria algumas narrações, sem ter tido a possibilidade e nem mesmo o cuidado de verificá-las.

Todavia estes erros, referentes a certos detalhes, não poderiam desmerecer a fundo a *Descrição da África*, obra notável, de muito respeito e que permanece como um dos testemunhos mais vivos de certos reinos africanos da Idade Média.

As pilhagens do rei do Bornu

Entre estes reinos, o autor visitou o de Bornu, situado na margem sudoeste do lago Tchad.

“Esta província”, escreve ele, “é comandada por um poderoso senhor originário dos Bardaoa, povo da Líbia⁽²⁾. Ele tem cerca de três mil cavaleiros e tantos peões quantos queira porque todo o povo está a seu serviço. Ele o leva onde lhe agrada, não exigindo outro imposto que o dízimo dos produtos da terra. Este rei tem apenas como renda o que lhe proporciona o saque e a violência aos seus vizinhos que são seus inimigos. Eles habitam além do deserto e são em número infinito.

(2) Léon, o Africano, errou: trata-se, na verdade, dos negros nômades teda ou tubu, do Tibesti, inimigos hereditários dos tuaregues, que são berberes nômades.

Antigamente atravessavam o deserto a pé e devastavam todo o reino de Bornu. Mas o rei atual deste país fez vir mercadores berberes para trazerem-lhe cavalos que trocavam por escravos à razão de um por quinze a vinte. Com estes cavalos, ele montava uma expedição contra o inimigo e fazia os mercadores esperarem até sua volta. Estes passavam, algumas vezes, dois ou três meses esperando e, durante este tempo, viviam às próprias custas. Quando o rei voltava de sua expedição, trazia, às vezes, escravos suficientes para pagar os mercadores, mas de outras, os mercadores eram obrigados a esperar até o ano seguinte porque o rei não tinha escravos suficientes para pagar-lhes, e só se pode fazer, sem riscos, uma expedição como esta uma vez por ano.

Quando eu fui a este reino, encontrei vários mercadores desesperados, que queriam cessar este comércio e nunca mais voltar, pois há um ano esperavam ser pagos. Entretanto, o rei faz ostentação de sua riqueza e do imenso tesouro que possui. Vi todo o arreio de seus cavalos, estribos, esporas, rédeas, freios, tudo inteiramente em ouro. As gamelas, os vasos dos quais se serve para comer e beber, são também a maior parte em ouro. As correntes, mesmo as dos cães do rei, são todas no mais fino ouro. Todavia, como acaba de ser dito, este homem é muito avaro

e paga com mais gosto em escravos que em ouro.”

O périplo de Ibn Battuta: 120.000 quilômetros em 30 anos

Dentre os autores árabes cujas obras Jean-Léon, o Africano, consultou, Idrissi, Ibn Kawkal, El-Bekri consagraram à África narrações interessantes, mas que freqüentemente não inspiram confiança, pois alguns entre eles nunca puseram os pés nos países que descrevem.

Dois séculos antes de Jean-Léon, o Africano, um autor árabe visitou realmente a África Negra, sobretudo o Mali: Ibn Battuta. Disponemos assim de um testemunho em primeira mão sobre este país, onde Ibn Battuta residiu durante oito meses, de junho de 1352 a fevereiro de 1353.

Cognominado alternativamente o “Viajante dos Árabes” (*musafir al-Arab*), o “Viajante do Século” (*musafir al-asr*), o “Geógrafo do Islã”, Mohammed ben Abdallah ben Ibrahim ben Yussuf al-Lawati, chamado Ibn Battuta, nasceu em Tânger, Marrocos, em 1304. Com a idade de vinte e um anos, ele empreende uma interminável viagem: durante trinta anos (1325-1353) visita não somente todo o mundo muçulmano de seu tempo, mas também a Ín-

dia, a China e o Ceilão. Segundo Sir Hamilton Gibb, que reconstituiu este extraordinário périplo, Ibn Battuta percorreu 120.000 quilômetros. Uma cifra seguramente excepcional para a época!

Ibn Battuta é um autor digno de fé?

Na recente edição árabe (1974) da obra de Ibn Battuta, realizada sob a direção do eminente historiador Samir Jaoudah⁽³⁾, professor na Universidade do Cairo, este se pergunta se Ibn Battuta é um autor digno de fé. É certo que os itinerários e a cronologia de Ibn Battuta, como os de Jean-Léon, o Africano, criam alguns problemas.

No longo e notável prefácio, o professor Jaoudah conclui que, se as datas ou itinerários podem ser falsos ou incorretos em Ibn Battuta, o conjunto de fatos em si é digno de fé. “Faço reservas”, precisa ele, “à *memória* do nosso autor mas não à sua *veracidade*, mesmo quando percebo que em algumas ocasiões ele conta apenas por ouvir dizer ou reconstrói itinerários imaginários... Na realidade, não há por que admirar-me de ver nosso marroquino, de volta à terra natal depois de

(3) O professor Jaoudah teve a gentileza de enviar-nos um exemplar desta edição. Aproveitamos a oportunidade para agradecer-lhe penhorados.

certos anos de ausência, misturar as estações e, sobretudo, confundir as lembranças do que ele viu no decorrer da viagem com o que lhe aconteceu noutra ocasião. Assim, sua descrição do império sudanês, que é, por certo, não só preciosa como também um bom panorama histórico e geográfico do Mali no meio do século XIV, é manchada de erros que é preciso corrigir" (tradução original do autor).

A ânsia de lucro

Feitas estas reservas, o professor Jaoudah observa que o testemunho de Ibn Battuta é sempre útil, às vezes insubstituível, sobretudo quando se trata dos reinos africanos da Idade Média. Contrariamente a muitos outros autores, Ibn Battuta conheceu seus reis, seus usos, suas instituições; visitou suas cidades, freqüentou seus habitantes; participou dos seus festejos e de seus lutos. Como o pombo de La Fontaine, ele podia dizer: "Eu estava lá, tal coisa me aconteceu." O que já é muita coisa.

Parece que Ibn Battuta dirigiu-se a Mali na esperança de adquirir, como ele próprio confessa com louvável franqueza, "uma massa importante de ouro suscetível de assegurar-lhe um fim de vida resguardado das incertezas do futuro". A mesma razão o havia

levado, alguns anos antes, a dirigir-se à Índia e aproximar-se do sultão Mohammed Shah, cuja generosidade era proverbial. Mas Ibn Battuta não conseguiu “fazer fortuna” na Índia. Descrevendo seus infortúnios, nosso autor reconhece que “a ânsia de lucro o perdeu” e pede a Alá, o Todo-Poderoso, que lhe “tire para sempre o desejo frenético do ouro e das riquezas, que perturba nosso julgamento e nos leva aos piores excessos”.

Expulso da Índia pelo sultão, Ibn Battuta volta ao Marrocos para “guardar seu bastão de peregrino e consagrar-se à oração e ao estudo do Corão”. Infelizmente estas boas disposições não duram muito tempo. Levado de novo pela “ânsia do lucro”, persistindo no intento de fazer fortuna mais facilmente no Sudão “onde basta inclinar-se para apanhar ouro a mancheias, tal era a fartura naquele país deste mineral que faz andar à roda a cabeça dos mais avisados”, Ibn Battuta não hesita uma última vez em retomar seu bastão de peregrino e voltar a correr os maiores riscos, atravessando o Saara para ir a este império de Mali cheio de riquezas fabulosas.

A misteriosa capital de Mali

Se o infeliz Ibn Battuta não tira desta nova e perigosa viagem senão uma “imensa

decepção, justa punição daquele que preferiu cegamente as riquezas terrestres às felicidades e às alegrias puras do Além", por outro lado a história de Mali enriquece-se com um testemunho exemplar. 27

Percorrendo o país em todos os sentidos, Ibn Battuta observa e descreve o terreno, o clima, as cidades e especifica cuidadosamente as distâncias que separam este ou aquele ponto de outros. Ele indica estas distâncias em *farsakh* (do persa *fersang*), medida que equivale aproximadamente a seis quilômetros, aos invés de em termos de jornadas de estrada ou etapas (*marhala*), como o faz a maioria dos autores árabes. Se bem que seja difícil traçar um mapa exato dos itinerários do viajante, sua contribuição à geografia é, pois, bastante útil; além disso, seu subsídio à toponímia é muito precioso. Com efeito, não contente em relacionar da melhor maneira possível os nomes dos lugares, esforça-se em, sempre que pode, dar-lhes o sentido em árabe. Às vezes, bem entendido, as identificações são difíceis e algumas permanecem conjecturais; quanto à capital de Mali, por exemplo, Ibn Battuta não dá o nome nem a localização exata.

Todavia, não censuremos esta lacuna em Battuta porque, ainda hoje, apesar de todos os progressos da arqueologia, continua-se sem saber de maneira precisa onde

se situava esta capital e como ela se chamava⁽⁴⁾.

Ibn Battuta verbera os doutores do Islã

Contudo, ao lado destas lacunas, quantas informações judiciosas e esclarecedoras! Concernente ao império sudanês, Ibn Battuta nos descreve com leves pinceladas, sem complacência e sem negligenciar detalhe algum, os costumes do país, os artifícios dos exorcistas e dos mágicos, a sobrevivência da religião animista apesar do triunfo do Islã. Ele não hesita em colocar no pelourinho cadis (juízes), xeques (autoridades) e ulemás (doutores da lei) mais atentos em “explorar o povo do que em propalar a fé, ávidos de riquezas e de presentes, ciosos de aumentar seus domínios e o número de seus escravos, prontos a tirar mil vantagens de sua posição privilegiada. O islã sudanês”, conclui Ibn Battuta, “é antes uma ‘fachada’ que uma realidade”.

Porém, é sem dúvida no domínio das instituições e das técnicas, da vida econômica e social, da civilização, que o testemunho de Ibn Battuta é insubstituível. Graças a ele,

(4) O boletim do I.F.A.N. (Instituto Francês da África Negra), publicado em Dacar, reúne um grande número de artigos consagrados aos trabalhos efetuados desde muitos anos sobre a possível situação desta capital. Mas nenhum resultado definitivo foi conseguido.

vemos viver a plebe das cidades e do campo, os artesãos, os camponeses, os mercadores d'água, e também os poderosos do reino. Para descrever estes últimos, o viajante árabe reencontra o estilo conciso, mordaz, de Tácito. Tudo que se refere à moeda, ao dinheiro, às trocas, interessa naturalmente muito de perto ao nosso Ibn Battuta, que renova a confissão de sua culpa no decorrer de sua narração.

O viajante marroquino insiste na renda fiscal desta ou daquela cidade sudanesa, que ele compara à de sua Tânger natal. Calculando tudo em dinares de ouro ou em dracmas de prata, ele nos impõe cálculos de câmbio evidentemente difíceis. Mas as indicações de Ibn Battuta têm o privilégio de serem quase nossa única fonte nesse domínio. O autor assinala igualmente a utilização de conchas de moluscos chamados cauris como moeda. Fala-nos também, e longamente, da situação invejável das mulheres na sociedade de Mali, de suas prerrogativas e de sua participação ativa em certos setores-chave da vida.

Os “griots”, arquivistas africanos

Além da narrativa de Ibn Battuta e das que nos legaram outros viajantes árabes, dispomos, para o conhecimento dos reinos africanos da Idade Média, da tradição indígena

oral, que constitui uma fonte não desprezível.

Esta tradição, evidentemente, deve ser admitida com prudência, porquanto mistura, numa confusão emaranhada, o real ao fabuloso, e o que ela relata é, comumente, impossível situar exatamente no tempo; é difícil definir o próprio teatro dos acontecimentos e os personagens, nem sempre fáceis de identificar.

Os tradicionistas têm muitas desculpas, pois a tradição exclusivamente oral gera, necessariamente, no decorrer dos séculos, deformações e exageros. Geralmente a serviço de famílias poderosas, eles são de certa forma os arquivistas de tudo o que se passa no seio dessas famílias. Alguns permanecem honestos nesta função sem glória, mas a maior parte explora a inclinação dos chefes de família à vaidade e exageram seus elogios para receber gordas recompensas: a verbosidade do tradicionista torna-se então mentirosa. Os tradicionistas — que hoje chamamos “griots” (*) na África Negra — cometeram este erro tão freqüentemente, que são, salvo raríssimas exceções, menosprezados.

É bom, todavia, não confiar cegamente neste desprezo: alguns tradicionistas têm verdadeiramente um conhecimento profundo dos

(*) *Historiadores, poetas, músicos e feiticeiros que formam uma casta especial e têm, às vezes, a função de conselheiros dos príncipes. (N. do T.)*

acontecimentos e sabem fazer a diferença entre o verdadeiro e o fabuloso; seu testamento é magnífico.

Os cinco gêneros de tradição oral africana

Em sua obra *Histoire générale de l'Afrique Noire* (Presses Universitaires de France, 1970), Hubert Deschamps organizou uma classificação das múltiplas formas que podem apresentar as tradições orais indígenas, com referência aos reinos medievais da África. O autor distingue cinco gêneros, a saber:

— As *fórmulas*, expressões estereotipadas, cuja redação precisa é empregada com fins práticos em circunstâncias apropriadas: são principalmente os *títulos* (nomes e elementos complementares eventuais), que mostram o *status* de uma pessoa, as divisas que dão a identidade de um grupo (um clã, por exemplo) e podem descrever um conteúdo panegírico ou narrativo-alusivo, relativamente desenvolvido; os receptáculos de sabedoria e o espírito que são os *provérbios* ou as *adivinhações*; as *máximas* jurídicas; as *fórmulas religiosas* ou *mágicas* de uso ritual. . .

— As *produções poéticas*, definidas como tais por sua forma fixa e determinada (composição, língua. . .) e por seu valor estético. Subordinadas a estas exigências, seu

conteúdo, e pois sua inspiração, fazem distinguir a *poesia histórica*, fortemente marcada de propaganda oficial ou de exaltação do grupo, a poesia *panegírica*, a poesia *religiosa*, uma poesia mais puramente *sentimental* ou *literária*.

— As *listas*, enumerações que visam, de alguma maneira, estabelecer direitos, pretensões, situações. Elas têm nomes de lugares e são ligadas aos direitos territoriais, às representações das migrações passadas, ou a nomes de *pessoas*: listas dos detentores de cargos e sobretudo genealogias, quadros de referência de múltiplas funções sociais.

— As *narrações*, definidas por uma forma livre e um sistema narrativo, mas cujo conteúdo e inspiração diversificam sensivelmente: narrações deliberadamente *históricas* (locais, familiares, tribais...); narrações que ensinam as origens e o lugar dos seres e das coisas, a ordem do mundo sobrenatural e natural, e da sociedade; *mitos* religiosos ou narrações *etiológicas* profanas as mais variadas; narrações *épicas* ou *legendárias*, *contos*.

— Os *comentários* de uma situação definida (tais como os precedentes jurídicos) ou de uma outra tradição, cuja linguagem arcaica, alusões, ou técnica ritual necessitam de um aditivo explicativo, transmitido conjuntamente com ela.

As crônicas de Tombuctu

Essas tradições orais africanas somente serão recolhidas pelos europeus e consignadas bem tardiamente, no decorrer do século XIX: principalmente pelo grande africanista Barth, nos anos de 1850, e depois no começo do século XX, pelo orientalista Charles Monteil.

Há entretanto uma exceção a esta constatação tardia. Concernente ao império sudanês, dispomos de duas narrações escritas: a primeira, o *Tarikh al-Fattah*, trata dos acontecimentos que tiveram lugar entre 1520 e 1599; a segunda, o *Tarikh as-Sudan*, aborda o período de 1600 a 1655. Estas duas crônicas, chamadas *Crônicas de Tombuctu*, constituem uma fonte indígena direta e, por isso mesmo, insubstituível.

Temos apenas informações relativamente fragmentárias sobre o *Tarikh as-Sudan*. Sabe-se, quando muito, que seu autor, As-Saadi, era um Africano de Tombuctu de sangue maternal peul, pertencente a uma família onde as tradições orais eram cuidadosamente conservados: seu tio, o *taleb* (teólogo) Mohammed, “conhecia profundamente”, nos diz o autor, “as tradições relativas aos Antigos”.

Parece que o *Tarikh al-Fattah* é mais digno de crédito que o *Tarikh as-Sudan*. Desde

o século XIX, Félix Dubois, em *Tombouctou la Histérieuse*, fala desta obra como a “base fundamental de toda documentação histórica antiga dos países nigerianos”. Entretanto, revelando a importância deste texto, Dubois reconhece que, não obstante muitas pesquisas, ele não conseguiu obter um exemplar desta obra. Os poucos fragmentos que cita, ele os recolheu junto aos habitantes de Djennê e de Tombuctu. A obra original, constava ter desaparecido há séculos.

Um autor de extraordinária longevidade

É apenas em 1911 que Bonnel de Mézières, encarregado por M. Glozel, governador do Alto Senegal e Niger, de uma missão nas regiões de Tombuctu e de Taudenni, acabou por descobrir um exemplar do *Tarikh al-Fattah*, na casa do Imã Sidi Mohammed es-Soyutti. Ele organiza uma cópia sob a direção do próprio Imã, à qual acrescenta, com sua própria mão, a seguinte nota: “Coleção de biografias dos reis do Sonrai, tais como o sultão Kaya-maga e o sultão de Mali Kannak-Mussa (ou Kango Mussa); o nome do autor permanece desconhecido, em razão do desaparecimento das duas folhas do começo.”

Estas duas folhas serão encontradas

um ano mais tarde, em 1912, em um outro manuscrito pertencente a um antigo administrador de colônias. O título exato da obra, tal como é dado no último manuscrito, é *Tarikh al-Fattah fi akhbar al buldan ual djuyuch*. Seu assunto geral é exposto na frase que completa o título: trata-se de uma "compilação de documentos para facilitar as pesquisas que se desejem fazer sobre a história e a origem das cidades e dos reinos do Sudão, das dinastias principescas e das tribos, quer nobres ou servis, sobre as expedições militares e suas conseqüências, assim como sobre os personagens notáveis do país".

O autor que dá seu nome no começo da obra, e ao qual as tradições orais recolhidas por Félix Dubois no fim do século XII atribuem a paternidade da obra, chama-se Mohammed Kati. Originário de Tombuctu, ele exercia as funções de Cadi, quer dizer juiz, particularmente no domínio religioso. Sua reputação de sábio e de jurisconsulto era reconhecida por todos e dizem que ele era "respeitado tanto pela plebe como pelos príncipes mais poderosos do reino". A tradição afirma igualmente que Mohammed Kati viveu muito tempo: atingiu a idade de . . . 135 anos!

Do “bom selvagem” ao “fardo do homem branco”

Ao lado das fontes árabes e indígenas que acabamos de evocar, cumpre citar igualmente as primeiras relações feitas pelos europeus quando da descoberta da África.

Assim, a presença européia, marcante no golfo da Guiné desde o fim do século XV, tirará o reino de Benin de seu isolamento. Graças aos relatos deixados pelos navegantes e embaixadores portugueses recebidos pelo Rei Ewarê, o Grande, descobrimos a admirável riqueza deste reino ioruba.

São igualmente os portugueses os primeiros que farão conhecer o reino do Congo, que será, depois, evidentemente, da Núbia e da Etiópia, um dos primeiros reinos cristãos da África, a partir do reinado de Afonso I. Estas fontes européias são sobretudo constituídas de narrações de viagens, expedicionárias e de permanência, de descrições geográficas e etnográficas.

Examinando o valor dessas fontes ocidentais, Hubert Deschamps (*op. cit.*) escreve: “Concebe-se a extrema desigualdade dos testemunhos encerrados em gêneros tão diversos, vindos de pessoas da mais variada experiência e competência: marinheiros, mercadores, missionários, viajantes, diplomatas, historiadores oficiais ou sábios de vocação,

que permaneceram um maior ou menor tempo em condições propícias ou contrárias à observação, como também observadores ou compiladores... Se pudéssemos sugerir os princípios de um julgamento mais global, notar-se-ia a pressão desfavorável dos interesses perseguidos — às vezes ausentes — e da posição pessoal que leva a valorizar em excesso um tema, um personagem... Mais graves, sem dúvida, são os efeitos da “barreira sócio-cultural” entre o observador e os observados, porque a crítica, conquanto possa sentir estes efeitos, dificilmente pode apagá-los: barreira superficial das culturas e das organizações sociais, prejudicando a própria descrição e levando a interpretações deduzidas ou pressupostas. Enfim, estes gêneros destinados à publicação sofreram implicação do meio mental e social onde eles aparecem: gosto do público, costumes intelectuais, bem como as reminiscências dos autores antigos, dissimulando a observação... ou colocando-se em lugar dela; o costume de copiar, plagiar, repetir...; temas dominantes de uma época: o “bom selvagem” e o exotismo romanceado, o humanitarismo que passa, pela preservação dos “3C” (cristianismo, comércio, civilização), ao racismo e aos estereótipos justificadores da “missão” e do “fardo do homem branco”.

A arqueologia em busca das capitais desaparecidas

Todas estas fontes, sejam ocidentais, árabes ou indígenas, fornecem informações precisas sobre os reinos e os impérios medievais da África, sofrendo, no entanto, imprecisões, inexatidões devidas a causas muito diversas.

De fato, o passado africano é, conforme a admirável fórmula do grande Henri Lhote, uma “descoberta do século XX”. E é, sobretudo, graças às escavações arqueológicas que nós poderemos um dia, talvez, conhecer de uma maneira precisa a vida e a morte destes misteriosos reinos de capitais desaparecidas. De todas as fontes, a arqueologia é, pois, incontestavelmente a mais rica. Na verdade, o clima africano com seus solos freqüentemente áridos, suas chuvas torrenciais, não é muito favorável à conservação de vestígios. Mas estes vestígios são ainda numerosos na África Negra. Bem mais que as tradições orais ou as narrativas dos viajantes, freqüentemente subjetivas e não inspirando confiança, a arqueologia tem condições de nos restituir as múltiplas civilizações que se expandiram na Idade Média no continente africano. Escavações pacientes, minuciosas, corretamente interpretadas, podem fazer surgir, diante de nós, as cidades tragadas, com

suas atividades diversas, seus objetos, suas obras de arte, seus equipamentos técnicos. Essas escavações podem permitir uma apreciação das dimensões e da estrutura dos grupos humanos e esclarecer as origens e os progressos da agricultura, da pecuária ou mesmo — principalmente no caso do Benin e do Ifê — da metalurgia.

Um trabalho de longa duração

A arqueologia tem melhores condições para revelar-nos florestas, especialmente ao valer-se de uma quantidade de disciplinas científicas em todos os estágios de seu desenvolvimento.

O primeiro desses estágios, quer dizer, a prospecção, baseia-se não só no estudo dos textos ou das tradições orais, mas também na fotografia aérea, única capaz de revelar vestígios imperceptíveis no solo, sobre diversos processos magnéticos e sobre a resistividade diferencial dos solos. O segundo estágio, o da escavação propriamente dita, também recorre à fotografia para fixar fielmente e de maneira mais precisa e mais completa o aspecto dos objetos ou dos vestígios descobertos. Recorre, ainda, à geologia, à geomorfologia, e a algumas técnicas físicas e químicas capazes de preservar objetos da

destruição. O terceiro estágio, enfim, o da análise e da interpretação, necessita do emprego do carbono 14 para datar os vestígios com uma certa precisão. No estágio final, surge ainda a importância da zoologia, da sedimentologia, da petrografia e de uma quantidade de outras disciplinas anexas capazes de ajudar a arqueologia a tirar todos os ensinamentos possíveis desta ou daquela descoberta. Algumas ciências humanas, como a etnologia ou a etnografia, representam, igualmente, um papel não omissível.

Vê-se que a ressurreição do passado africano depende, em grande parte, dos progressos da arqueologia. Somente ela poderá preencher as lacunas, as incertezas e as imprecisões das fontes orais e escritas e permitir-nos abraçar, em seu conjunto, a paisagem da África medieval. Trata-se, sem dúvida, de uma longa tarefa. E sabe-se que a arqueologia não é uma ciência praticada por pessoas apressadas...

SEGUNDA PARTE

Ifê: a mais misteriosa civilização africana

"Observamos na cultura de Ifê um fenômeno singular, extremamente raro na história da cultura mundial: trata-se da coexistência, uma mesma cultura, de uma arte inteiramente naturalista e de uma arte quase inteiramente abstrata; fenômeno que não se pode conceber nas épocas clássicas e na Renascença, na Europa."

William Fagg
Da "Arte dos Iorubas".



Uma arte surgida do nada



Situada na orla das florestas equatoriais que se estendem ao sudeste da atual Nigéria, a antiga cidade de Ifê não cessa, desde o começo do século, de deslumbrar arqueólogos e historiadores da arte. Na Idade Média, sendo capital religiosa e artística do território ioruba que cobria uma parte da Nigéria, o sudeste e o centro da atual República do Daomé, fonte mística do poder e da legitimidade, lugar de onde partia a consagração espiritual e para onde voltavam os restos mortais e as insígnias de todos os reis iorubas, Ifê continua um dos

mais fascinantes enigmas da África antiga.

A civilização de Ifê, ainda hoje pouco conhecida, apresenta uma criação artística variada, de um admirável realismo, enquanto que a arte africana é geralmente abstrata. Pelo material empregado, a arte de Ifê espanta e abisma os historiadores e os africanistas: ao lado das esculturas em pedra e em barro, tradicionais na África, desenterraram-se também em Ifê esculturas em bronze.

A civilização de Ifê testemunha assim um alto desenvolvimento intelectual e técnico que nunca se esperou encontrar na África durante a Idade Média. Quais são essas surpreendentes obras de arte e qual é sua origem? É possível aceitar a opinião de Georges Hardy, segundo a qual "a arte de Ifê surgiu do nada, no coração das savanas africanas"?

As desventuras de um antropólogo alemão na África

A aventura extraordinária da ressurreição de Ifê começa em 1910 quando um antropólogo alemão, Leo Frobenius, ali passou três semanas. Mal acolhido pelas autoridades locais, ele teve que abandonar suas pesquisas. Depois de múltiplas demarches ele obtém o direito de uma permanência suplementar de

algumas semanas, durante as quais fará descobertas admiráveis sob a rígida vigilância da polícia. Apesar dessas condições de trabalho desagradáveis, Frobenius recolheu numerosas informações sobre o modo de vida de Ifê, suas tradições, sua religião, e, sobretudo, traz para a Alemanha antigas obras de arte. Deverá restituir a maior parte dessas obras, mas consegue guardar sete belas cabeças esculpidas em terracota.

Julga-se que a mais conhecida entre elas é a de Lajuwa. Segundo o povo de Ifê, ela jamais teria deixado o palácio real, mas mostra vestígios de terra que fazem supor que ela foi enterrada antes de ter sido redescoberta.

Uma lenda está ligada à pessoa de Lajuwa: camareiro do oni ⁽¹⁾ Aworokolokin, Lajuwa oculta a morte de seu mestre. Afirmando em seguida que seu soberano, continuando vivo e retirado por sua própria vontade em um lugar secreto, lhe havia confiado o poder, Lajuwa condecora a si mesmo com as insígnias da realeza. Porém o sucessor legítimo do oni descobre a fraude e, furioso por ter sido enganado, condena Lajuwa à morte.

A atribuição dessa terracota a Lajuwa não é estabelecida de maneira segura. A escultura, admiravelmente preservada, conser-

(1) *Chama-se oni o soberano do reino de Ifê.*

vou uma superfície muito lisa, ainda que o nariz tenha sido quebrado.

Estátuas cozidas numa imensa fogueira

A maior parte das descobertas de obras de arte em Ifê foi feita nos convencionais *Bosquetes sagrados*, vastas extensões de terra situadas no coração da savana e cada uma consagrada a esta ou aquela divindade.

O *Bosquete sagrado* de Olokum cobre uma superfície de 250 hectares ao norte da saída da cidade de Ifê. É dedicado a Olokum, divindade do mar e da riqueza.

Estes *Bosquetes sagrados* são o local predileto dos arqueólogos. Assim, o Bosquete d'Iwinrin encerra numerosos tesouros artísticos que estão ainda mal explorados. As esculturas destinadas ao culto de Iwinrin testemunham, na maior parte, uma arte extremamente realista e muito refinada. São divididas em vários grupos, dos quais um é particularmente notável. Em primeiro lugar, um personagem com um metro e sessenta de altura aproximadamente está ocupando um assento redondo provido de um braço curvado para dentro em forma de anel e apoiado num tamborete retangular com quatro pés. Este personagem é ladeado por dois outros, igualmente de tamanho natural, um dos quais tem à mão a extremida-

de de uma vestimenta que se acha cortada. Assim, este admirável conjunto não está verdadeiramente completo e não se sabe muito bem a quem pertence a roupa cortada.

Como o escultor conseguiu realizar semelhante conjunto? Este grupo, supõe-se, é construído a partir de elementos separados, em argila crua. Uma vez terminado o conjunto e seco ao sol, procede-se ao cozimento numa imensa fogueira ao ar livre. Graças a este procedimento — que revela até que ponto os artistas de Ifê podem tornar importante uma fogueira — obtém-se uma terra de uma cor uniforme.

As cerimônias secretas da sociedade dos Ogbonis

Não longe do Bosquete d'Iwinrin encontra-se o de Osongongon, onde os arqueólogos igualmente descobriram uma grande variedade de esculturas em argila cozida. A maior parte é de uma massa muito micácea. Entre elas a cabeça do próprio Osongongon, cujo tamanho é proporcional à metade do natural, esculpida em um estilo realista, porém com uma execução menos refinada que a de Lajawa, por exemplo.

Ao lado desta escultura, numerosas outras em terracota representam personagens

com deformações físicas. Assim, uma delas figura um pobre com elefantíase dos testículos. Esta doença, intimamente ligada, no espírito dos negros, à potência sexual, é objeto de tratamentos rituais especiais. Segundo o antropólogo Bascom, estas práticas perpetuaram-se em Ifê até nossos dias. Na ocasião dos funerais de um homem atingido por este mal, solicita-se os serviços de um monge pertencente a uma temível sociedade secreta chamada sociedade de Oro. Este monge retira o escroto do defunto e preside a uma cerimônia destinada a preservar da elefantíase os membros da família.

Outras deformações ainda são visíveis nas esculturas em terracota do Bosquete sagrado de Osongongon. Bernard e William Fagg, os dois grandes especialistas ingleses da civilização de Ifê, exumaram uma cabeça pertencente a um personagem atacado de hérnia cerebral. Nesta doença, os ossos do crânio não se solidificam, o que faz com que o cérebro e os olhos sejam protegidos apenas por uma fina membrana. Uma criança com essa doença congênita morre no fim de algumas semanas.

Além dessas estatuetas, com formas monstruosas, encontrou-se no Bosquete de Osongongon um vaso ritual decorado em relevo. Este último é de um interesse capital pois nos revela alguns ritos e algumas insígnias

religiosas próprias de Ifê. Neste vaso, vê-se, com efeito, *edans* — bastões de bronze utilizados pelos membros da sociedade dos Ogbonis⁽²⁾ na ocasião de cerimônias secretas —, um personagem estendido de costas com as mãos atadas — sem dúvida uma vítima sacrificada —, um bastão ritual com uma espécie de espiral saliente de ambos os lados, um tambor, um objeto com dois crânios na base, que deixa perplexos os maiores especialistas, um machado e dois personagens sem cabeça. Herbert Kuhman⁽³⁾, um etnólogo alemão que consagrou recentemente numerosos estudos à civilização de Ifê, acha que se trata de dois escravos decapitados durante uma cerimônia.

A lenda de Oronmiyon

De acordo com o breve estudo que acabamos de fazer das terracotas de Ifê — haveria ainda muitas obras a mencionar, porém contentamo-nos, no plano desta obra, em analisar as mais significativas entre elas — já se pode perceber a perfeição atingida pelos artistas desta antiga civilização africana. En-

(2) *A sociedade dos Ogbonis é, como a de Oro, uma sociedade secreta que tem um papel político importante e oculto no Estado de Ioruba. Este tipo de associação é freqüente na África Negra.*

(3) *Os Mistérios de Ifê (Munique, 1969).*

tretanto, uma outra criação é ainda mais surpreendente: as esculturas em pedra, que são abundantes em diversas formas (colunas, formas humanas e de animais, assentos).

A realização mais surpreendente é a que se chama Opa Oronmiyon ou Bastão de Oronmiyon. Com quase seis metros de altura, esta coluna em gnaisse granítico é decorada com pregos de ferro com cabeças em espiral. Este tipo de ornamento raramente se encontra em outro lugar.

A tradição relata a história de Oronmiyon e de seu bastão. Ele é filho de Ogum, o deus do ferro. No decorrer de uma campanha militar, Ogum capturou uma mulher esplêndida, Lakange, e fê-la sua amante. De volta a Ifê, ele entrega a seu pai, o deus branco Oduduwa, todos os prisioneiros, salvo, evidentemente, Lakange, da qual ele nem mesmo menciona a existência. Porém Oduduwa não demora em descobrir o segredo de seu filho e, seduzido pela beleza da moça, decide esposá-la.

— Ela é tua amante? — pergunta a seu filho.

— Nunca pensei nisto! — retruca Ogum.

Oduduwa não acredita; contudo, espousa a bela cativa. Nove meses mais tarde ela dá à luz um belo menino metade branco (ele é filho de Oduduwa) e metade preto (ele é filho de Ogum).



Gravura árabe (século XIII) representando o célebre viajante marroquino Ibn Battuta atravessando o deserto africano montado num camelo. *Coleção particular*



Delineo animam hac Figurâ rationem Commercioꝝ, quomodo nimirum Nigri a Cymbis suâ, quas ipsi Ehem vocant, ad naves Batavorû adue-
lli, mercaturam cum eis exerçant. A. Nam est Hollandica, commer-
clorum gratia in Guineæ littore subsistens. B. mercatores sunt Aethio-
pes, ad Batavorum nanim aduelli ut merces ab ipsis coemant. C. ratio-
nem monstrat quomodo, cum mercibus domum reuertentes, ab acioſis
quibudam, in littore maris aduentum eorum præstolantibus, excipian-
t, qui ore tenus mare ingressi Cymbas exonerare solent mercibus, in terram delatis. D. Tele-
m Regis est, ubi tributum soluere de mercibus coemptis mercatores hi coguntur. E. rationem
indis, quomodo Cymbam in terram deducant, & in locum stationis deportent.

... D E.

Naus holandesas na costa da Guiné. Depois de uma luta encarniçada entre portugueses e holandeses, os últimos acabaram por obter concessões muito importantes em toda a costa da Guiné. Coleção Henri Nabouret de Ledde. Cliché Philippe Aziz

— *Oron mi yon!* — exclama Oduduwa, o que significa: “Minha palavra foi realizada”.

Esta exclamação torna-se o nome do recém-nascido. O menino cresce e, tornando-se adulto, vai fundar uma dinastia no Benin e no Oyo, províncias vizinhas de Ifê. Ele porém, prometera a seu povo acudi-lo, ao primeiro chamado, em caso de perigo.

Um dia, o povo de Ifê efetivamente o chama. Aparecendo bruscamente no meio deles, segundo a lenda, “executa com seu bastão violentos movimentos de rotação matando um grande número de seus súditos”.

— Mas é o teu povo que exterminas!

Oronmiyon volta a si e, consciente de seu gesto assassino, arremessa seu bastão, embrenha-se na mata e põe fim a seus dias “ao pé da mais alta árvore da floresta”.

Na festa de Olojo, alguns mensageiros reais pintam-se de vermelho e branco como lembrança de Oronmiyon, depois descem e sobem, correndo, a colina onde se ergue o famoso bastão.

O esplendor artístico de Ifê

Além das colunas como o Bastão de Oronmiyon, são abundantes no Bosquete de Orê esculturas de homens e de animais. O grupo principal é constituído de duas estátuas

humanas das quais a maior é chamada Idena, o porteiro.

Idena usa um colar de pérolas, diferente entretanto, na sua execução, daqueles das estátuas em terracota. Da mesma maneira, o laço que ele ostenta na cintura assemelha-se muito pouco aos que aparecem em outras esculturas. Em compensação, a posição das mãos entrelaçadas é característica do estilo de Ifê. Como acontece freqüentemente nas obras de arte de Ifê, a cabeleira não está esculpida: é representada por pregos de ferro fincados.

No decorrer das escavações efetuadas em Eshure, na província de Ekiti, a 160 quilômetros ao nordeste de Ifê, o geólogo inglês Alan Dempster exumou uma estátua de pedra, aparentemente inspirada no estilo de Ifê. Descoberta no Bosquete de Orodì, é enfeitada na cabeça e no corpo com pregos similares aos que ornaram o Opa Oronmìyon e Idena. Curiosamente, o rosto é uma superfície unida e oval não comportando traço algum semelhante a certas esculturas abstratas européias: as de Brancusi ou de Arp; tem à mão direita uma espada de cerimônia e à esquerda um abano.

A descoberta, na província de Ekiti, desta escultura e de uma coluna quase similar ao bastão de Oronmìyon revela o esplendor artístico de Ifê. Além disso, uma outra coluna de pedra idêntica ao Opa Aronmyon ergue-se

a oeste de Ifê, em Erumu, não longe da localidade de Kuta, onde se encontram dois assentos semelhantes ao estilo de Ifê.

A uns quinze quilômetros ao sul de Ifê, na estrada de Ondo, um grupo de esculturas em baixo relevo — tipo extremamente raro na África Negra — foi descoberto no lugar chamado A Fazenda de Agidi. Alguns motivos deste baixo relevo não se encontram em nenhuma outra parte: mãos segurando espadas, espadas sozinhas e grupos de lanças e dardos. Em compensação, outros temas são análogos aos de Ifê, como aquele corpo decapitado com as mãos atadas às costas ⁽⁴⁾, que lembra em muitos aspectos as vítimas sacrificiais que se espalham nos *Bosquetes sagrados* da capital espiritual dos lorubas.

Esses enigmáticos assentos esculpidos em quartzo

Os assentos de pedra de Ifê intrigam os historiadores da arte.

(4) Uma forte discussão travou-se entre os especialistas sobre a data deste baixo relevo. Alguns interpretaram uma das esculturas como uma peça de preces muçulmanas datando do século XIX, época na qual a influência do Islã atingiu a região de Ifê. Frank Willett contesta: ... "Esta interpretação parece-nos errônea pois o relevo particular, em forma de botão, de uma tábua de orações muçulmana é (...) de uma forma completamente diferente e, além do mais, não é o gênero de objeto que se esperaria encontrar representado num bosquete sagrado pagão."

Como os artistas anônimos de Ifê esculpiram, no quartzo, estes assentos com formas assombrosas? O quartzo, com efeito, é uma rocha cristalina de estrutura grosseira, particularmente difícil de trabalhar. É preciso dar a forma pretendida por abrasão, com a ajuda de uma massa feita com água e areia que se esfrega na pedra com tiras de madeira tenra.

Elemento interessante a notar, esses assentos estão sempre sustentados por um tamborete com quatro pés.

Bernard e William Fagg interrogaram-se longamente sobre as origens desses assentos e formularam uma hipótese que parece confirmar as mais recentes descobertas feitas em Ifê. Apoiando-se nas semelhanças entre os objetos de terracota, madeira e pedra, eles sugerem que estes assentos foram esculpidos de acordo com o modelo da caixa de cortiça ainda hoje usada em Ifê. Esta caixa serve ao mesmo tempo de cofre para os objetos rituais e de assento. As formas das caixas e dos assentos em pedra combinam: as partes inferiores e superiores formam uma borda e o pé central tem um amplo diâmetro. Um fragmento de pé de um assento deste tipo, em terracota, encontrado recentemente em Ifê, tem uma decoração que parece representar uma faixa de metal cravada em cabuchões ou pequenos cones de vidro. Ora, no Bosquete de Iwinrin, foram exumados cinco cabuchões

desse tipo. Por conseguinte, pode-se supor que em um dado momento houve assentos desse gênero nesse Bosquete. Com o correr do tempo seu estilo evolui: o pé torna-se mais estreito, a asa que une as duas partes da caixa e que, no princípio, era apenas uma simples faixa de couro e cortiça, torna-se mais elaborada, tomando a forma do próprio assento, sendo, porém, decorada de maneira idêntica.

Estas mesmas decorações suscitam controvérsias entre os especialistas. Com efeito, os relevos são talhados, o que parece surpreendente num material como a pedra. Segundo John Underwood, a idéia desses assentos com uma complexa elaboração seria devida a um fundidor de bronze especialista na arte de modelar objetos em cera. Em compensação, Frank Willett estima que "mais vale considerar que a natureza plástica da terracota permitia este tratamento de moldagens, tratamento que foi seguido nas representações em pedra".

Uma descoberta capital: os bronzes de Ifê

Apesar da surpreendente perfeição artística e técnica, as obras de arte de Ifê, em terracota ou em pedra, não implicam em problemas de civilização maior.

Em compensação, a descoberta de tre-

ze cabeças de bronze, em 1938, no território de Wunmonije, a sudeste de Ifê, assombrou os meios arqueológicos. Esta descoberta, com efeito, tumultua todas as idéias concebidas sobre a arte africana. Admitia-se até então, que a arte negra, abstrata, elaborava-se a partir de elementos naturais como a madeira, a terra ou a pedra; e eis que os bronzes revelam que os artistas de Ifê conheciam a técnica do bronze, material tipicamente artificial, industrial, e podiam trabalhá-lo num estilo realista.

Quais são as características dos bronzes de Ifê?

Desde o primeiro instante, chamam atenção pelo realismo que deles emana. Herbert Kuhman exorta-nos, entretanto, a não nos deixar enganar por esta aparência. Pois, escreve ele, “por mais realistas que sejam, as esculturas de bronze são formadas de elementos tradicionais que sofreram uma certa estilização na elaboração dos componentes do rosto. Assim, por sua localização no rosto e pela maneira com a qual são ‘cravados’ nas órbitas redondas, os olhos não são naturais. Sua forma, aliás, varia de acordo com os artistas: eles podem ser redondos, alongados, curtos, arregalados... As orelhas e os lábios, sofrem as mesmas transformações”.

A “pérola negra dos ventos alísios indianos”

Outro traço característico dos bronzes de Ifê: os pequenos orifícios no crânio e, às vezes, no rosto.

Em algumas peças, efetivamente, os orifícios encontram-se onde deveria começar a implantação dos cabelos. Aparentemente servem para fixar um objeto que recobre o alto do crânio. Trata-se de uma coroa? Nas cabeças coroadas os antropólogos constataram que a coroa segue a linha da cabeleira, salvo uma chanfradura em redor das orelhas, enquanto que atrás da cabeça a borda da coroa pode ou enrolar-se em uma curva contínua ou descer alguns centímetros antes de ser cortada horizontalmente. Com efeito, examinando a disposição dos orifícios nas cabeças, constata-se que ela corresponde ao lugar de uma coroa.

Mas quatorze das vinte cabeças de que dispomos atualmente apresentam em volta dos lábios e nas maçãs do rosto orifícios idênticos. Ora, descobriu-se em duas delas pérolas negras em vidro inseridas em alguns orifícios. Estas pérolas continuaram ainda mais a dar o que pensar. Segundo o Dr. G. Van der Sleen, que estudou com muita atenção estas pérolas, uma delas seria uma “pérola negra dos ventos alísios indianos”. Aliás, precisa ele, pérolas idênticas, datadas entre os sé-

culos III e XIV da nossa era, foram encontradas no leste africano. Entretanto, análises químicas revelaram que as pérolas do oeste africano eram feitas de vidro à base de potássio, ao passo que as do leste eram de vidro à base de sódio. Ora, o vidro à base de potássio era empregado na Europa desde o século X até o século XVI, o que deixa supor que as pérolas de Ifê têm uma origem européia e não indiana.

Com que objetivo os artistas de Ifê inseriram pérolas nos orifícios? Segundo Frank Willett, seria para indicar a barba e o bigode. Para reforçar sua tese, ele evoca o costume africano de decorar as esculturas com uma pele de animal ou com fibras vegetais figurando a cabeleira e a barba.

William Fagg propõe uma explicação diferente: o oni, o rei divino de Ifê, aparecia em público com o rosto oculto atrás de um véu de pérolas: considera-se que o rei não tem necessidade de boca. Aliás, precisa o pastor Johnson, que visitou Ifê em 1921, o oni coloca seu *iru kere* — o penacho ou abano de cauda de vaca que é o símbolo de sua dignidade real — “diante de sua boca quando ele fala, pois considera-se contrário à etiqueta vê-lo abrir a boca em público”. Enfim, o oni só aparece em público duas vezes por ano, na ocasião da festa de Orishanla e na de Ogum. Baseando-se em todas estas informações, William Fagg pensa que os orifícios preenchidos com péro-

las servem para simular um verdadeiro véu de pérolas.

Por outro lado, no sistema piloso, as sobancelhas não são marcadas. Supõe-se que elas foram pintadas e que a pintura esfumou-se no decorrer dos séculos passados embaixo da terra. Com efeito, encontraram-se alguns traços de pintura em volta dos olhos.

As estrias: uma marca tribal ou um requinte artístico?

Um outro problema é submetido à sagacidade dos historiadores da arte: as estrias que marcam algumas cabeças de bronze. Entre as doze cabeças conservadas atualmente no museu de Ifê, sete têm os lábios lisos, enquanto que cinco têm o lábio inferior estriado. Que significação atribuir, então, à presença ou à ausência das estrias?

Frank Willett e William Fagg sustentam cada um explicações cujas limitações eles próprios reconhecem. Para o primeiro, trata-se de marcas tribais. Porém, neste caso, pergunta-se Frank Willett, por que em duas cabeças estritamente idênticas, realizadas sem dúvida pelo mesmo artista, somente uma é estriada? Sem poder responder a esta pergunta, Frank Willett constata que as tribos iorubas atualmente não usam mais tais marcas. Entretan-

to, alguns grupos ibos⁽⁵⁾, na região oriental da Nigéria, desenham linhas bem próximas nas têmporas e na fronte, o que se chama a escarificação *itchi*.

William Fagg admite, ainda, uma outra hipótese. Vistas a uma certa distância, as cabeças estriadas são mais belas que os rostos lisos. De fato, aí a luz se quebra, iluminando as zonas de sombra e nuançando seu brilho. As estrias seriam, pois, um puro requinte artístico.

Seria toda a escultura de Ifê obra de um único e mesmo artista?

Realizando um filme no museu de Ifê, o cineasta-arqueólogo inglês John Underwood ficou sensibilizado com um certo "ar de família" entre os bronzes. Ele distinguiu dois ou

(5) *Os Ibos eram um povo pouco conhecido até uma data bem recente, que ocupa os planaltos da Nigéria oriental, por toda parte do Níger inferior: a famosa Biafra, pela qual nos anos de 1960 eles travaram uma luta heróica e hábil pela independência, que os revelou ao mundo. Eles não obtiveram o Governo e foram submetidos, no século XV, ao reino vizinho de Benin. Língua, crença, organização social apresentam cópia de variantes locais, mas num campo comum. A despeito de uma longa fraqueza política e de uma certa pobreza de meios técnicos, os Ibos criaram uma arte notável quase exclusivamente religiosa. As representações da deusa mãe freqüentemente em tamanho maior que o natural, modeladas em argila sobre armaduras de bronze com nervuras de palmeiras, pintadas em preto, vermelho e marrom, são curiosas.*

três grupos diferentes nos quais poder-se-iam reconhecer, pelo jogo de semelhanças, três ou quatro famílias. Ora, existem em Ifê quatro famílias reinantes que descendem do oni Lajamisan. Por outro lado, segundo a crença popular dos lorubas, pode-se reconhecer num recém-nascido o antepassado que nele se reencarnou. Os escultores de Ifê quiseram pois, celebrar, sem dúvida, a família reinante e marcar a continuidade da dinastia por certas semelhanças físicas.

As diferenças proviriam, portanto, das próprias esculturas. Contrariamente às afirmações de certos historiadores da arte que garantem que teria havido um só artista em Ifê, pode-se, com efeito, distinguir nitidamente no estilo das esculturas a “marca” de vários artistas. Cada um tem sua maneira de estilizar os olhos, as orelhas e a boca.

Entretanto, para identificar esses artistas, deparamo-nos com muitas dificuldades: alguns mestres contentar-se-iam em desbastar e preparar as esculturas, deixando a seus aprendizes o cuidado de terminar a obra.

“Existem”, escreve John Underwood, “tantas diferenças de estilo entre essas cabeças que não parece possível serem todas da mão de um só artista. Seu número, bem como sua grande variedade de estilos, permitem duvidar que toda escultura de Ifê seja obra de um único e mesmo artista.”

A máscara de Obalufon II

As características dos bronzes de Ifê, que acabamos de evocar, não se encontram na máscara de Obalufon II. É a ela, portanto, que a tradição atribui a introdução do bronze em Ifê. Obalufon seria, de acordo com as crenças locais, o terceiro oni, depois de Oduduwa e Oronmion. Sua máscara jamais teria sido perdida e depois encontrada, como os outros bronzes, mas teria ficado no quarto de Iwinrin, no palácio de Ifê, desde o dia de sua criação.

Contrariamente aos outros bronzes, esta peça é uma verdadeira máscara, com as fendas para os olhos, destinada a ser usada durante determinadas cerimônias fúnebres, que se perpetuaram até hoje entre as populações indígenas.

Assim, na ocasião dos funerais iorubas, um personagem mascarado, o *egungun*, fala imitando a voz do defunto para exprimir sua satisfação diante do êxito das pompas fúnebres. Em Benin igualmente, um membro da família do morto mascarado o representa, mas de modo algum ele deve falar e nem sua boca estar visível. A máscara de Obalufon foi, muito provavelmente, utilizada durante semelhantes cerimônias.

Novas descobertas feitas em 1957, 1959, 1962 e 1963

As descobertas feitas em 1938 no território de Wunmonije são completadas por aquelas feitas por acaso em Ita Yemoo em 1957. Um pouco mais tarde, as escavações dirigidas por Frank Willett⁽⁶⁾, em 1959, 1962 e 1963, testemunham a perfeição atingida pelos artistas anônimos de Ifê.

Numa sexta-feira, 22 de novembro de 1957, operários nivelam o terreno perto da estrada de Ilesha, cidade vizinha a Ifê, no lugar onde deve ser edificado o moderno centro da *Ifê Cooperative Produce Marketing Union*. De repente, a picareta de um deles encontra um obstáculo e ouve-se um estalo seco. O operário, surpreso, inclina-se e, levantando-se pouco depois, exhibe orgulhosamente uma cabeça dominada por um estranho penteado. Olhando mais atentamente o

(6) Frank Willett é, já dissemos, um dos maiores especialistas da civilização do Ifê. Depois de estudos em Bolton, no Lancashire, em seguida na Universidade de Oxford, torna-se, de 1950 a 1958, conservador do departamento de etnologia e arqueologia geral do Museu da Universidade de Manchester, que o encarrega de dirigir pesquisas arqueológicas em Ifê e em Old Oyo. A fim de permitir-lhe dedicar-se inteiramente à sua tarefa, ele é destacado em 1958 na qualidade de arqueólogo junto ao governo geral da Nigéria, que o nomeia conservador do museu de Ifê. Continua a dirigir as escavações até 1963. Nesta data volta à Inglaterra antes de retornar a Ifê, em 1964, encarregado de pesquisas pelo Nuffield College de Oxford. Atualmente é professor de arte africana da Universidade de Noroeste, em Illinois, nos Estados Unidos.

lugar onde a encontrara, o homem descobre uma outra estatueta usando uma cabeleira mais simples.

A escultura exumada representa um casal real. Os braços e as pernas são entrelaçados de uma maneira não habitual, detalhe que não se encontra em nenhuma outra parte na arte de Ifê. O vestuário também não é tradicional. O vestido da mulher é mais amplo e muito mais longo, enquanto que a roupa do homem passa-lhe entre as pernas, caso único nas esculturas de Ifê.

Amordaçam-se as vítimas para impedi-las de maldizer seus executores

Depois destas descobertas, as escavações prosseguem de maneira frutífera: os operários encontram um par de bastões de bronze enfeitados com cabeças humanas e um objeto com uma forma singular que eles batizaram de “cinzeiro”.

Muito pesados, redondos na extremidade superior, exatamente abaixo das cabeças, e ovais na extremidade oposta, estes bastões são bem característicos do estilo de Ifê. O “cinzeiro” é um recipiente muito curioso: trata-se, muito provavelmente, de algum recipiente ritual. Ele apresenta o aspecto de um assento em pedra munido de uma alça de

forma muito elaborada, suportado por uma espécie de tamborete retangular com quatro pés. Na parte superior do assento, vê-se uma figura real segurando na mão um bastão enfeitado com uma cabeça humana. Nas bordas do assento, as pérolas, assim como a roupa do personagem, são incrustadas e pintadas em vermelho, enquanto que a coroa é pintada em preto.

No dia seguinte os terraplanadores descobrem três outras peças: uma estatueta em pé e duas cabeças de clava, em forma ovóide, decoradas cada uma com um par de rostos humanos.

A estatueta segura na mão direita um bastão chamado *ashe*, que é, na tradição ioruba, um símbolo de autoridade. A outra mão exibe um chifre, outro símbolo de autoridade considerado como receptáculo de uma enorme potência. Este chifre, cheio de uma poção, é ainda utilizado pelos feiticeiros iorubas para expulsar más sortes e maldições. Um pesado colar de pérolas no pescoço, pulseiras, argolas nos tornozelos, igualmente em pérolas, ornaram o personagem. Seu peito é coberto de colares de pérola e um deles sustenta uma insígnia em forma de presilha dupla. Quanto à coroa, é um simples barrete de pérolas enfeitado na fronte com um motivo em forma de cone, com a base oca dominada por um segmento vertical entrelaçado, que termina no

alto com um bojo pontudo. Sob os colares, o peito está despido, enquanto que uma tanga sustida por um cinto atado no lado esquerdo do quadril cinge a pélvis.

A menor das cabeças da clava está enfeitada com dois rostos olhando em direção oposta. A outra cabeça, executada de maneira mais elaborada, não parece ser obra do mesmo artista. Fato muito raro na arte africana, observa Herbert Kuhman, ela apresenta dois homens de idades diferentes: a juventude e a velhice. Em princípio, os artistas representam o ser humano na flor da idade . . .

Estes quatro personagens têm um ponto comum: todos têm uma mordança e uma corda. Escavações ulteriores vão permitir explicar a razão de ser das mordanças, que William Fagg assim definiu: "Estes personagens representam as vítimas sacrificadas, amordaçadas para que elas não amaldiçoem seus executores, o que seria fatal para elas."

Uma postura audaciosa

A obra principal dos bronzeiros de Ifê continua sendo, contudo, a estátua sentada que se encontra atualmente na cidade do povo Nupê, em Tada, onde ainda hoje é objeto de um culto particular. Pertence a um grupo de sete bronzes que, segundo a tradição, teriam

sido trazidos por Tsoede, o herói que teria dado origem ao povo Nupê, cujo território é situado imediatamente ao norte do território dos Iorubas do Ifê. Segundo o parecer do sacerdote encarregado do culto da estátua, ela representaria o próprio Tsoede.

Associada à fecundidade do povo, à fertilidade do solo e à abundância dos peixes do Níger, um dos principais alimentos da população, a estátua é objeto de cuidados constantes: cada semana é levada ao rio, onde é lavada e esfregada com cascalho para ficar polida.

Tsoede, nesta estátua, usa uma tanga rebaixada entre as pernas, cuja decoração em relevo é completamente incomum na arte de Ifê. Totalmente assimétrica, a postura da estátua apresenta uma certa audácia, na concepção da arte africana, e revela uma grande imaginação da parte do artista.

“O rei morreu! Viva o rei!”

Diante da multiplicidade e da variedade das obras de arte de Ifê, é lícito perguntar-se qual é a sua função na sociedade. A diferença da arte européia, mesmo medieval, que é, em relação à religião, quando muito uma homenagem da beleza que o homem é capaz de criar, é que a arte africana é essencialmente ritual

mágica, e seus objetos de arte são objetos mágicos.

Entretanto, que apareçam em tamanho natural, como em Wunmonije, ou reduzido, como em Ita Yemoo, as cabeças não têm a mesma finalidade. As de tamanho natural são seguramente utilizadas em cerimônias fúnebres. Com efeito, nos países equatoriais, o costume manda que se enterre os mortos rapidamente depois do óbito, pois a decomposição dos cadáveres sobrevém muito rapidamente. Bem depois do enterro, organizam-se verdadeiros funerais, freqüentemente uma ou duas semanas mais tarde, às vezes vários meses ou mesmo vários anos depois. Tudo depende da suntuosidade da cerimônia que se quer organizar. Faz-se executar, então, uma cabeça em memória do defunto e envolve-se de tecido a parte de madeira destinada a simular o corpo. As cabeças em terracota parecem ser as de pessoas modestas enquanto que as de bronze são as dos reis e dos príncipes. Aliás, é na ocasião dos funerais de um oni que se compreende o sentido real dessas efígies. A imagem do defunto é seguida por seu sucessor ostentando as insígnias da realeza, a fim de mostrar que, se o titular do cargo é mortal, a própria função, de origem divina aliás, não o é. Foi o que os franceses exprimiram, durante séculos com o grito:

— O rei morreu! Viva o rei!

As cabeças de dimensões reduzidas parecem estar ligadas a algum rito implicando em sacrifícios humanos. Vimos, de fato, que muitas cabeças de Ita Yemoo têm uma mordança e já explicamos as razões. Os bastões parecem destinados a abater as vítimas antes que o executor lhes corte a cabeça. Este tipo de sacrifício está em vigor até os dias atuais, mas com animais como vítimas.

Perguntas sem respostas

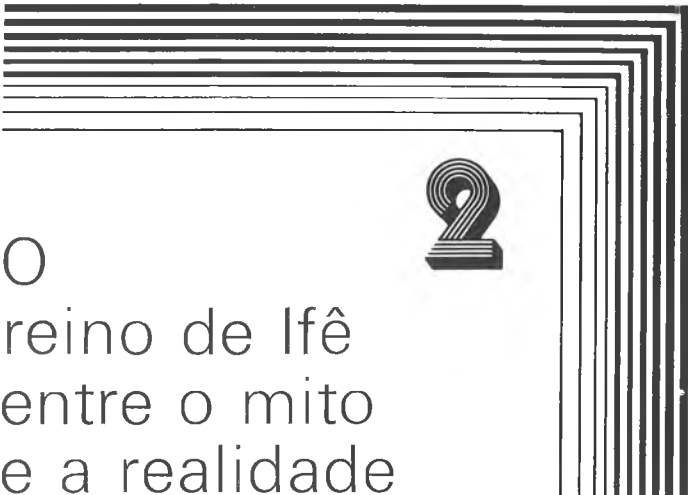
Embora ainda profundamente ligada à arte primitiva da África em sua essência, a arte de Ifê testemunha um alto nível de desenvolvimento intelectual e técnico.

Uma série de perguntas ocorre aos antropólogos, etnólogos e arqueólogos: qual é essa civilização admirável da qual a moderna Ifê não é senão um pálido reflexo? Como esses artistas africanos da Idade Média conseguiram dominar a técnica do bronze? Como atingiram eles uma tal originalidade em sua criação e por quê?

A estas perguntas só se pode responder por hipóteses que se chocam às vezes em suas próprias contradições internas ou que pouco depois são invalidadas por novas descobertas. A estas perguntas, o próprio povo da Ifê moderna não pode responder pois es-

queceu o que, sete séculos atrás, fez sua grandiosidade. Mas, por que este desaparecimento repentino?

Tal é o mistério de Ifê, cidade santa dos lorubas, sede de uma civilização artisticamente brilhante, desaparecida um dia sem razão aparente. Vamos procurar desvendar estes mistérios.



O reino de Ifê entre o mito e a realidade



ue se sabe da civilização de Ifê?

Os documentos dispersos, as lendas transmitidas de geração em geração e que se perdem na noite dos tempos, não nos permitem responder senão de uma maneira aproximativa a esta pergunta.

Sobre a criação do reino, sobre o nascimento das dinastias reais, confundem-se intimamente, como veremos, mito e realidade.

Anões, corcundas, albinos e monstros de todo gênero

Sobre a criação do reino, dispomos de três versões de uma mesma lenda; todas dão Ifê como o centro da Terra de onde teria partido a raça humana.

De acordo com a primeira versão, o grande deus Olodumarê envia dezesseis deuses menores para criar o mundo. Ele confia a Orishanla — conhecido igualmente sob o nome de Obatalá — uma cabeça de areia e um frango com cinco dedos. Porém, no decorrer de sua descida para a Terra, Obatalá bebe vinho de palmeira, embriaga-se e acaba dormindo. Aproveitando-se da ocasião, o deus Oduduwa apossa-se do saco de areia e do frango: chegando ao oceano original, ele joga a areia na água e põe o frango em cima. A pequena ave começa a ciscar e acaba fazendo aparecer a Terra. Neste momento, os outros deuses vêm reunir-se a Oduduwa, descendo do céu graças a uma corrente que ainda se podia ver, segundo uma tradição indígena, no Bosquete de Olose, há alguns anos.

Apesar do erro cometido, uma nova chance é dada a Obatalá: é a ele que cabe a honra de criar os homens. Entretanto, o deus incorrigível embriaga-se novamente e começa a fabricar anões, corcundas, albinos e toda espécie de monstros...

Oduduwa intervém novamente, anula os monstros gerados por Obatalá e cria homens bonitos, sãos e vigorosos.

Esta situação provoca uma guerra entre Oduduwa e Obatalá. Depois da derrota deste, Oduduwa torna-se o primeiro rei de Ifê. Ele distribui coroas aos seus filhos e os envia a criar vários reinos fora de Ifê.

Utilizando nomes de deuses, diferentes em parte, conta-nos uma segunda versão:

“No começo não havia terra, somente água. Olorum (o Céu) envia Oxalá para baixo. Entrega-lhe uma quantidade de areia, dizendo-lhe: ‘Espalha isto sobre a água.’ Oxalá partiu. A caminho, pegou uma garrafa de vinho de palmeira, e provando-o disse consigo: ‘É bom!’ Ia andando e bebendo. Quando estava com sede bebia um gole. Já fazia muito tempo desde que bebera o primeiro gole. Então, sentindo-se cansado dormiu, esquecendo-se do que Olorum o tinha encarregado de fazer. Os outros *orixás* pegaram um espelho (*awo-afé*), olharam e viram que, lá embaixo, Oxalá havia bebido, adormecendo e esquecendo sua missão. Então, Olorum enviou Oduduwa dizendo-lhe: ‘Faz o que pedi a Oxalá.’ Oduduwa era um homem forte. Tomou consigo a carga de areia. Desceu, fez a Terra e empurrou a água de lado. Olorum lhe deu um frango chamado Adjé alessó manu, que tinha cinco dedos. Ele impele a água para um lado e assim fez-se o mar.

Quando Oduduwa e Oxalá terminaram o trabalho, foram a Ifê, criaram um reino próspero e depois transformaram-se em pedras. . . .”

Os habitantes da Ifê moderna, prestam culto a estas pedras. Antes mesmo de pronunciarem o nome de Oxalá, os fiéis sacrificam um carneiro, pois a autoridade deste deus é temível.

“A cidade se chamará Ifê de hoje em diante”

Uma terceira versão conta a criação da cidade de Ifê com mais detalhes.

“No começo tudo era água. Mas havia no meio uma ilha (*Illa-odo*). Sobre a ilha, erraram os primeiros chefes, mas eles não sabiam o que deveriam fazer. Depois de um período bastante longo, Olorum veio do céu e instalou-se na ilha; com ele vieram outros deuses. Olorum disse: ‘Exu, senta-te atrás de mim; Ogum, à minha direita; Obatalá, coloca-te à minha esquerda. Vós, os outros deuses, colocai-vos em redor.’ Depois chamou os chefes e disse-lhes: ‘Vede o que se passa aqui. . . Agora, prestai bem atenção. A cidade se chamará Ifê de hoje em diante. A colina sobre a qual estou sentado, terá três palmeiras. Dezesseis deuses vieram comigo. Eles terão filhos e habitarão em volta de vós. Mas tu, Oni, reinarás



Uma audiência do rei de Mali no começo do século XIV. A gravura acima representa, muito provavelmente, Kango Mussa, mais conhecido sob o nome de Mansa Mussa. Seu reino e o de seus sucessores vão marcar o apogeu de Mali. Coleção Henri Nabouret de Ledde. *Cliché Philippe Aziz*



Tombuctu, a legendária "cidade da sabedoria" na Idade Média. Aproximadamente no século XV, os europeus começaram a ouvir falar da opulência e da alta cultura de Tombuctu, a capital do Sudão ocidental. Coleção Henri Nabouret de Ledde. *Cliché Philippe Aziz*

aqui e mostrarás aos Alafin a vontade dos deuses.'

Olorum foi embora. Assim nasceu a cidade de Ifê, na qual habitaram os dezesseis deuses."

Uma mulher jovem descobre o segredo dos guerreiros ibos

Qual é a relação entre estas três versões e a realidade? Que nos ensinam elas de preciso sobre a história de Ifê?

Das duas primeiras subsistem ritos religiosos, tais como o sacrifício do carneiro antes de pronunciar o nome do orixá, ou a proibição de beber vinho de palmeira para os adoradores de Oxalá, em penitência aos seus excessos.

Por outro lado, a terceira narração levanta um certo número de problemas: haveria uma população autóctone em Ifê antes da chegada dos deuses? Como se constitui a monarquia? Que marcas deixaram os deuses e que forma tomou a religião?

A existência de uma população autóctone antes da chegada dos lorubas é atestada por várias narrativas antigas e por certas cerimônias. Assim, o rei dos Ibos assegura que seus antepassados subjugaram os indígenas da região de Ifê, pois "estes possuíam o

ferro". Ora, a Idade do Ferro na Nigéria remonta ao século V a.C. Além disso, é muito provável que os Ibos tenham sido subjugados pelos Iorubas em tempos muito remotos.

Segundo uma outra narração, o povo de Ifê e os Ibos se guerrearam sem quartel, porém, invariavelmente, o combate acabava em detrimento dos Ifês. Estes, aliás, eram persuadidos de que seus inimigos não eram homens, mas seres sobre-humanos ou mesmo demônios. Moremi, uma mulher jovem de Ifê, decidiu descobrir o segredo dos ibos e prometeu ao deus do rio qualquer sacrifício se ele a ajudasse a cumprir sua missão. Aconselhada pelo deus, deixa-se capturar pelos adversários no combate. Tendo sido observada por sua beleza pelo chefe dos Ibos, torna-se sua esposa. Um dia, ela percebe as vestimentas em rafia que os guerreiros Ibos usavam como armadura; seu marido lhe recomenda não aproximá-las do fogo.

Compreendo, enfim, de onde vinha o poderio do inimigo, ela foge e explica a seu povo como vencer os Ibos. Entretanto, teve de pagar ao deus o tributo prometido, o sacrifício de seu filho único, Oluorogbo. Atualmente, esta história é reconstituída durante a festa de Edi.

Antes de Oduduwa, um velho caçador solitário em Ifê

Enfim, uma última lenda enfatiza a tese da presença de uma população autóctone no território de Ifê, antes da chegada dos lorubas. Ela se prende ao Bosquete de Orê.

“Antes da chegada de Oduduwa, vivia na Terra um velho caçador, Orê, que não tinha mulher nem filho. Ora, Oduduwa tinha uma família numerosa, crianças barulhentas que passavam e repassavam diante da morada de Orê. Enciumado, Orê mata um filho de Oduduwa, que vem então procurar o caçador:

— Por que mataste meu filho? — pergunta-lhe.

— Tu és feliz, tens esposa e filhos. Eu sou sozinho; então vinguei-me.

— Escuta — diz então Oduduwa —, vou dar-te uma mulher e criarás uma família.

A partir deste momento, Oduduwa e Orê viveram em harmonia.”

Apesar de sua simplicidade, esta lenda atesta a existência de uma população de caçadores, antes da chegada dos lorubas, no território de Ifê.

Reis divinos ou simples mortais?

De fato, sobre a interpretação dos narrações relativas à fundação de Ifê reina a maior confusão.

Os próprios indígenas, principal fonte de nossa informação, não sabem a que fatos históricos relacionar todos esses mitos. Para uns, foi de Ifê que saíram os reinos de Oyo, de Benin e de outras cidades. Para os outros, Ifê herdou estruturas já existentes e não é senão uma amálgama de diferentes povos. Além disso, afirmam alguns indígenas, seus onis (soberanos) não são de origem divina, mas apenas simples mortais.

Foi o que contou um velho de Ifê, em 1910, ao grande antropólogo alemão Leo Frobenius:

— Muitos não têm direito algum à origem divina que atribuem a si, dado que nas antigas épocas de guerra freqüentemente reinou uma completa confusão. Talvez porque os dois clãs do orixá Olokum e do orixá Oduduwa tenham desaparecido quase completamente. E mentem aqueles que no momento se evocam o nome desse orixá. Mas o pior caso é o do clã do próprio oni. Um dos ancestrais do atual oni seria um homem vindo do oeste, que um dia, tendo encontrado em sua fazenda uma imagem de pedra, pretendeu que era a do orixá Lajamisan, um orixá

completamente desconhecido até então (?). Proclamou igualmente que esse orixá era pai de sua família. Em seguida, esse homem engenhoso teria derrubado o oni e se teria feito entronizar em seu lugar, em Okê-Ado (colina da coroação), colocando a mitra do oni na cabeça.

Este testemunho é confirmado por uma lenda que contam os habitantes de Oyo, vizinhos de Ifê. Segundo eles, Oronmiyon deixou Ifê para ir fundar outros reinos. Antes de sua partida, ele havia confiado a guarda dos santuários e das riquezas reais a Adimu. Este tornou-se cada vez mais importante na vida da cidade. Ora, ele era filho de uma vítima de sacrifício oferecido a Oxalá, que se chamava Omooluwoni. Este nome teria sido abreviado para *owoni* e depois para *oní*. A dar crédito a essa lenda, os Oyos querem mostrar que os onis de Ifê descendem de um simples mortal, Adimu, e não do deus Oronmiyon.

Um novo rei reverencia os 201 templos

Não importa qual seja a origem real da monarquia de Ifê, o soberano é sempre considerado um rei divino.

A entronização e os funerais do rei são

objeto de um cerimonial particular e, em geral, bastante complexo. Quanto à sua corte, é regida por leis especiais.

O novo soberano é designado por um colégio de eleitores em unanimidade, escolha confirmada em seguida pela divindade de Ifê. Neste momento, o futuro rei usa o título de *ishaka* e vai prostrar-se diante dos 201 templos dos *egboras* (7), e depois diante de cada um dos chefes titulares.

As cerimônias se desenrolam, então, em vários templos. No dia da entronização, um escravo chamado Eledischi, ricamente vestido e tendo à cabeça uma coroa, é levado ao palácio real, o *afin*. Lá, Eledisch recebe os altos dignitários da corte em várias salas do *afin*. Após esta longa homenagem, Eledischi deve deixar o palácio e Ifê para sempre. Exce-to seus parentes próximos, ninguém tem o direito de lhe falar. Na realidade, a sorte do infeliz escravo não é tão terrível. Ele pode voltar a Ifê à noite e refugiar-se junto ao monge Obadiyo, dignitário do templo de Odu-duwa.

Às vésperas de sua proclamação, o próprio futuro oni recebe dons em número múltiplo de 201. No dia seguinte, de pé sobre um montículo de terra chamado *idi orixá* ele

(7) Os *egboras* são templos ou altares. Segundo a tradição, Odu-duwa fundou 200 *egboras*, sendo o 201.º o seu próprio. Veremos ulteriormente o simbolismo deste número.

é investido de uma túnica branca e proclamado oni. Encaminha-se, em seguida, ao palácio onde recebe as homenagens dos dignitários da corte.

Nesse mesmo dia, celebram-se diferentes cultos nos 201 templos de Ifê e, trinta dias mais tarde, tem lugar a cerimônia em honra do deus Exu.

É somente no dia seguinte ao de sua proclamação que o oni finalmente recebe sua coroa no templo de Orixalá.

Os dignitários da corte

Oni significa “aquele que possui”. O rei nunca é chamado por seu nome pessoal. Se um de seus súditos é seu homônimo, ele é chamado de Olorukobá, “possuidor do nome do obá”⁽⁸⁾.

A corte do soberano se compõe de três categorias de dignitários. Em primeiro lugar, os *omodewas*, em número de oito, são os “chefes do interior”. Eles têm livre acesso junto ao rei e dispõem de quartos pessoais no palácio. Em segundo lugar, os *emewas* são os “chefes de exterior”: eles comandam os diferentes bairros da cidade. Não podem penetrar no *afin* (palácio real), sem uma autorização

(8) *Obá*, significando soberano, é, como veremos, um termo próprio do reino de Benin.

especial. Enfim, os *emeses* ou “meninos dos pés” são os servidores do oni. Devem raspar a cabeça de cada lado alternativamente, de cinco em cinco dias⁽⁹⁾. O primeiro dos *emeses* tem o título de *sarun*.

Funerais reais

É o primeiro dos *omodewas* que, na morte do oni, dirige as exéquias. Os parentes contentam-se em oferecer sacrifícios nos 201 *egboras* de Ifê. Quanto aos *omodewas*, sacrificam no exterior do *afin*, diante da multidão, cabras, carneiros e um cavalo.

Procede-se em seguida, à toailete fune-rária: o corpo do oni é lavado com água de um certo poço, raspa-se-lhe a cabeça, os dois grandes tornozelos são atados um ao outro por correntinhas fabricadas para a circunstância. Depois, unta-se o corpo com uma espécie de giz, e ele é enfeitado com colares e amuletos; colocam-se-lhe as sandálias ornadas de pérolas e o *adé*, uma coroa que parece uma mitra. Depois o corpo é exposto numa sala do palácio.

Nesse momento, os chefes de Ifê chegam para saudar uma última vez seu soberano. Durante esta cerimônia, os *omewas* estão

(9) Quer dizer, uma vez depois de cada semana, dado que a semana ioruba tem quatro dias.

vestidos com uma tanga preta que os cobre até os quadris. Eles se aproximam e recuam até que, chegando próximo ao corpo, voltam-se e levantam a perna esquerda para trás, dizendo adeus a seu rei. Depois ajoelham-se e, tocando o chão com a testa, rezam para que o soberano possa reunir-se a seu pai terrestre "do outro lado".

Durante esse tempo, o chefe dos marceneiros apressa-se em preparar o caixão. Antes de abater a árvore da qual vai tirar as pranchas, ele sacrifica um bode e uma cabra ao pé do tronco. Quando tudo está pronto, oito *emeses* (servos) levam o corpo estendido sobre o caixão para o mercado. Durante uma hora, eles o fazem passear no meio da multidão, que o saúda. O *olokere*, responsável pelos ofícios dos mortos, é pelo enterro dos suicidas e encarrega-se da organização da inumação. Muito discreto, esse ritual tem lugar na presença dos *emeses*, dos padres de Oronmiyon, de alguns parentes próximos, assim como de alguns *otus*, encarregados de levar os animais destinados ao sacrifício. Perto do túmulo cava-se um buraco destinado a recolher o sangue dos animais imolados e coloca-se aí o tambor quebrado do rei e um crânio de cavalo.

Somente sete dias depois do enterro poderá haver feira novamente. Três meses mais tarde tem lugar a eleição do novo rei que

será escolhido entre as quatro linhagens reais ⁽¹⁰⁾.

Ifê e a Europa na Idade Média

Sob o governo desse rei, como se organiza a vida dos habitantes de Ifê? Tratar-se-á de uma sociedade primitiva e muito atrasada, como se pode imaginar à primeira vista? Parece que não, segundo Frank Willett. Em sua obra notável *Ife in the history of West African sculpture* (Thames e Hudson, Londres 1967), o arqueólogo inglês afirma que o nível de desenvolvimento em Ifê é comparável ao da Europa na mesma época.

“Os europeus, em visita a Ifê, perguntam freqüentemente como pessoas vivendo em míseras choupanas de barro seco, cobertas de palha, puderam fabricar tão belos objetos como os bronzes e os barros expostos no museu da cidade. Esta é uma maneira de ver muito ‘etnocêntrica’, pois é preciso lembrar que na Idade Média toda a Europa era composta de países agrícolas com população essencialmente camponesa, que habitava casas com paredes de barro seco e telhados de palha. Chamamos estas paredes de ‘paredes de taipa’ e estes telhados, ‘telhados de palho-

(10) Já vimos que só havia quatro famílias reais em Ifê.

ça', porém não há realmente diferença. E, no entanto, os habitantes da Europa medieval produziram obras de arte que estão entre as mais belas do mundo e de não importa que época. Na Idade Média, não deveria existir grande diferença entre a população camponesa da Europa e os habitantes da África Negra. De fato, as mais antigas narrações de viajantes que visitaram a África fazem pensar que eles não viam uma grande diferença entre seu próprio nível de vida e o desses estrangeiros: eles consideravam os Africanos como iguais. Foi somente depois do começo da era industrial e da fabricação em série que se pôde observar uma notável diferença nos níveis de vida entre as vastas regiões africanas e o mundo ocidental mais industrializado."

Do mesmo modo, o arqueólogo notará que subsiste nos campos uma quantidade de construções romanas e góticas, da Europa Medieval, que indicam um nível de vida e de civilização sem nenhuma relação com o da África Negra na mesma época (fora as catedrais, palácios, castelos e prefeituras, principalmente as obras de arte que nos lembra Frank Willett). Assim as casas fortes, granjas, celeiros, fazendas, moinhos, albergues, aldeias, casas de aldeias, mosteiros, priorados, eremitérios, inumeráveis igrejas, etc. Sem falar nas fortalezas e suas comunidades.

Na África, construções surpreendentes para a época

Das casas habitadas pelo antigo povo de Ifê, nada resta infelizmente. Isto acontece em virtude de seus processos de construções. Primeiramente, não há fundações, se bem que seja possível determinar a localização das casas. Em seguida, o material de base — uma espécie de massa espessa feita de uma mistura de terra fofa e de água — sendo extremamente frágil, não resistiu ao tempo e às intempéries. Com este material, o operário levanta uma parede de barro com cerca de 65 centímetros, que ele deixa secar um dia, antes de acrescentar as camadas sucessivas.

Por sorte dos arqueólogos, as habitações de Ifê são calçadas interiormente com fileiras de cacos de louça picados no chão, de um efeito muito decorativo. Encontram-se outros estilos de pavimentação: simples fileiras de cacos em linhas retas ou alternadas com filas de pedaços de quartzo branco.

Algumas casas têm mesmo pátios interiores ou quintais igualmente ornados com este tipo de motivos. A presença do implúvio — pátio interno que servia para acumular água da chuva — é própria das construções mediterrâneas, particularmente na época romana. Ora, uma quantidade de casas iorubas

é construída neste modelo: no centro, encontra-se a abertura do telhado pela qual afluí a chuva. A água é então recolhida pelos vasos colocados no chão. As portas de madeira são movimentadas por meio de dobradiças, revelando assim um certo grau de conhecimento técnico.

Uma descoberta perdida num naufrágio

Infelizmente não dispomos de dados precisos sobre a organização da vida no interior dessas casas. Contudo, dispomos de informes sobre os costumes e o artesanato, graças aos detalhes das esculturas.

Na antiga Ifê, existem dois tipos de teares: o grande tear, no qual as mulheres tecem grandes peças de pano, e o pequeno tear, no qual os homens confeccionam estreitas tiras de tecidos que se juntam em seguida. Encontram-se nas estátuas reproduções dessas peças de tecido: alguns personagens usam cintos e echarpes tecidos muito provavelmente nos pequenos teares.

A indústria da pérola ocupa igualmente um lugar de destaque em Ifê, como testemunha a descoberta de uns vinte cadinhos feitos de uma massa branca, com paredes espessas e recobertas de vidro tanto no exterior como no interior. Além disso, como vimos no capí-

tulo precedente, numerosas cabeças são ornadas de pérolas, entre as quais pode-se fazer uma distinção. Algumas, ao que parece, são pérolas em pedra vermelha, enquanto outras são em vidro azul.

Um dos primeiros viajantes da África Negra, no século XIX, Lauder, compra em 15 de maio de 1830, em Old Oyo, ao noroeste de Ifê, um conjunto de pérolas vitrificadas. Um indígena contou-lhe que esse conjunto havia sido desenterrado em Ifê. Lauder naufraga no Níger, fazendo com que pouco se possa averiguar a respeito desse material. Mas o conjunto provém, muito provavelmente, do Bosquete de Olokum, onde foram feitas mais tarde descobertas similares.

Em memória de Are, fundador de uma cidade

Um dos aspectos mais importantes da civilização ioruba é a religião. Sobre esse assunto dispomos de boas fontes, pois os textos sagrados atravessaram os séculos sem sofrer modificações fundamentais.

Em Iloffa, ao norte da Nigéria, festeja-se à memória de Are, fundador da cidade, no decorrer de uma cerimônia que dura muitos dias. Veremos que os Nigerianos do norte referem-se, então, à “gente de Ifê”. Os homens se presenteiam com sementes de cola e vinho

de palmeira. Três dias mais tarde, acompanhados de seu chefe, vão ao túmulo de Are situado fora da cidade. Encontram aí os habitantes de Igbirra, pequena localidade vizinha e, juntos, fazem a oferenda de sementes de cola e vinho de palmeira antes de cantar esta prece ritual:

*...O obá Ilofffa fez isto,
A cerveja é como o mel.
O obá Ilofffa fez isto,
O vinho é como o mel.
Ilofffa e Igbirra fazem isto,
Os irmãos de sangue não se traem..*

*A árvore que vive muito tempo se cobre
de frutos.*

*Que assim seja para obá Ilofffa!
Longa vida a obá Ilofffa!*

*A árvore que vive muito tempo se cobre
de frutos.*

*Que Agunloyê seja próspera como o
homem branco!*

*A árvore que vive muito tempo se cobre
de frutos.*

Uma cerimônia que termina em júbilo

Depois de se congratularem, os homens se separam e cada um volta à sua aldeia.

Em Iloffa, a festa continua. Homens e mulheres reúnem-se na praça da cidade, acendem uma grande fogueira de ervas secas e dançam em volta, cantando:

...Os tições vacilantes vieram.

Nós nos servimos de ervilhas secas para comer o ewo.

Os malditos de Offá⁽¹¹⁾ vieram,

As pessoas de Ifê vieram.

Ninguém atrás deles!

Os Offás levantaram-se, os pais devem prevenir seus filhos.

Que fiquem os que trazem sorte à nossa gente.

Eu tenho sorte, eu tenho sorte.

A noite vem interromper esses festejos, que recomeçam no dia seguinte com o sacrifício de um carneiro ao deus da guerra e do ferro, Ogum, oferecido pelo chefe da cidade e os membros do conselho de guerra. No dia seguinte o obá oferece uma grande festa a toda a cidade durante a qual aparece Ajangbite, o mestre das máscaras que executa uma dança simbólica. Um dia depois organiza-se um grande banquete para os homens portadores de máscaras. Enfim, durante o último dia um festim é oferecido às fi-

(11) Offá é o nome de uma tribo inimiga vinda do sul.

guras de prestígio da cidade e das aglomerações vizinhas. As moças de Iloffa dançam cantando:

... Há barulho no mercado.

*Façam barulho em redor de mim,
camaradas.*

Reunamo-nos!

*Mesmo se nós, os filhos de Iloffa,
ficamos sozinhos,*

*Nós somos bastante para divertir nosso
Ogum.*

Depois desta prece, os rapazes invadem a praça da cidade, conduzidos por Ajangbite. A cerimônia termina em júbilo.

Erinle: deus, feiticeiro e curador . . .

Ao lado das cerimônias puramente locais, existem verdadeiros cultos aos orixás. Traduzido impropriamente por “divindade” este termo designa de fato seres sobrenaturais mediadores entre os homens e o “Deus todo-poderoso e criador” (12). A este deus

(12) Sobre este deus que parece ser o primeiro esboço de uma religião monoteísta de origem africana, os especialistas emitem opiniões diversas. Não podemos aqui agrupar os argumentos muito complexos recorrendo a um conhecimento preciso das religiões africanas. Sobre este assunto, ver a obra de arqueólogo alemão Damann, *Les Religions Africaines* (Payot).

não é prestado culto algum e não lhe é autorgado nenhum santuário nem sacerdote. Os orixás representam os traços do caráter divino: Xangô personifica a vitalidade e a força de Deus. Obatalá, sua pureza e compaixão, Ifá sua onisciência, Exu sua inteligência . . .

Uma terminologia particular é atribuída a cada função e a cada manifestação do culto de um orixá. Assim, chama-se *obá* o sacerdote encarregado de perpetuar o culto do orixá. Um *oriki* é uma espécie de canto sálmico ritmado por um tambor, que conta as façanhas, os incidentes e as fraquezas desse ser sobrenatural.

Em Ilobu, venera-se Erinle, o orixá caçador. Numa linguagem estranha, o *obá* exalta a força, o espírito guerreiro de Erinle, conta sua vida rude na floresta e evoca seus dons de feiticeiro e curador:

Ele é firme e forte como uma rocha antiga.

Ele é claro como o olho de Deus que não deixa erva alguma brotar.

Como a terra ele jamais mudará.

Do fundo do rio ele nos chama à guerra.

Nas urzes e na mais profunda floresta encontra alimentos.

Ele trilha perigosas veredas mas seu pé não hesita.

*Ele é capaz de destruir, como os vermes
no estômago.*

Ele cura a cabeça confusa.

*Ele mistura as cabeças das outras aves
com as dos avestruzes.*

O antilope não pode mexer.

A vaca do prado fica fascinada.

*Ele não se dá bem com o leopardo,
salvo quando se trata de sua orelha malhada.*

Exu, mensageiro dos deuses

Outros *orikis* celebram os principais orixás: Ogum, Obatalá, Exu, Omulu, Oxum, Xangô. Eis o *oriki* endereçado a Exu, mensageiro dos deuses:

*Ele está em pé sozinho à entrada como
um filho de estrangeiro.*

*Faça ao filho de estrangeiro o mal que
você mandou fazer ao filho da casa.*

Exu está de pé na entrada.

*Ele está de pé na entrada acima dos
gonzos da porta.*

*Exu, não me faça mal, faça mal ao filho
de um outro.*

*Eleyinbô torna-se a semente do jogo
de aiô.*

*Com a semente do jogo de aiô só pode-
mos divertir-nos.*

*Vagando nos campos de arachides, seu
crânio é visto de tempos em tempos acima
das plantações,*

Graças à sua grande altura.

*Exu sobe no fogão para derrubar sal no
molho.*

Ele tem oitocentos bastões.

Ele tem oitocentos bastões nodosos.

*...Ele parte para Oyo e volta no mesmo
dia...*

*Ele chega diante do portal e dorme
durante três anos...*

*...Ele anda se balançando provocan-
te...*

*...Ele faz com que na feira não se
compre nem se venda até o cair da tarde.*

*...Quando Bara sai fungando, as pes-
soas acreditam que o trem vai partir.*

Os passageiros se agitam.

*...Ele é como um barbudo que fica
seis meses na casa do tintureiro.*

*O tintureiro não pode nem tinturar sua
barba nem ir jantar.*

*...Da cabeça de uma serpente ele faz
um apito...*

*...A pedra que ontem ele lançou, ma-
tou o passarinho hoje...*

Um semideus irracional . . .

O *oriki* de Obatalá, deus da criação, apresenta caracteres um pouco particulares. Já evocamos esta divindade muito ávida de vinho de palmeira. Este gosto pelo vinho já é surpreendente em um deus. Porém o *oriki* mostra Obatalá agindo ao encontro do que pode parecer razoável ou lógico, o que acentua o lado paradoxal do hino, que se segue, por momentos muito hermético, como se verá. Enfim, a prece a Obatalá, mostra-nos este deus ora generoso e sempre pronto a vir ajudar os homens, ora insensível e de uma rara crueldade:

*Obatalá, poderoso rei de Ejigbo,
Obatalá, proprietário da coisa sagrada.
Rei de Tapa na corte de Iranje.*

*Ele dá a quem possui e toma de quem
nada tem.*

*Ele fica tranqüilo e julga tranqüila-
mente.*

*Ele olha com o canto dos olhos sem dar
a impressão.*

*Com mãos longas ele retira o filho
caído na armadilha.*

*Se tem o que comer, ele nos dá de
comer.*

*Se o dono da casa acorda, o chumbo
não acorda.*

Ele dorme na casa e calça a porta com o chumbo.

Rei para quem todos os dias são dias de festa.

Rei proprietário do barco todo branco.

Rei justo como a mão de Ifá.

Rei que põe no mundo sem esquecer.

Ele quebra completamente o olho do malfeitor.

Ele bate nas nádegas do malfeitor como se bate num saco de ráfia.

Ele come o rato como Overen.

Ele come peixe como Onigerê.

Proprietário de uma corrente na corte do céu,

Ele apoia o que diz a verdade.

Obatalá, marido de Yemowo.

Obatalá, mestre do corcunda.

Obatalá, mestre dos albinos.

Obatalá, marido de Yemowo.

Maciço como o camelo.

...Obatalá,

Famoso na assembléia.

Cabeças coroadas de pérolas "segi",

A pérola "segi" é uma pérola comum para ele.

Ele é o proprietário da lei e segura o comando.

Ele acorda e cria duzentos costumes.

Homem fino e sem cicatrizes,

*Sua atividade na terra não tem limites.
Redondo como um terreno de feira.*



Uma Atlântida africana desaparecida



civilização de Ifê, esse “milagre africano da Idade Média”, segundo a expressão de Georges Hardy, não deixou de suscitar numerosas teses entre todos os que se debruçaram na história das civilizações africanas. Uma das mais surpreendentes é, sem contestação, a do antropólogo alemão já citado, Leo Frobenius. Autor, como já dissemos, das primeiras descobertas arqueológicas sobre a situação de Ifê em 1910, ele volta à Alemanha onde faz declarações estupefacientes nas quais ressalta que Ifê seria simplesmente . . . a Atlântida!

À tese de Frobenius muito falta para ser clara e rigorosa. É necessário mesmo um enorme esforço para seguir o antropólogo em sua demonstração freqüentemente confusa e caótica. Entretanto, esta teoria tem o mérito de fornecer-nos uma tentativa de explicação sobre a misteriosa civilização surgida no coração da África ligando-a a uma corrente cultural mais ampla.

Quatro culturas capitais na África

Em seu livro *Mythologie de l'Atlantide*, surgido em 1922, Frobenius desenvolve longamente seus argumentos em favor de sua tese. Em um primeiro tempo, explica o que é a Atlântida para ele e expõe seu método de trabalho. Este está apoiado na cartografia, que, "para o estudo das civilizações consiste em que todas as constatações de um mesmo fato sejam levadas a um mapa mudo". Aplicado à África, este método revela que existem quatro culturas capitais neste continente:

- 1 - a civilização sul-eritreana, situada ao sul da Zambézia com o conjunto de ruínas de Zimbabue;
- 2 - uma cultura localizada na Abissínia, perto do mar Vermelho, tendo uma raiz arqueológica, e que se chama civilização norte-eritreana;

- 3 - a civilização sírtica, que engloba o noroeste da África;
- 4 - enfim, uma última civilização, que se pode seguir no mapa desde Gâmbia até São Paulo de Luanda, limitada em toda esta zona por testemunhos arqueológicos. Chama-se esta quarta civilização cultura atlântica, em razão de sua situação às margens do oceano.

Os misteriosos caminhos de uma cultura

Como se reconhece a civilização atlântica? Segundo o antropólogo alemão, esta civilização comporta certos traços que só pertencem a ela. É aí que as mulheres tecem as cestas enquanto que, nas terras, cabe aos homens esta tarefa. É igualmente na costa que se encontra um arco particular cuja corda passa por cima da frente do arco, e é lá também que os indígenas usam uma tatuagem nos cantos da boca, à maneira dos bigodes dos gatos. Por que o entrançado dos cestos pelas mulheres, o arco e a tatuagem são traços específicos da civilização atlântica? Jamais o saberemos, pois Frobenius julgou sem dúvida supérfluo fornecer-nos informações mais amplas sobre este ponto.

Depois de ter organizado a lista desses caracteres, o antropólogo convida-os a “se-

guir em sentido contrário o caminho que nos conduziria ao domínio de onde haviam fluído as fontes da cultura até os germes de nossa própria pré-história, ou mesmo até as origens do Egito ou da Mesopotâmia. De onde pois, a civilização partiu, para chegar à Ásia ocidental ou ao vale do Nilo?

Destarte, nossas buscas se encontravam reconduzidas aos países do oceano Pacífico. O que aí se constatava claramente que no centro do oceano Pacífico tinha sido localizado um enorme “movimento” da cultura e que, pelas águas cuxitas, entre a África e a Arábia, a civilização se teria insinuado em direção do Egito e da Babilônia. Vê-se que esta corrente cultural estende-se então em pequenos arroios, através da Ásia ocidental, penetra no Mediterrâneo e caminha mais longe, em direção à Itália, Espanha, França e Inglaterra”.

Sol macho e lua fêmea

Se quisermos resumir mais claramente o pensamento do nosso antropólogo, diremos que a cultura original da humanidade parte do oceano Pacífico e chega, depois de muitos rodeios, até as costas ocidentais da África e mais precisamente em Ifê.

“O que há de interessante nisso é que essas constatações unem muito diretamente

o Oeste africano e o Oeste asiático, enquanto que, do ponto de vista da mitologia, as marcas dessa ligação são extremamente raras. Os elos intermediários no Mediterrâneo ocidental, todos, por assim dizer, pereceram. As culturas indo-germânica, céltica, grega, etrusca, varreram os últimos testemunhos dos fatos. Porém, em muitos pontos, a antiga ligação com a Ásia ocidental fica muito distinta. Provei, pelo método cartográfico, que certas particularidades muito significativas seguiram esta via em sua expansão: por exemplo, sol macho e lua fêmea, muito do ovo primitivo, divisão quaternária do espaço, o turnus sagrado, a suástica⁽¹⁾, o simbolismo das cores, o sexo dos números. . .

A cultura atlântica é, pois, uma semente. . . que, através da Ásia ocidental e do Mediterrâneo, lá chegou e enraizou-se. A cultura atlântica é assim colocada em seu lugar na escala das outras culturas."

Quando os Etruscos serviam de intermediários entre a África e a Ásia

A civilização atlântica representa então, de qualquer maneira, um posto avançado de uma evolução que, vinda primitivamente

(1) *A cruz gamada.*

do Pacífico, tomou um aspecto particular durante sua travessia mediterrânea. Encontram-se, assim, na civilização atlântica, traços específicos do mundo mediterrâneo: suas pérolas de vidro, as figuras trabalhadas no quartzo, os assentos.

Ora, todos estes elementos, diz-nos Frobenius, existem em Ifê. Aliás, ele realça que é freqüentemente chamada Ufa pelos indígenas, o que terá sua importância na continuação de sua explanação. Por outro lado, constata as concordâncias que existiam entre o mundo mediterrâneo e o mundo atlântico antes da aparição da civilização grega.

Graças às antiguidades etruscas, continua Frobenius, conhecemos bastante bem a civilização pré-helênica. Segundo Heródoto, os Etruscos ou Tirrenos vieram da Lídia, na Ásia Menor. Referindo-se em seguida às inscrições egípcias do século XII antes de nossa era, e principalmente às de Medinet Hebu, Frobenius conta-nos que os "Tursha" são a grande potência marítima do Mediterrâneo ocidental (esse nome sofreu numerosas variantes: Tarschisch, Tartessos), situada além do Gibraltar e das colunas de Hércules, no oceano Atlântico. No começo da época grega, esta região é inteiramente cortada de qualquer contato com a civilização do Mediterrâneo oriental.

O antropólogo alemão refere-se ainda

a Heródoto. Segundo este último, são os "Phocios", os primeiros entre os Helenos, que descobrem os Etruscos e Tarschisch. "O que quer dizer", conclui triunfalmente Frobenius, "que esta civilização vinda do leste tinha emigrado para o oeste e perdido todo contato com seu país de origem (Ásia ocidental) por causa da pressão exercida pelos Gregos. Esta civilização permaneceria isolada e solitária no tempo, de sorte que foi preciso redescobri-la em seguida. Tal é o papel representado por Tarschisch e a civilização etrusca como conexões entre a África ocidental e a Ásia ocidental."

Flavius Josephus em socorro de Frobenius

Para mostrar que a civilização etrusca se prolongava nesses tempos imemoriais até a África ocidental, o antropólogo adianta duas provas: uma de natureza histórica e outra de natureza arqueológica.

Nos tempos de Salomão e de Hiram, os Fenícios — precursores dos Gregos no comércio mediterrâneo — conheciam o caminho da África ocidental. Depois de uma viagem de três anos, afirma Frobenius, apoiando-se no Antigo Testamento, as embarcações trouxeram prata de Tarschisch e ouro de "Ufa": este termo, já se disse, designa entre os indígenas africanos o reino de Ifê.

No domínio da arqueologia, Frobenius estabelece uma aproximação entre três cabeças: uma máscara de terracota remontando à época fenícia do Mediterrâneo ocidental, uma cabeça de terracota de Ifê e o resto de um negro oeste-africano contemporâneo. Todas três apresentam a mesma tatuagem constituída de círculos na testa. Típica da África do Oeste, esta tatuagem não se encontra no Mediterrâneo senão nas máscaras representando negros. O que reitera que, a esta época, os negros já eram empregados como escravos nessa parte do mundo. Como os negros não podiam atravessar o Saara sem morrer, eles foram, pelo visto, levados por via marítima.

A este ponto de sua demonstração, o antropólogo se refere ao "Livro dos Reis" do Antigo Testamento, que ele cita:

"Pois o rei tinha no mar naus de Tarso, conduzidas pelos marinheiros do Hiram. Uma vez em cada três anos, naus de Tarso voltavam e traziam ouro, prata, marfim, macacos e pavões."

Ora, explica Frobenius, a palavra que significa "pavão" — *thukkijjim* — foi muito justamente corrigida para *sukkijjim* por Flavius Josephus⁽²⁾ em suas *Antiguidades*, o

(2) Flavius Josephus é um historiador judeu do século I da nossa era. De uma família sacerdotal, tomou o partido dos fariseus. Em 66 participou da revolta judia contra Roma em Jotapa: tendo escapado do massacre, depois da tomada da cidade, atraiu

que significa “Etíopes”, nome antigo dos negros.

O tráfico de negros destrói a civilização de Ifê

Depois de haver explicado o que era, para ele, a Atlântida, Frobenius busca os traços de sua influência na civilização de Ifê.

Entre esses traços, nosso autor assinala “as cidades de largas ruas, os campos cobertos de um revestimento contínuo de plantações e atravessados por aléias de palmeiras cuidadosamente alinhadas, os homens vestidos de tecidos aveludados ou semelhantes à seda, os grandes estados e os reinos, o luxo das cortes reais, das cerimônias e dos templos”.

Todos estes elementos ligam incontestavelmente Ifê ao domínio cultural e espiritual da Atlântida: acaso essas cortes reais, essas cidades e esses campos prósperos não evocam a admirável descrição que Platão fez da Atlântida (3)?

a amizade de Vespasiano, para quem previu o império e que o liberou. Adotando o prenome de seu protetor, Flavius, foi no campo dos Romanos que ele assistiu ao cerco de Jerusalém. Entre suas obras, é preciso citar La Guerre Juive e as Antiquités judaïques, que ainda hoje suscitam numerosos comentários nos meios eclesiásticos.

(3) O autor destas linhas falou longamente a este respeito em sua Atlântida, civilização desaparecida (coleção As Grandes Civilizações Desaparecidas — Edição François Beauval).

E se essa brilhante civilização desapareceu, a culpa caberia aos europeus e seu tráfico de negros⁽⁴⁾.

“Todas estas coisas”, explica Frobenius, “desapareceram quase absolutamente, nos dias atuais, da costa ocidental da África, extirpadas pelos europeus. O cruel princípio ‘A América necessita de trabalhadores’ levou ao comércio de escravos. Na costa da África foram instaladas feitorias que, como bombas de sucção arrancavam primeiramente os homens das regiões situadas nas vizinhanças e, em seguida, instituía-m no país a caça aos escravos e o rapto dos negros. Nestas condições, a civilização periclitou rapidamente nas costas. A falta de firmeza dos negros da costa ocidental africana impediu-lhes de resistir às atrações que eram as frivolidades importadas do estrangeiro: o álcool e as degradantes orgias. Disto resultou que, mesmo nas vizinhanças das feitorias, o que tinha sido verdadeiramente africano, degenerou muito depressa, deixando lugar às maneiras de agir pura e

(4) De fato, o tráfico de negros existiu bem antes da chegada dos europeus às costas ocidentais da África. Desde a Alta Idade Média, era praticado em proveito dos países islâmicos e aliás, também, entre Africanos, com extrema brutalidade. León, o Africano, mostrou-nos contingências idênticas no Bornu; o Tarikh al-Fattah precisou que existiam “tribos servis”; o próprio Frobenius acabou por observar que os negros escravos já existiam na Antiguidade Fenícia. A chegada dos europeus trouxe igualmente, com o passar do tempo, o fim do tráfico africano que, sem eles, teria subsistido.

simplesmente imitadas dos europeus, tanto do ponto de vista do comportamento exterior como do ponto de vista da moral e da religião. Ora, não se pode esquecer que esses agentes de feitorias e esses marinheiros de navios negreiros, que se arriscavam em um país cujo clima lhes seria inadequado, não eram precisamente a flor da civilização européia. O elemento português, que era distinguido por alguns caracteres especiais, teve em tudo isso um papel importante.

A África não reflete senão sob uma forma degradante as influências vindas da Europa, e esta observação teve uma extrema importância nas conclusões que tive que tirar dos fatos."

As origens do Ifê

Mas como esta civilização de Ifê nasceu na costa ocidental da África? É impossível, responde Frobenius, perceber o fantástico desenvolvimento da arte de Ifê "permanecendo no contexto africano". Segundo o antropólogo alemão, trata-se de uma "civilização híbrida" resultante de um "cruzamento genial" entre o substrato africano e as contribuições da civilização atlântica. A influência desta última não aparece somente em Ifê, mas também no norte e no leste da África.

Implantando-se na África, superpondo-se ao substrato indígena, mais primitivo e mais antigo, amalgamando-se aí, a “cultura atlântica” deu origem, no continente africano, a várias civilizações das quais a mais original é a de Ifê.

A cultura atlântica, acrescenta Frobenius, caracteriza-se pela tendência à construção das cidades, por uma organização hierárquica da sociedade e, enfim, pela posse de uma imagem do mundo e de um cosmo de deuses claramente elaborados, conservados em favor de mitos, de símbolos, de práticas religiosas.

Opõe-se formalmente, por seus traços, às culturas africanas originais “permanecidas em seu trágico isolamento”. Frobenius dá alguns exemplos surpreendentes que revelam a profunda originalidade desta cultura atlântica:

“Enquanto que nas profundezas da África, a lua é masculina e tem como amante Vênus, no domínio atlântico o sol é masculino e a lua é feminina. É somente neste domínio que são indígenas os três símbolos sagrados: a mão, a roseta com oito folíolos e a cruz gamada, todos três, por sinal, com tais características, de toda a imensidade da África. É somente aí que encontraremos o ofício das tecelãs de pelúcia, o ofício de tecer com mancheia utilizado pelas mulheres, o arco frontal tão

particular, o lugar autêntico dos implúvios, uma arte cerâmica muito desenvolvida, o antigo palanquim, as esteiras oeste-africanas trançadas pelas mulheres, o costume segundo o qual os bens passam do tio ao sobrinho (correspondendo a um regime matriarcal), a inumação num caixão depois do dissecamento do cadáver, a adivinhação de acordo com as entranhas e o fígado das vítimas, o mito do povo primitivo, o cerimonial processional circular, o simbolismo das quatro cores, o culto dos amuletos em sua forma primitiva."

Olokum é Poseidon

"Ao fato fundamental que constitui a pureza e a unidade do estilo constatadas na estrutura social, na mitologia, na cosmologia e na hierarquia, acrescenta-se pois", continua Frobenius, "um conjunto de fatos de observação pertencentes ao domínio cultural (a vida prática, o folclore), fatos extremamente ricos e onde tudo se apóia. O todo se opõe como unidade particular ao que se constata em todo o resto da África. Em presença de semelhante fato, temos o direito de perguntar-nos se não será possível encontrar nesse conjunto certo parentesco com outra coisa, em um lugar qualquer, não importa qual seja.

No alto do círculo dos deuses oeste-

africanos, está Olokum, o deus do mar (é Poseidon). O círculo dos deuses é constituído segundo o número dezesseis, que se encontra em toda parte: no número de dados usados para obter os oráculos, no número de chamas da lâmpada dos sacrifícios, na numeração dos membros físicos e psíquicos, quer dizer, das forças e das partes que possui o homem, na organização hierárquica."

Ifê, "último alento de uma Atlântida em agonia"

A conclusão de Frobenius revela mais profissão de fé que lógica.

No fim de sua muito longa e laboriosa demonstração, o antropólogo alemão afirma que o reino de Ifê constitui o "último baluarte de pré-helenismo". O triunfo da Grécia, "apaixonada pelo equilíbrio e pela razão", cortou o reino ioruba e a costa da África de todo contato com o Mediterrâneo. Apesar deste isolamento, a civilização de Ifê, "último e comovente alento de uma Atlântida em agonia", continuou seu desenvolvimento até a irrupção — fatal — dos europeus nas costas africanas. É pois, em Ifê, que é preciso buscar os últimos vestígios do que foi a Atlântida há muitos milhares de anos.

Eis a lírica conclusão de Frobenius:

“Nesta parte do mundo, a África, encontramos ainda vivas as civilizações, das quais, de nosso lado, encontramos durante nossas escavações apenas cacos e vestígios fragmentados.

Porém, lá embaixo, elas ainda vivem e falam. Não falam somente com a boca, falam com a alma, como seres vivos. Falam a todos aqueles que têm uma alma e que não são como ossificados por sua inteligência e a técnica de sua inteligência.

Feliz época a nossa, à qual foi dado fazer interiormente esta experiência grandiosa!

Atlântida, antiga Atlântida, eu te saúdo!”

TERCEIRA PARTE

O enigmático império do Benin

"Examinando as obras de arte do Benin, percebe-se que nem o próprio Cellini teria feito melhor (...) Quem nos explicará como os indígenas puderam chegar a uma arte tão requintada?"

Joseph Ki-Zerbo
Histoire de l'Afrique Noire



Uma civilização artisticamente brilhante



ão cheio de mistérios quanto o reino de Ifê, do qual era o vizinho e parece ser o herdeiro, o império ioruba do Benin se estendia da atual Nigéria, exatamente a oeste do rio Volta até a foz do Níger, a leste, perto de onde ele tinha sua capital, hoje Benin City.

Conhecemos mal as origens deste império, que foi, desde o século XIII, o mais poderoso da costa da Guiné e o que mais se assemelha a uma monarquia européia.

Os feitiços destinados a proteger as nove portas da capital

Algumas lendas contam que o Benin foi fundado outrora pelos reis de Ifê; outras falam de uma primeira dinastia, a de Ogiso, cujo reinado foi interrompido por uma revolta seguida da instauração de um regime republicano. Parece que é Eweka que institui um colégio eleitoral de sete membros. Entre seus sucessores, podemos citar Ewedo (primeira metade do século XIII), que reforça a autoridade real reduzindo consideravelmente a função do colégio eleitoral e impondo de certa forma as regras da corte: os chefes das tribos em visita ao rei deveriam manter-se de pé em sua presença, os conselheiros que se dirigissem a ele empunhariam as espadas em sinal de respeito.

Ognola sucede Ewedo durante a segunda metade do século XIII. É um grande construtor, que saberá dotar sua capital de imponentes fortalezas e, como grande amante da arte, fará vir de Ifê muitos artistas e mestres fundidores; a arte real do Benin parece dever muito a este grande soberano.

No século XV o Benin atinge seu apogeu com Ewarê, que foi ao mesmo tempo um grande médico e um grande soldado. Subindo ao trono em 1440, diz-se que submeteu à sua autoridade duzentas cidades e vilas, abriu

belas e largas estradas no país, embelezou a cidade de Benin e colocou nas nove portas desta cidade feitiços para defendê-las. Ele também fez vir de Ifê, a capital mística ioruba, artistas e principalmente escultores em marfim e em madeira. A este grande rei, que parece ter viajado até o Congo, não faltava rigidez quando achava ser preciso. Assim, na morte de seus dois filhos, ocorrida em batalha, ele ordenou luto nacional de três anos, no decorrer dos quais proibiu seus súditos de se vestirem, de tomarem banho e de terem filhos. Originou-se uma revolta, à qual Ewarê, o Grande, só escapou graças a seu escravo liberto, Edo.

Um embaixador do rei do Benin em Lisboa

Todas estas informações são imprecisas e não inspiram confiança, tiradas em grande parte de lendas, de tradições orais indígenas onde se misturam intimamente o real e o fabuloso.

Portanto, os primeiros dados históricos sobre o império do Benin nos serão fornecidos por viajantes europeus. O primeiro europeu que visitou o Benin e de quem a história nos conservou a lembrança foi um português, Rui de Sequeira. Esta visita situa-se em 1472, época na qual o reino parece libertar-se de

seu isolamento, cedendo às pressões estrangeiras para manter relações diplomáticas e comerciais com os europeus. No fim do século XV um enviado do rei de Benin, Ohen Okum, vai a Lisboa de onde volta portador de "ricos presentes" e "conselhos santos e católicos". Após esta viagem, uma delegação portuguesa se instala em Benin. Os missionários não tardam em reunir-se à delegação, para empreenderem a evangelização do país. No começo do século XVI, os comerciantes, animados por motivos muito menos espirituais, põem em prática (1511) o mecanismo diabólico que vai esvaziar Benin, como os outros países da África, de uma parte de suas forças vivas: o tráfico europeu de escravos, imitado do tráfico islamita e do africano (os negros comprados pelos europeus são freqüentemente reduzidos à escravidão após guerras ou razias africanas). E é verdade, como nós o mostraremos mais adiante, que o próprio Benin indicava de algum modo a direção: era verdadeiramente pouco zeloso da vida de seus escravos.

Concebe-se, isto posto, que os habitantes deste país e os portugueses tenham interesses em comum. Para os primeiros, trata-se de utilizar da melhor maneira as novas armas trazidas pelos estrangeiros (principalmente para conseguir escravos), tais como as "forças psíquicas dos padres cristãos".

Para os segundos, convinha obter escravos baratos.

Primeira descrição detalhada do Benin

Curiosamente, não é a um português que devemos a primeira descrição detalhada do império do Benin, mas a um francês, comerciante da Dauphinê, o senhor de la Croix, que visitou este país em 1670.

Na sua volta à França, ele publicou a *Relation universelle de l'Afrique ancienne et moderne* (Lyon, 1688). Eis o que escreve o senhor de la Croix sobre a cidade do Benin, o fausto da corte real e os costumes do país:

“Há muitas portas que têm oito ou nove pés de altura e cinco de largura. São todas em madeira de uma só peça, girando sobre uma estaca. O palácio do rei é do lado direito da cidade... É um conjunto de construções cercado de muralhas que ocupa tanto espaço quanto a cidade de Grenoble. Há muitos apartamentos para os ministros e belas galerias cuja maior parte é tão grande quanto as da bolsa de Amsterdã. Elas são sustentadas por pilares de madeira incrustados em cobre, onde são gravadas as vitórias obtidas e que se tem o cuidado de manter limpos. A maior parte destas casas reais é coberta de galhos de palmeiras dispostos como pranchas quadradas;

cada canto é embelezado com uma pequena torre em pirâmide, no alto da qual está empo-leirado um pássaro de cobre com asas abertas. A cidade é composta de trinta grandes ruas bem alinhadas, com vinte e seis pés de largura, além de uma infinidade de pequenas ruas transversais. As casas ficam perto umas das outras, dispostas em boa ordem. Elas têm telhados, alpendres, balaustres, e recebem sombras de folhas de palmeiras e bananeiras, pois só têm um andar. Há nas casas dos gentis-homens muitas galerias no interior e vários quartos nos quais as paredes e o piso são rebocados de terra vermelha. Esses povos nada ficam a dever aos holandeses, em limpeza. Lavam e esfregam muito bem suas casas, tornando-as tão limpas e reluzentes como espelhos. A um dia de Benin, na direção do Levante, está a aldeia de Gofó. . .

Há falta d'água em outros lugares, como no caminho de Goton ao Grande Benin. O rei paga às pessoas para fornecerem água aos visitantes e seus funcionários têm a preocupação de deixar de quando em quando grandes vasos cheios de água, fresca e clara como cristal, com uma concha para beber; mas ninguém ousaria apanhar uma gota sem pagar e, se o recebedor não está lá, deixa-se o dinheiro e continua seu caminho. Estes negros são muito mais civilizados que os outros desta costa. São pessoas que têm boas leis e uma

polícia determinada, que vivem com compreensão e que acolhem amistosamente os estrangeiros que vêm trabalhar entre eles.”

Matança de escravos

“Ninguém na corte”, prossegue o senhor de la Croix, “ousa cobrir-se com uma vestimenta até que o rei lha dê, nem deixar crescer seus cabelos antes que o príncipe lhe tenha feito aquele presente. Às vezes, no lugar de uma roupa, o rei dá uma mulher aos jovens e eles, por isto, obtêm a permissão de vestir-se e de conservar suas cabeleiras... Uma vez por ano, o rei aparece a cavalo coberto com seus ornamentos reais, com um séquito de 300 ou 400 gentis-homens composto de infantaria e de cavalaria; uma multidão de instrumentistas precede, enquanto outros seguem o cortejo. A cavalgada é feita em volta do palácio sem se afastar muito. Alguns leopardos domesticados são levados acorrentados e um bom número de anões e de surdos serve de divertimento ao rei. Para terminar a solenidade, estrangulam-se ou cortam-se as cabeças de 12 ou 15 escravos, na crença de que estas infelizes vítimas vão a um outro país onde ressuscitam e onde suas condições tornam-se melhores.”

O palácio real do Benin, tão grande quanto o Harlem

Cinco anos depois do mercenário dauphinês, um comerciante holandês, Olivier Dapper, dirige-se por sua vez ao Benin (1675). As informações que ele nos fornece deixam supor que ele teve o privilégio de penetrar no interior da “cidade proibida”, onde residem o rei, a rainha e os altos dignitários deste reino estranho.

Na sua *Description de l’Afrique*, Dapper escreveu especificamente:

“A quatorze ou quinze léguas de Goton, em direção ao norte, encontra-se uma cidade que os holandeses chamam Grande Benin, pois, com efeito, não há outra tão grande em todas estas vizinhanças. O único palácio (...) tem três léguas de contorno e a cidade cinco, de maneira que a cidade e o palácio juntos fazem uma muralha de oito léguas. A cidade é fechada de um lado por uma muralha com dez pés de altura, feita de uma dupla paliçada de árvores, com símbolos fetichistas no meio, entrelaçadas em forma de cruz e guarnecidas de terra densa. Do outro lado, um pântano rodeado por um espinhal que se estende de um lado ao outro do muro, serve de defesa natural a esta cidade. Há muitas portas que têm oito ou nove pés de altura e cinco de largura; elas são de madeira e giram em torno de

uma estaca, como as porteiras que fecham os prados.”

Uma audiência real na corte do Benin

As indicações que Dapper nos dá sobre a cidade de Benin são, por certo, precisas e valiosas. Mas seu compatriota Bosman nos fornecerá uma descrição ainda mais completa e detalhada da residência real, onde ele foi recebido numerosas vezes: a este respeito, o testemunho de Bosman é uma das melhores “reportagens” de que dispomos sobre a maneira como o soberano do Benin recebe um visitante estrangeiro. Prestemos atenção:

“É preciso não esquecer o parque do rei, que é a parte mais considerável da cidade. Está numa grande planície onde não há casas nas proximidades (...)

Vê-se primeiramente uma galeria muito longa, sustentada por 58 pranchas, ao invés de pilares, que têm perto de onze ou doze pés de altura (...). Quando se passa esta galeria encontra-se uma muralha de terra na qual há três portas: uma no meio e uma em cada extremidade, havendo sobre a do meio uma torre de madeira feita em forma de chaminé, tendo 60 ou 70 pés de altura. No alto desta torre há uma serpente de bronze, suspensa com a cabeça para baixo. Esta serpente é tão

bem fundida e representa tão naturalmente uma serpente viva que foi o que eu vi de mais singular no Benin. Quando se atravessa uma destas portas encontra-se ainda uma grande praça quadrada, com cerca de um quarto de légua de extensão e fechada por muralhas de terra não muito altas.

Saindo desta praça, encontra-se ainda uma galeria semelhante à primeira, salvo que não há muralhas nem torre (...). Há somente duas portas, uma em cada extremidade, e, quando se passa uma destas portas encontra-se ainda uma terceira galeria, diferente das precedentes: no lugar em que existem pranchas nas outras, nesta há estátuas (...). Entre os que nos conduziam, contavam-se vendedores, soldados, guias, etc. Atrás de um tapete branco vêem-se 11 cabeças de homens em cobre mais ou menos da mesma feição; sobre cada uma delas há um dente de elefante, que é um dos ídolos do rei. Quando se sai por uma das portas desta galeria encontra-se ainda uma grande praça e uma quarta galeria atrás da qual está a casa do rei. Há também sobre esta galeria uma torre e uma serpente, como sobre a primeira muralha. A primeira dependência onde se entra é a sala do rei, onde eu o vi e tive a honra de lhe falar em presença de três fidalgos sentados sobre um coxim de marfim, encimado por um pavilhão de tela das Índias.

Era um homem que tinha o ar muito afável, com a idade aproximada de quarenta anos (...). Não havia na sala ninguém além daqueles três fidalgos, o rei e um negro que tinha um sabre na mão.

Quando se vai falar com o rei, é preciso endereçar-se a estes três senhores, que vão consultá-lo e trazem a resposta.

Eu vi, à mão esquerda do rei, sete dentes de elefantes bem polidos, sobre pedestais de marfim colocados em cima de uma tapeçaria muito bonita. É assim que o rei adorna os deuses que existem na casa."

O obá roça três vezes a testa no chão em sinal de submissão

Durante quinhentos anos, antes e depois da chegada dos europeus na costa guineense o reino do Benin conserva seu prestígio e sua autoridade. É somente no século XIX que ele entrará em agonia. Os ingleses, que se instalam na costa guineense, mais precisamente em Lagos, desde 1851, deixam primeiramente ao soberano do Benin o controle — nominal — do vasto território que se estende a oeste do Níger.

Em 1896, o cônsul britânico J. Philipps quer penetrar na capital do Benin durante um período de festas religiosas. O rei do Benin

Ihe pede que retarde sua visita, mas o cônsul desobedece e eis o drama: ele e seus companheiros caem, durante o percurso, em uma emboscada e são massacrados impiedosamente. O governador de Lagos logo organiza uma expedição punitiva. Atingindo o Benin em janeiro de 1897, destrona o obá (rei) e estabelece o controle britânico sobre a região. Como "indenização", as autoridades inglesas apodearam-se de todas as riquezas encontradas em abandono no palácio real e nas habitações dos principais dignitários. Entre estas riquezas, figuram as obras de arte do Benin que os ingleses expediram para o British Museum, em Londres: peças de uma beleza surpreendente, que os vencedores sequer imaginavam serem obras dos artistas do Benin. Entrando pela primeira vez na cidade, os soldados ingleses encontraram em toda parte, estendidos na rua e jacentes em seu sangue, centenas de cadáveres, mutilados, últimas vítimas sacrificais que o soberano do Benin, sentindo próximo o seu fim, quis oferecer aos deuses da cidade.

As obras de arte do Benin constituem um mistério para seus descobridores ingleses. Como um povo de uma barbárie tão sanguinária teria podido criar obras de arte tão notáveis? É somente quarenta anos mais tarde que os arqueólogos tirarão todas as dúvidas sobre a origem destas obras de arte: elas representam um belo e admirável testemunho de uma

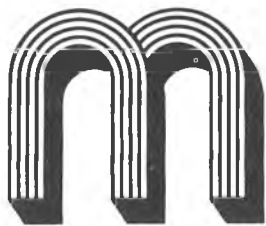
civilização que foi outrora artisticamente brilhante, antes de afogar-se em sangue neste mês de janeiro de 1897.

Quando a cidade for totalmente invadida pelas tropas britânicas, o obá, apoiado em dois dignitários, vestido de branco e enfeitado de coral, baterá com a testa três vezes no chão, em frente ao governador branco, em sinal de submissão.

O reino do Benin estará vencido.



A arte do Benin: um falso mistério



as o que foi afinal que fez a grandeza deste reino, do século XIV ao XIX? Segundo as mais recentes pesquisas, os Binis, quer dizer, os habitantes do Benin, um povo ioruba, parecem ter sido temíveis guerreiros e comerciantes avisados. Além disso, conseguiram criar bem rapidamente — a partir do século XIV — uma sociedade solidamente organizada.

Um sentido profundo do comércio

No momento da chegada dos europeus, a capital do Benin era um centro comercial muito importante. Mantendo seguidas relações com outros reinos africanos, o Benin parece ter organizado, em larga escala, o comércio dos produtos de ferro, das armas, dos instrumentos agrícolas, da madeira trabalhada e dos produtos alimentares, indo do inhame aos lagartos secos. Este comércio não se limita à troca: os Binis aperfeiçoaram um sistema monetário utilizando conchas e anéis de metal.

Este povo tem verdadeiramente um sentido profundo do comércio, o que surpreende bastante os primeiros europeus vindos até eles. “É preciso esperarmos geralmente oito a dez dias antes de entrar em acordo com eles sobre um preço”, observa um comerciante holandês. Uma vez passado o contrato, os Binis continuam a defender ardentemente seus interesses: se um branco não respeita o negócio concluído, eles respondem com o boicote ou qualquer outra arma comercial. Aliás, uma anedota curiosa é contada sobre o assunto. Em 1555, marinheiros ingleses roubam um gato nativo. Logo os negros cessam qualquer relação comercial com os brancos, até a restituição do animal. Segundo o capitão do navio inglês, “esses Africanos são muito prudentes em suas empreitadas” e, para lidar com eles,

“deve-se tratá-los com cuidado pois se os maltratamos eles recusam mostrar suas mercadorias”.

Um outro elemento se apresenta em favor dos negros: as rivalidades entre os europeus. Os Binis rapidamente percebem estas dissensões e delas se aproveitam, opondo uns aos outros, ingleses, franceses, portugueses e holandeses.

Em um só dia o rei do Benin podia mobilizar 100.000 homens

Há também notáveis caçadores entre os Binis.

Estes caçadores, gozando de um estatuto privilegiado e de um considerável prestígio, são recrutados entre os rapazes de robustez excepcional. Durante os anos de dura aprendizagem, eles aprendem a perseguir a caça em todos os tipos de terreno, a mover-se sem barulho no matagal espinhoso, a sobreviver na floresta, à míngua de água e de alimentação.

Podem tornar-se caçadores de elefantes, quando se mostram particularmente qualificados, o que para eles representa a suprema honra. Com efeito, os caçadores de elefante formam uma casta especial na sociedade do Benin; e este tipo de caça apresenta perigos

múltiplos. A flecha atirada no animal é venenosa; mas mesmo sendo mortal, o veneno não age imediatamente. Enfurecido pelo ferimento, o elefante pode atacar e esmagar seus adversários à sua passagem. Depois da morte do animal, e do seu corte, o caçador oferece uma presa ao obá, e guarda a cabeça, o coração e os pulmões do elefante, considerados talismãs que lhe assegurarão o sucesso em suas novas caçadas.

São abundantes os testemunhos dos europeus sobre as qualidades guerreiras dos Binis. Vivos, rápidos, corajosos, sempre prontos a oferecer o sacrifício de suas vidas, os Binis parecem ter aperfeiçoado desde o século XIII uma estratégia, por certo rudimentar, mas muito eficaz para permitir-lhes construir um vasto império em detrimento dos povos vizinhos.

Certos cronistas afirmam que o soberano do Benin podia mobilizar cem mil homens em um só dia. Esta potência militar — real ou mítica? — impressionou aliás os europeus, que, ao menos nos primeiros tempos, procuravam conquistar as boas graças do obá.

A prece a Oxum, divindade do rio

Como Ifê, seu vizinho, e de quem é o herdeiro espiritual e o continuador, o Benin

concede um grande lugar à vida religiosa. Os *orikis* (preces), dedicados às divindades do país e recolhidos nos séculos XIX e XX pelos etnólogos europeus, atestam essa importância. Veremos que os novos tempos influenciaram esses *orikis*; em um deles fala-se do automóvel do branco...

Eis a admirável prece, às vezes hermética como as dos homens de Ifê, consagrada a Oxum, a amável divindade do rio. Ela manifesta o papel importante da água na concepção religiosa dos lorubas em geral, e dos habitantes do Benin em particular:

Iyalode, muito poderosa, que corta as ondas.

Ela, cuja grande palavra saúda a água.

Nós a chamamos e ela responde com sabedoria na cidade de Ekiti Efon.

Ela faz a qualquer um o que o médico não faz.

Orixá que cura o doente com água fria.

Se ela cura a criança, não apresenta honorários ao pai.

Podemos ficar no mundo sem medo.

Iworo, pássaro que tem uma pena brilhante à cabeça.

Iyalode, que cura as crianças, ajude-me a ter uma.

Mãe, vem ajudar-me a ter um filho.

Ela manda a cabeça má tornar-se boa.

Farei para Oxum o que para nenhum outro faria (...)

Doce e poderosa como o rei

Oxum não consente que as más coisas do mundo sejam para mim.

Ela tem remédios gratuitos e faz as crianças tomarem mel.

Ela tem muito dinheiro e sua palavra é meiga...

...Deixe a criança abraçar meu corpo com suas mãos.

A mão da criança é suave.

Oxum é afável.

É uma cliente dos vendedores de cobre.

Ela agita suas pulseiras para vir dançar.

Ela vai com andar altivo.

Ela é elegante e tem dinheiro para divertir-se.

Mulher elegante que tem jóias de cobre.

Proprietária do pente de coral.

Proprietária de muitas penas de periquito.

Oxum lava suas jóias de cobre e não lava bastante seus filhos.

Iyalode cuja pele é muito lisa.

Não há lugares onde não se conheça Oxum, poderosa como o rei.

Viva Ogum!

Outra divindade herdada de Ifê, Ogum, o protetor dos ferreiros, é um dos principais deuses do Benin. O *oriki* que lhe é consagrado é particularmente longo. Enriquecido à proporção que as lendas se acumulam em redor do deus, conta a história bárbara, e ao mesmo tempo ingênua, deste estranho e sanguinário orixá, de múltiplas atividades:

Viva Ogum! Viva Ogum! Viva Ogum!
Ogum que corta qualquer um em pedaços mais ou menos grandes.

Irê (residência de Ogum) possui uma coisa que as pessoas não podem conhecer.

Ogum é chamado ladrão por definição.
Ogum é proprietário da coroa que orna Onirê.

Ogum é o terceiro orixá.
O proprietário de Irê impede não importa quem chamar Ogum de ladrão.

Ele é muito alto e muito elevado.
Ele se serve de um elefante para fazer o culto de sua cabeça.

Ele mata o marido no fogo.
Ele mata a mulher no fogão.
Ele mata o povo que foge.
Ele toma quando quer a cabeça de um outro.

Ele olha fixamente o pênis dos indivíduos.

Tendo água na casa ele lava com sangue.

Ogum que faz a criança matar-se com o ferro (com o qual ela brinca).

Trazendo água ele mata sete pessoas.

O homem treme como alguém que abre uma porta.

Ele mata à direita e destrói à direita.

Ele mata à esquerda e destrói à esquerda.

Um simbolismo cuja interpretação nos escapa

Prosseguindo a narração dos fatos e gestos de Ogum, o *oriki* insiste no lado inquietante, perverso, depravado. Novamente exprime-se um simbolismo, que nos é difícil interpretar. Conhecemos ainda mal a religião ioruba e os símbolos, mesmo os delírios, com os quais ela é povoada:

O dia em que Ogum tomou o marido e a mulher, naquele dia, eu tive medo que Ogum não me tocasse, bebemos o vinho de palmeira do pavor.

De repente, como o raio, ele apavora o preguiçoso.

A espada não conhece o pescoço do ferreiro.

O lugar onde Ogum reside em Irê é obscuro como a tarde que cai.

No dia da fundação de seu templo ele pede a seus filhos que não coloquem o telhado acima de sua cabeça.

Chefe do ferro, homem guerreiro.

Grande montanha atrás de Irê.

A pilastra de terra cai e faz tremer.

Alguém o vê e ele tropeça, ele o vê e esbarra num baobá.

Ele o vê e derruba suas ferramentas embaixo de um coqueiro.

Ele vai em profundidade, toca com sua mão a base de seu pênis; talvez seja inativo.

Ele constata que o pênis penetrou e não é inativo salvo nos testículos.

Salvo os testículos que se esvaziam.

Passo lento no campo de guerra.

O inhome desprezado da pessoa doente cresce rapidamente no matagal.

Ele cultiva o campo que seu proprietário não cultiva.

Ele diz ao doente que se ele morrer tomarão seu campo.

Os arquejos impedem o doente de dormir.

A folha de Lisapa tem uma grande cabeça.

As 400 mulheres e os 1.400 filhos de Ogum

O trecho seguinte é um pouco mais acessível: o *oriki* define as intercessões esperadas de Ogum:

A água do grande pântano corre em direção do rio.

Um morto balança a cabeça no ombro de quem o leva.

Ogum mata Alará e destrói Ará. . .

. . .Ele mata a possuidora da longa teta na água.

A batalha do caranguejo com o peixe.

Tendo esgotado a água da casa e do caminho, ele se lava com sangue. . .

. . .Ogum usa um chapéu coberto de sangue.

E a urze e a floresta queimam gritando "rororô".

Se alguém diz a Ogum que não brigue, rapidamente o verá como o tabuleiro do "jogo de ayô" sob o pé de um elefante.

Ogum faz ressoar a cabeça de uma criança como uma cabaça e a de um grande como um gongo.

Ogum, que eu não tenha de sofrer castração quando se fazem as cerimônias dos costumes!

Ogum Onirê briga no sangue.

Ogum Onirê que come carneiro.

Ogum Iremojê que tem uma serpente pendurada no pescoço e passeia com ela.

Ogum dos barbeiros come o pêlo das pessoas.

Ogum dos tatuadores bebe o sangue.

É em nossa casa que juntos adoramos

Ogum.

Que Ogum me proteja como protegeu Lamoyê em Jabata!

Ele tem 400 mulheres e 1.400 filhos.

Ogum não protege o que não lhe faz oferta de cola.

Os crimes de Ogum

Chegamos enfim a uma conclusão muito confusa. Uma só evidência aparece ao leitor, em sua perplexidade: Ogum "muito alto e elevado" está em má companhia:

Ogum Onirê, meu marido, grande proprietário do ferro.

Ogum, erva do lamaçal que cresce com exuberância, boa de comer, boa para vender, boa para se andar com ela.

Se alguém diz que vou morrer no caminho, que a infelicidade caia sobre ele, que ele morra como uma corça, que caia morto como um ekiri, que ele sinta a morte como uma corça o sente.

Ele tem riscos no corpo como somente uma corça selvagem os tem.

A menos que não seja Akisalê que tenha dado à luz uma jibóia.

A menos que não seja Akisalê que tenha dado à luz uma serpente "oka".

Ogum matou Onirê, tomou Irê e aí acampa.

Proprietário do mundo que anda diante dos orixás.

Grande que pega o chefe dos homens poderosos.

"Etempe" que come a cabeça do que é teimoso.

O ferreiro terá mais benefício no mercado que o que trabalha nos campos.

Ogum mata Onirê, ele o mata completamente e faz de sua casa o lugar onde ficar.

Ogum tem sete partes na casa de Irê. Ele é muito alto e elevado.

Uma arte da corte com formas suntuosas

Com a submissão do obá a uma potência estrangeira, a religião do Benin cai em desuso. Sobrevivem somente, aqui e ali, entre grupos isolados, algumas crenças das quais é freqüentemente difícil definir os contornos e o conteúdo.

O testemunho mais brilhante deixado pela civilização do Benin é, já se disse, sua arte e, particularmente, as belas peças de bronze conservadas hoje em vários museus, principalmente no British Museum.

Segundo algumas lendas, a técnica do bronze foi introduzida no Benin por um artista de Ifê, Igueghae, que se tornou o chefe dos escultores do Benin. Porém se há algum ponto em comum com as cabeças de Ifê, as esculturas do Benin diferem delas por uma maior estilização. Os especialistas em arte africana interrogam-se sobre as razões dessa diferença. Segundo William Fagg, poderia existir uma lacuna de uma centena de anos entre o período de Igueghae e o dos antigos bronzes do Benin.

Para Frank Willett, não é necessário fazer intervir uma tal lacuna. Os artistas do Benin, sendo certamente excelentes escultores em madeira e marfim, Willett supõe que eles “adaptaram suas próprias formas e suas concepções à nova técnica que lhes era proposta”.

Quais são exatamente os caracteres particulares dos escultores do Benin? No século XIV a arte do Benin está ainda relativamente próxima do realismo de Ifê; liberta-se pouco a pouco para atingir, enfim, uma estilização muito avançada. Ainda diferente da arte de Ifê, a do Benin é uma arte da corte com

formas suntuosas. Os personagens representados são o obá, seus dignitários e seus servidores. Aliás, no Benin, as esculturas não podiam ser executadas sem a autorização do próprio obá.

Bronzes cujo original foi moldado na argila

Uma das maiores especialistas francesas na arte do Benin, Denise Paulme, encarregada do departamento da África Negra no Museu do Homem, participou de muitos campos de escavações no Benin.

Contrariamente às autoridades britânicas que, em 1897, estavam persuadidas de que estas obras de arte não tinham sido produzidas por artistas locais, a arqueóloga francesa demonstra, com argumentos de apoio, que elas são de origem indígena, ainda que nelas se encontre uma influência européia, qual seja a dos portugueses da Renascença. Portanto, a arte do Benin é um falso mistério. Na sua remarcável obra *Les Vaultures de l'Afrique Noire* (Presses Universitaires de France 1956), Denise Paulme escreve especificamente:

“Hoje ficou estabelecido que essas obras são devidas aos artistas locais trabalhando unicamente em louvor de seu soberano, verdadeiro deus vivo. Nisso também, a arte

do Benin é uma arte africana. A diferença de material atesta uma diferença de técnicas: o bronze cujo original foi moldado na argila não terá a mesma execução que uma estátua talhada a faca em um tronco de árvore ou em uma forqueta cuja primeira forma deixa-se ainda adivinhar.

Os bronzes do Benin são placas ou protuberâncias redondas: cabeças humanas em tamanho natural, onde se encontram ornamentos tradicionais em jaspe vermelho usados ainda hoje pelos chefes locais; personagens isolados ou grupos; animais (galos, leopardos). As placas que outrora revestiam as pilstras representam combates ou celebram façanhas reais.

Os marfins são ou pequenas máscaras humanas, ou pulseiras, copos e taças com formas inspiradas na Renascença ocidental, sobretudo presas de elefantes esculpidas em todo o comprimento, finalmente trompas de chamamento.”

As grandes épocas da arte do Benin

Denise Paulme tentou estabelecer uma cronologia das obras de arte do Benin a partir dos fatos históricos, tais como se pode estabelecer partindo das confusas lendas locais.

Segundo nossa arqueóloga, uma época

arcaica começa no século XII e vai até o meio do século XIV. Poucas peças lhe podem ser atribuídas com certeza, exceto alguns belos sinos que datam do século XIII, a acreditar-se nos resultados obtidos graças ao carbono 14, método de datar muito digno de crédito, frequentemente utilizado pelos arqueólogos.

Em seguida, vem a época antiga que cobre um século e meio (1350-1500) e que produziu as célebres cabeças-retrato que se podem ver principalmente no British Museum.

Entretanto, é à grande época, quer dizer, aos séculos XVI e XVII, que pertence a maior parte das obras-primas do Benin. Entre estas, as famosas placas representando cenas tiradas das festas da corte, onde se vêem os grandes dignitários do reino rodeado de adolescentes nus. Pertencem igualmente a essa época as pesadas cabeças de bronze e os tocadores de trombeta.

A época posterior que se situa entre os séculos XVII e XVIII marca a decadência irremediável: as cabeças em madeira, às vezes recobertas de latão, substituem então as cabeças de bronze.

Enfim, as madeiras esculpidas e os objetos de marfim pouco decorados e de uma execução bastante fraca pertencem geralmente à época moderna que precede um pouco o desaparecimento do reino.

“A África é um mundo muito velho”

Esta cronologia, como reconhece Denise Paulme, é aproximativa: as escavações arqueológicas que prosseguem no antigo local da capital do Benin reservam, provavelmente, surpresas.

“Surpreendentes estátuas em metal”, diz ela, “apareceram ainda há alguns anos em diversos pontos da Nigéria ocidental. Recolhida numa cidade de pescadores no Níger, a primeira peça aproxima-se da escola naturalista de Ifê: medindo sessenta centímetros ela representa um homem sentado no chão, com a perna esquerda dobrada e a direita estirada. Mais próximo da escola do Benin, um outro personagem de pé (medindo cento e vinte centímetros), usa uma túnica lembrando uma vestimenta núbia ou egípcia do começo da era cristã. Citamos ainda um nu maior, encontrado com uma estátua de guerreiro. Nada diz que se tenha chegado ao termo das descobertas.

Misteriosas também, são as centenas de esculturas em pedra, estátuas e cabeças, encontradas numa clareira nas proximidades imediatas de Esie, a uma centena de quilômetros a nordeste de Ifê. Os personagens, em sua maioria, estão sentados, variando sua altura entre quarenta e cinquenta centímetros. A origem e a idade exata destas esculturas permanecem desconhecidas; seu estilo faz su-

por que elas não sejam muito antigas, que tenham talvez trezentos anos. A tradição local vê aí seres humanos petrificados, encontrados num lugar afastado de qualquer habitação. Consideradas as protetoras da comunidade, as estátuas são associadas à grande festa celebrada cada ano no mês de março, que marca o começo dos trabalhos agrícolas.

Os bronzes do Benin, conhecidos há cinqüenta anos, testemunham uma arte cuja grandeza apenas começamos a conjecturar. A África é um mundo muito velho.”



As origens míticas do rei do Benin



endo a arte do Benin essencialmente uma arte da corte, os artistas estão constantemente preocupados em homenagear seu obá. Ao mesmo tempo homem e deus, chave da cúpula da organização social do Benin, símbolo do poder e da prosperidade do reinado, o obá, como atestam os testemunhos europeus, está cercado por uma corte pomposa e reina sobre um Estado relativamente estruturado.

Preeminências do número seis

O bom andamento do palácio e da cidade é confiado aos "grandes chefes do interior e do exterior".

Chamados *eghaevbos*, "os mandatários do país", se dividem em duas categorias: os *eghaevbos n-oré*, chefes da cidade, e os *eghaevbos n-ogbé*, chefes do palácio. Quanto a seu número e hierarquia, as opiniões divergem. Para Dennett, que escreveu em 1906, tudo se organiza segundo a lei do número seis. Entre os seis chefes do interior, ele distingue o *ejemo* ou *ojumo*, que é o grande chefe de guerra; o *eru*, o juiz supremo; o *oliha* que coroa o rei; o *ogifa* que é o representante do país em conjunto, encarregado de congregar as pessoas para as grandes solenidades e as festas; o *iyase* ou *iyashé*, chefe dos *eghaevbos*, que assume a regência na ausência do rei ou depois de sua morte.

Entre os seis chefes do interior, é preciso citar o *iwebo*, o chefe dos guardas do rei; o *abiogbe* que designa os jovens irmãos do rei para governadores dessa ou daquela província; o *ihogbwi* ou *ihogbe*, encarregado dos sacrifícios; o *iwase*, o mágico; o *iwegwé* ou *iwegwaé*, responsável pelo bem-estar geral do palácio, que acompanha o rei aos campos na ocasião das colheitas e toma parte nas cerimônias que então acontecem; finalmente o

ibihe, que fornece mulheres e escravos ao rei.

Segundo as pesquisas mais recentes feitas sobre o Benin, Dennett parece ter confundido o número teórico e o número real desses grandes chefes. O arqueólogo anglo-australiano Bradbury, reconhecendo a exatidão da divisão em chefes do interior e do exterior feita por Dennett, distingue, por seu lado, dezenove chefes da cidade e vinte e nove do palácio. Entre os primeiros, se encontram no alto da hierarquia os *ekadal'éné edo*, “as quatro pilastras do Benin” ou *eghaevbos n-éné*, os “quatro *eghaevbos*” em oposição aos quinze *eghaevbos n-ikoto*, os “*eghaevbos* de ordem inferior”.

Estas disputas de especialistas só fazem, infelizmente, aumentar a aridez de classificações semelhantes. A ausência de arquivos não nos permite conhecer as atribuições precisas e atividades de tal ou tal chefe. Quando muito sabemos que os mestres da cidade e do palácio existiam, e esta existência nos dá uma primeira idéia vaga do caráter centralizado do Estado do Benin.

Os ukobás, Gestapo do Benin

Ao lado desses altos dignitários do reino, encontram-se os *ukobás*, que são os “mensageiros do obá”.

Entrando ainda criança para o serviço do soberano, vivem nus até que o rei lhes dê uma mulher. Ora, este presente só lhes é dado quando eles atingem quarenta anos. Instrumentos da vingança real, não hesitam em cometer os piores crimes em nome do soberano. As represálias se exercem segundo um cerimonial muito particular. Quando o rei decide suprimir alguém, vai ao seu encontro e dá um jeito de provocar uma altercação. Depois, ultrajado, retira-se e pede aos seus *ukobás* para vingarem a “ofensa” que lhe foi feita. Os “mensageiros do rei” dirigem-se então ao culpado e o matam. Os *ukobás* constituem, portanto, a Gestapo do Benin.

Os egi-egbés, reprodução do soberano

Também dignitários do império, os *egi-egbés* representam as partes do corpo e do espírito do obá. O chefe desta associação, o *ehi-oba*, é um homem para quem o oráculo predestinou uma idade avançada. Este é o único dignitário da corte autorizado a fazer admoestações ao obá sem que este o castigue. Este privilégio está ligado à preeminência de sua função; ele representa, realmente, o espírito do rei. Entre os outros *egi-egbés*, se encontra o *ohanba* que personifica a cabeça; o *enwaén*, a sabedoria e o julgamento; o *oton-*

ven, a longevidade; o *arô*, os olhos; o *ehana*, os pés; o *erhalonvê*, o tronco; enfim, o *esá*, o ventre.

Os *egi-egbés* são, de qualquer forma, a reprodução do obá. Se ele está doente, o *egi-egbé* que personifica a parte doente deve absorver os mesmos medicamentos que seu soberano. Além disso, nenhum entre eles pode sobreviver ao rei: todos o seguem na morte, como veremos.

Assassinos por vocação e preservação da honra: os okerisons

A sorte do reino depende, de fato, dos sete *ujamas*, os ministros “criadores do rei”, segundo a expressão do historiador do Volta, Joseph Ki-Zerbo (1), cujas funções são regidas por uma hierarquia rigorosa.

Estes sete ministros se chamam *Oliha* (já mencionados como *eghaevbo* por Dennett), *Edohen*, *Ejemo* (idem), *Erô*, *Eholo N-erê*, *Oloton* e *Edaiken*. Criados por *Eweka*, um dos primeiros soberanos conhecidos do Benin, os seus encargos são hereditários. Segundo Ki-Zerbo, *Oloton* figura entre os *iwegwaés*, dado que os outros *ujamas* devem passar previamente pela categoria dos *iwebos*. Quais são

(1) Autor de uma *Histoire de l'Afrique Noire*, Hatier, 1972.

as atribuições de cada um destes sete ministros? *Edaiken* é o herdeiro do trono e sua designação deve permanecer secreta. É o *Oliha* que tem a incumbência de proclamá-lo obá (de coroá-lo como *eghaevbo*, dizia Dennett). Na casa do *Oliha* se encontra um altar comum para venerar os ancestrais de todos os *ujamas*. Os ministros se reúnem regularmente para rezar neste altar e fazer oferendas. Além disso, na ocasião de sua entronização, o obá também celebra aí sacrifícios, assistido pelo *Oliha*.

Considerado tradicionalmente como o personagem mais rico do Benin depois do obá, *Ejemo* (grande chefe da guerra, segundo Dennett) é uma espécie de rei, do qual usa, aliás, as insígnias distintivas. É o chefe dos *okerisons*, sociedade secreta de assassinos por vocação, composta por quatorze membros. No mês de novembro estes homens saem quatorze noites consecutivas armados de barras de ferro. Eles devem matar todos os que encontrarem em seus caminhos. Às vezes ocorrem verdadeiros combates com suas vítimas. Se um *okerison* consegue matar quatorze pessoas, ele tem o direito a um título de honra na corte.

A mãe do obá, conselheira universal

Entre os obás, sua família tem um lugar secundário, com exceção de sua mãe. Com efeito, ela pode ser entronizada com o mesmo título de seu filho tomando então o título real de *iyobá*.

A propósito da relação que existe entre a mãe e o filho, Olivier Dapper, o negociante holandês que já conhecemos, escreve:

“Esse príncipe honra extremamente sua mãe: ele nada faz de importante sem sua opinião. Entretanto, em virtude de não sei qual lei, não é permitido a ambos que se vejam e por isso a rainha-mãe habita uma bela casa fora da cidade, onde ela é servida por um grande número de mulheres e moças.”

Realmente, é formalmente proibido à *iyobá* ver seu filho, desde o momento em que ele subiu ao trono. Ela possui, pois, seu palácio e sua corte própria em Ushelu, uma pequena aldeia situada ao nordeste da cidade de Benin; a organização da corte da *iyobá* parece-se à do obá e encontram-se aí os mesmos dignitários e a mesma etiqueta.

Quando as esposas e as filhas do soberano perdem a vergonha . . .

As esposas e as filhas do obá não representam, em compensação, papel algum na vida do reino. O obá pode ter desde algumas centenas a milhares de esposas, às quais é imposta rigorosa fidelidade. Algumas, entretanto, tentam saciar suas paixões através de certas vias indiretas, como testemunha esta passagem da *Nouveau voyage en Guinée*, de William Smith, escrita em 1751:

“As mulheres do rei dormem raramente mais de três vezes com seu soberano, depois do que qualquer relação com os homens lhes é severamente proibida. Esta lei parece-me a mais desumana do mundo e é quase impossível que estas damas possam segui-la à risca. Dá-se-lhes o gosto do prazer, despertase-lhes a paixão e, no momento que esta paixão se mostra mais aguçada, proíbe-se-lhes este prazer, sob pena de morte... Entretanto, as mulheres dos reis negros não perdem uma ocasião de satisfazerem suas paixões. Reúnem-se umas vinte e juntas agarram um rapaz a seu gosto, que mantêm encerrado com elas durante algum tempo; em seguida, mandam-no embora, e o fazem prometer voltar num dado tempo. O rapaz, entretanto, tem o grande cuidado de faltar à sua palavra, pois estaria certo de cair nu-

ma escravidão perpétua se ousasse voltar.”

Contrariamente às suas mães, as princesas gozam de uma total liberdade sexual e podem pois, ter tantos amantes quantos desejem. Uma única regra lhes é todavia imposta: não devem de forma alguma procriar. Acontece, entretanto, que uma princesa engravida; tem-se então que escolher entre duas soluções: seja exilar a princesa pelo tempo de sua gravidez e dissimular o nascimento da criança, que errará através do tempo no esquecimento, seja matar o recém-nascido. As tradições indígenas contam que era esta última a cruel solução preferida das princesas.

Cerimônias secretas no campo dos celibatários

O obá é, evidentemente, o personagem central da realeza.

Infelizmente, sobre o ritual de entronização, dispomos apenas de informações fragmentárias, rebuscadas aqui e ali nas crônicas européias e nas tradições locais.

Teoricamente a morte do obá é mantida secreta durante três meses, durante os quais um misterioso personagem, o *iyase* de Dennett, ocupa seu lugar. Designado sucessor do obá, por ele próprio, obrigado durante o reinado do obá a viver retirado longe da capi-

tal, em Eshelu, só vê seu nome tornar-se público depois dos funerais do soberano. Terminada a cerimônia, o herdeiro do trono começa uma longa peregrinação em direção à capital. Na estrada de Ishekherbe, e segundo o ritual, ele atravessa uma ponte. A travessia desta ponte parece constituir uma etapa importante na marcha para o poder; ignoramos, contudo, o sentido simbólico exato de que ela se revestia para os indígenas. No sétimo dia depois de sua partida de Eshelu, o obá designado mantém um combate singular com um chefe que personifica a vitória de Oronmion, segundo as lendas, fundador do reino.

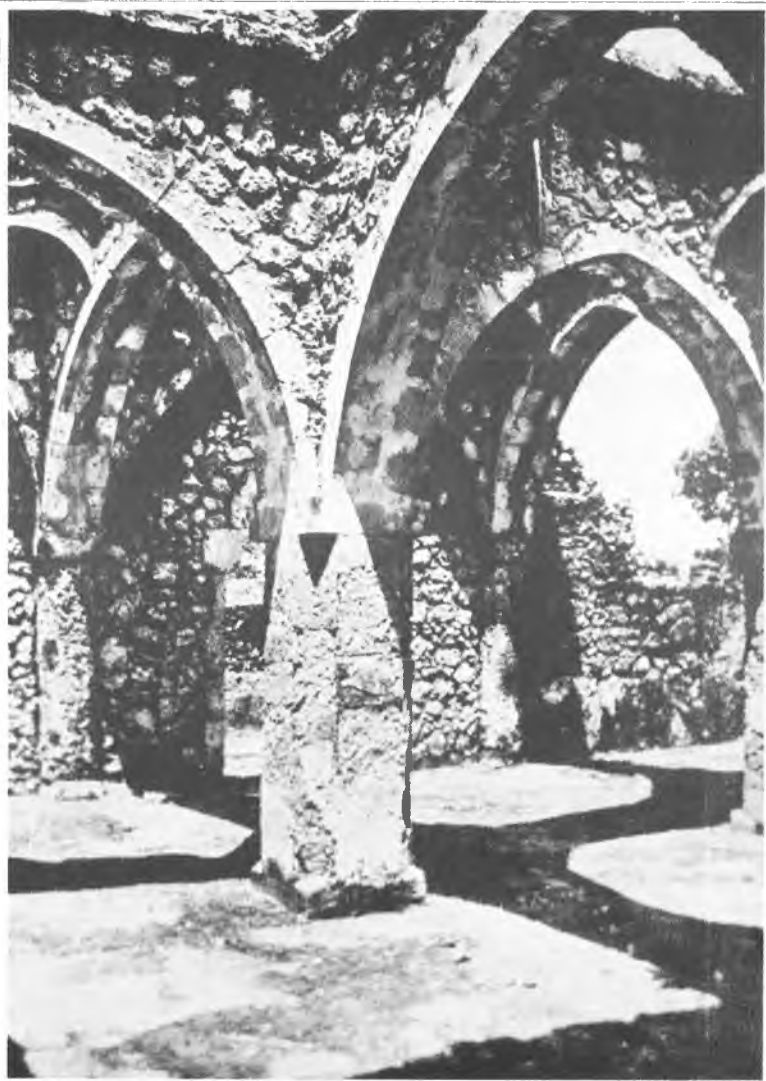
Antes de penetrar no palácio, o herdeiro passa três dias em Ekohae, "o campo dos celibatários". Que significa exatamente este campo na simbologia ioruba? Que faz aí o futuro obá durante três dias? Nada sabemos sobre isto; mesmo as lendas e as tradições orais são de um mutismo absoluto. Participará ele de algumas cerimônias ultra-secretas, celebradas pelos magos supremos do império e destinadas a familiarizá-lo com suas futuras funções de homem-deus? Talvez...

O obá obriga seus irmãos a enforcarem-se

Se somos limitados às hipóteses no que concerne a certas etapas da longa viagem



Máscara de dança bapendê (século XIV). A riqueza das formas e um estilo particular dão às suas máscaras uma posição privilegiada na escultura africana. Coleção Henri Nabouret de Ledde. *Cliché Philippe Aziz*



A igreja do Salvador do mundo em Lalibala. Situada numa escarpa vertiginosa do bastião montanhoso do Abuna Yosef e construída segundo os cânones da arquitetura axumita, esta igreja é a mais antiga das igrejas-esculpturas monolíticas da Etiópia. *Foto Philippe Aziz*

que deve empreender o futuro obá antes de atingir a capital, nada ignoramos de seu ritual de entronização. Eis a narração, feita pelo excelente testemunho que é Dapper:

“No dia de sua nomeação (...) o eleito se apresenta, põe-se de joelhos e é proclamado rei. Em seguida, o novo rei se levanta e agradece; é revestido dos ornamentos reais e vai sentar-se no trono, onde todos os oficiais do exército vêm fazer-lhe reverência e ajoelhar-se diante dele. Acabada a cerimônia, o rei vai manter sua corte em uma outra aldeia chamada Ooseboe, porque ainda não lhe é permitido exercer as funções da realeza; só lhe é permitido entrar no Benin quando tiverem sido feitos sacrifícios humanos e de animais sobre o túmulo de seu pai e o sangue das vítimas é aspergido sobre ele... Um dos cuidados do rei é preservar o poder e a segurança de sua pessoa e de seus Estados, desfazendo-se de seus irmãos. E como não é permitido pôr a mão nos príncipes de sangue, diz-se que o rei força-os a enforcarem-se e que depois disso eles são enterrados com muita pompa. Quando muito, o rei os deixa viverem não mais que vinte ou vinte e cinco anos. Há alguns anos, o rei do Benin estando doente, um de seus irmãos resolve envenená-lo e conspira contra ele de comum acordo com alguns nobres. O rei tendo sabido, o reprovou e o fez executar por seus homens, ao mesmo

tempo que chamou à sua presença todos os partidários de seu irmão e lhes disse que, para consolar-se em sua doença, achava bom cortar-lhes a cabeça, o que foi executado em um instante."

Ainda cerimônias sangrentas

Uma vez entronizado, o obá consagra a maior parte de seu tempo a presidir e a conduzir as cerimônias rituais.

Entre estas cerimônias, as mais importantes parecem ter sido o *ugioro* e o *ugigum*, que têm lugar uma vez por ano e estendem-se por uma dezena de dias cada uma. Elas comemoram, segundo as tradições locais, a lembrança do pai do obá, e dão lugar a festividades populares, no decorrer das quais sacrificam-se animais e também numerosos escravos. Vítimas e oferendas são colocadas diante do altar do pai do obá. O soberano vem, então, ver os escravos amarrados destinados ao sacrifício e, com um tom amável, encarrega-os de mensagens para seu pai. Depois endereça a este uma prece:

*Oh! Adolô, meu pai
Vele por todo o Edô.*

Não permita que nenhuma doença venha para nós.

*Vele por mim e meu povo,
Nossos escravos, nossas vacas, nossos
bodes e nossas galinhas
E por todas as coisas nos campos.*

Jean-François Landolphe, que visitou, no começo do século XIX, a capital do Benin, conta em suas *Mémoires* o desenrolar desta sangrenta cerimônia:

“A vítima avança amordaçada, os rins cingidos por uma fina tanga branca. Fazem-na parar a cem passos do rei (. . .) Dois homens mascarados, revestidos de uma túnica tocando a terra (. . .) aproximam-se do soberano (. . .) Ao fim de alguns minutos, eles vêm retomar seu lugar ao lado do paciente. Um deles segura uma grande maça furada de um lado a outro no alto, onde se observa uma pequena figura esculpida representando o diabo: agitando-a, um barulho se faz ouvir imitando o do grilo. Falando ao negro, ele lhe diz que Lolocu quer tomá-lo. Coloca-se atrás do infeliz, ao qual o primeiro dá o fetiche do demônio para beijar: é o sinal da morte. Atingido na cabeça pela frente e por trás, a vítima vacila; é segura pelos executores, que a estendem no chão, com o rosto apoiado às bordas de uma grande bacia de cobre: sua cabeça é cortada com um só golpe e todo o sangue que corre no vaso rega os túmulos dos reis.”

Um mausoléu de sangue

No fim da estação das chuvas, tem lugar uma outra cerimônia importante: a consagração anual dos ornamentos reais. As pérolas de coral e os outros ornamentos são amontoados no altar do obá. Em seguida, um escravo ajoelha-se diante do altar e o rei decepa sua cabeça com um só golpe de espada; então o sangue se espalha sobre os enfeites. Os padres aproximam-se e põem as mãos nos adornos. Enquanto isso o rei se dirige às pérolas de coral, pedindo-lhes que lhe comuniquem a sabedoria e o livrem das más influências. Suplica-se então à vítima que transmita a mensagem ao reino dos espíritos e sua cabeça é posta imediatamente em contato com as pérolas e seus guardiães.

O grande etnólogo Labarthe, a quem devemos a mais importante coleção de tradições orais indígenas, faz a narração direta desta horrenda cerimônia, da qual foi um dos raros testemunhos europeus:

“Vestido de branco (...) o rei coloca-se no primeiro degrau do mausoléu e se mantém de pé, formando duas linhas paralelas (...) Em seguida, vimos aparecer um infeliz amordaçado; ajoelharam-no e depois um dos Grandes, armado com uma maça, dá um golpe violento na cabeça da vítima; o sangue jorrando, os negros chamados Phidors apressam-se

em ir buscar as fieiras de coral que são os ornamentos da realeza para fazer-lhes tocar a cabeça ensangüentada. Sacrifica-se também um boi e um carneiro e rega-se o mausoléu com sangue.”

Enterrados vivos no túmulo do obá

O ritual que cerca os funerais do obá é tão cruel e sanguinário quanto as cerimônias de seu reinado.

Após sua morte, o corpo do obá, enfeitado de pérolas e jóias, desce em um imponente túmulo que compreende vários quartos. Alguns dignitários, particularmente ligados ao soberano, seguem-no em seu túmulo cuja abertura é tampada com pranchas. Durante algum tempo, levantam-se estas pranchas, trazendo-se alimentos a estes enterrados-vivos. Depois, deixa-se que morram. Após morrerem recobrem-se as pranchas com terra e fecha-se definitivamente a tumba.

“Quando o rei morre”, escreve Dapper, “cava-se em seu palácio um sepulcro tão profundo que os trabalhadores terminam caindo na água e afogando-se. Quando tudo está pronto para jogar o corpo nesta fossa, todos os favoritos e os servidores do príncipe oferecem-se para acompanhar seu mestre e ir servir-lhe no outro mundo. Eles disputam muito

tempo entre si a quem caberá este privilégio e os que o levam são aqueles a quem ele mais amou em vida. Quando estes fiéis cortesãos descem na tumba, empurra-se uma pedra na abertura e há gente para vigiar dia e noite.

No dia seguinte, abre-se a tumba e pergunta-se aos que estão lá dentro o que estão fazendo e se ninguém foi servir ao rei. Geralmente a resposta é negativa. No terceiro dia, faz-se a mesma pergunta aos prisioneiros, que respondem freqüentemente que esse ou aquele tomou a dianteira; os que morrem primeiro passam por muito felizes. Em quatro ou cinco dias, todos esses coitados morrem e quando não se ouve mais vozes que respondam, comunica-se ao presumível sucessor da coroa. Primeiramente, acende-se uma grande fogueira no túmulo; assa-se carne que é distribuída ao povo; é a cerimônia da sua instalação. Enterra-se também com o rei sucedido uma boa parte de sua roupa, de seus móveis e de suas "conchas das Índias". Há autores que afirmam serem jogados homens vivos nesses fossos, como também cadáveres decapitados de grande número de pessoas abatidas nas ruas e nas casas, cujas cabeças são cobertas com um pano que ninguém ousa retirar, salvo os pássaros carnívoros de duas espécies: uma chamada Goré e a outra Acalles.

O novo rei institui em honra de seu pre-

cursor festas anuais, que são celebradas com sacrifícios de várias hecatombes de 400 ou 500 homens. Mata-se 23 por dia, quase todos criminosos condenados à morte, reservados para esta solenidade. Quando se aproxima o tempo dos sacrifícios e não há número suficiente dessas infelizes vítimas, o rei manda fazer a ronda noturna da cidade para apanhar todos os que estão nas ruas sem tochas e colocá-los na prisão.”

“Homens mascarados e armados de espadas fazem voar a cabeça dos que encontram”

Segundo Jean-François Landolphe, mumificam-se os cadáveres do obá e daqueles escolhidos para acompanhá-lo na morte, fazendo-os dessecar em uma caniçada. Landolphe parece ser o único a assinalar este costume. Por outro lado, ele também nos fornece uma descrição de um túmulo real que teve ocasião de examinar detidamente:

“Quando o rei do Benin falece, cava-se em um dos grandes pátios do palácio um buraco de quatro pés quadrados com trinta de profundidade e muito largo embaixo. Faz-se então descer o rei e seus primeiros ministros; estes ainda vivos. A abertura é fechada por um grande alçapão de madeira. Todos os dias para aí se trazem víveres, perguntando se o

rei está morto. Os infelizes respondem que ele está muito doente. Continua-se o transporte de víveres e as perguntas até o silêncio total, o que dispensa maiores explicações para saber-se que eles não estão mais vivos.

Durante os primeiros dias, a capital está de luto. Homens mascarados e disfarçados de uma maneira grotesca, armados com uma espada, percorrem as ruas, fazendo voar as cabeças dos que encontram e, recolhendo o sangue em bacias de cobre, o derramam no túmulo dos reis.

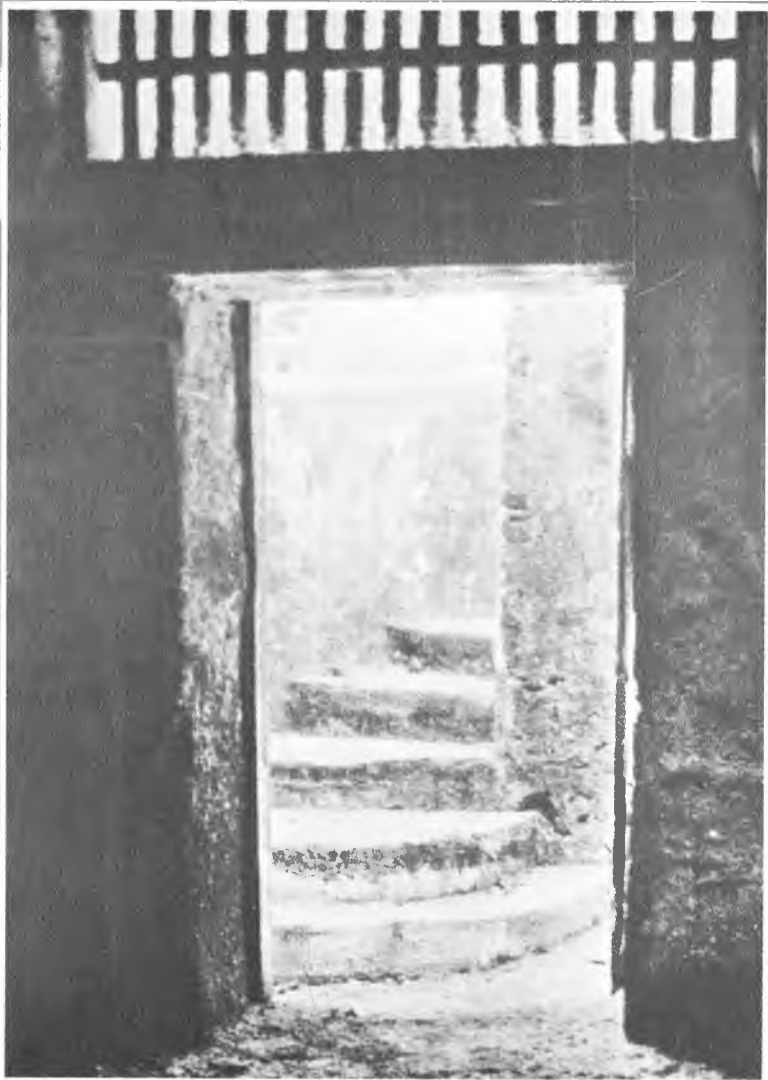
Algum tempo depois retira-se do buraco os corpos do rei e de seus ministros. Devolve-se estas vítimas a seus parentes, que lhes dão sepultura no fundo de suas casas.

O rei é inumado num pátio espaçoso, sob um vasto pórtico sustentado por doze grandes pilares (...) esculpidos, representando homens altos e fortes.

Examinando um desses túmulos, observei muitos dentes de elefantes com sete pés de comprimento e uma brancura cintilante. O que me causava uma grande depressão era ver este lugar coberto de sangue humano. Observa-se também, na cobertura, uma serpente com trinta pés de comprimento e seis de largura, no meio, esculpida com esses dentes artisticamente encaixados um no outro. Suas mandíbulas estavam abertas; uma lâmina de cobre formava sua língua; ela parecia vir da



Deusa da fertilidade e das colheitas (Congo, século XVI). Os traços do rosto são clássicos e quase europeus, herança da cultura portuguesa que marcou profundamente este país. A deformação dos dentes é puramente africana. Coleção Henri Nabouret de Ledde. *Cliché Philippe Aziz*



Cárcere de escravo em Gorê (Senegal). Bem antes da chegada dos europeus, a escravidão existia em numerosas sociedades africanas. Foto Philippe Aziz

cumeeira escorregando ao longo da cobertura para introduzir-se no túmulo.”

Xangô, deus do trovão, símbolo do rei

Assim termina, em um banho de sangue, a vida humana do obá. Entretanto, o soberano do Benin é igualmente um deus e, sob este título, é imortal.

O símbolo do rei-deus no Benin é Xangô, deus do raio e do trovão. Contrariamente a Ogum, deus dos ferreiros, que emprega um fogo artificial, Xangô manipula o fogo natural, o fogo em estado selvagem, o fogo perigoso que os homens não sabem utilizar. Ao aproximar-se de Xangô, incorre-se em risco semelhante ao de abordar o obá: o contato com o rei-deus é sempre nefasto ao simples mortal.

Quem é Xangô? Lendas, às vezes contraditórias, circulam a seu respeito. Todas, entretanto, são unânimes em reconhecer seu caráter violento, impetuoso, autoritário e feroso. Durante seu reinado na terra, ele é apresentado como uma espécie de mágico que sabe lançar chamas. Um dia, conta a lenda, Xangô incendeia por inadvertência o palácio real. Furiosos com este acidente, os ministros apresentam-lhe uma cabaça com ovos de papagaio para significar que ele deve suicidar-se. Xangô fica louco de raiva recusando sub-

meter-se à sentença de morte. Acompanhado de um escravo fiel, refugia-se num matagal. Os dois fugitivos erram durante dias inteiros, sem conseguir sair do círculo infernal. Um dia, o escravo deixa Xangô para tentar descobrir uma aldeia. Acreditando-se abandonado por todos, o rei enforca-se em uma árvore. Em seu regresso, o escravo constata o drama; volta então à aldeia e conta o que aconteceu. Alguns acreditam e dizem: *Obá so!* (o rei se enforcou!) Outros porém, recusam aceitar os fatos: *Obá ko so!* (o rei não se enforcou!)

O bom diabinho do Benin

Em uma outra versão, Xangô é uma criança que um dia vai ver o rei:

— Dá-me teu trono! — diz-lhe com impertinência.

O rei desata a rir:

— Joguem este moleque insolente no rio — ordena ele.

Mal acabaram de afogá-lo ele reaparece vivo diante do obá.

— Mulheres! — urra então o rei — levem-no à floresta e o matem. Desta vez, para valer!

As mulheres agarram a criança, porém ela consegue escapar; pula em uma árvore e alguns instantes depois aparece enforcada.

Então elas cavam um buraco sob a árvore, fazem sacrifícios e cortam a corda para deixar cair o corpo no fosso. E... Xangô se levanta vivo! Estupefatas, as mulheres vão levar a notícia ao obá, que decide constatar com os próprios olhos a segunda ressurreição da criança. O rei vai então à floresta; porém, mais uma vez Xangô desapareceu.

Voltando ao palácio, quem ele vê instalado em seu trono? O próprio Xangô! Vendido, o obá cede o lugar a este bom diabinho.

“Proprietário do fuzil do céu”

Antes de estudar a significação simbólica destas lendas, é preciso observar que o aspecto violento de Xangô aparece muito claramente no *oriki* que lhe é consagrado; mas com uma nota de deus justiceiro, executando vingança dos defeitos de alguns humanos:

Ele faz vir o fogo do céu.

Cingido com um avental de prata, ele volta à cidade.

Ele ri quando vai à casa de Oxum.

Fica muito tempo na casa de Oyá.

Nem Oxum nem Xangô revelam segredo algum.

Se a chuva não desaba e o trovão não

ribomba, Xangô não pode matar as pessoas.

O indiscreto que pretender descobrir os segredos de Xangô não ficará no mundo.

Aquele que respeita o segredo, meu senhor lhe facilitará as coisas.

Proprietário do fuzil do céu.

Filho de Iemanjá.

Ele usa uma grande vestimenta es-carlate.

Leopardo, marido de Oyá.

Xangô racha o muro, separa-o fortemente e aí põe um aerolito.

Marido de Iansã (. . .)

Ao despertar, ele se polvilha de vermelho como uma moça.

Esparge água ao lado do fogo, no centro do céu.

Ele castiga e faz cair por terra aquele que é imbecil.

Ele corta secamente o muro do mentiroso.

Ele o mata e finca seu dedo no olho.

Ele mata o exorbitante e fecha sua porta.

Ele toma a criança teimosa e a amarra como um carneiro.

Ele mira brutalmente o mentiroso.

Se ele franze o nariz, mesmo sem nada dizer, o mentiroso foge.

Ele dança selvagememente no quintal do impertinente.

*Ele ateia fogo na casa do mentiroso.
Ele bate nos rins do obstinado.*

Apelo à clemência do violento Xangô

Depois de haver enumerado uma longa seqüência das violências de Xangô, que não são somente as de um divino vingador de ofensas humanas, o *oriki* deixa entender que Xangô pode também revelar-se benevolente em relação aos homens. Os últimos versos desta invocação dedicados a uma das mais poderosas divindades do Benin, terminam, com efeito, apelando à sua clemência. Entretanto, primeiramente, eis a seqüência de suas violências:

*...Eu o vi hoje juntar as pessoas na
feira e amarrá-las como animais.*

*Meu senhor que cozinha o inhame com
o ar que sai de seu nariz (...)*

*Meu senhor que amarra os inhames na
casa de seu sogro com intestinos.*

*Dormindo na casa, ele causa medo a
si próprio.*

*Encolerizado, ele amarra uma corrente
no pescoço de Aran Nigan.*

*É um louco que vai por todos os cami-
nhos abertos.*

Alguém que apanha o rato diante dos olhos daqueles que o matou.

Ele mata a pessoa que prepara a massa e a come junto com ela.

Ele ameaça o macho, ameaça a fêmea, ameaça o que fala, ameaça o rico.

Ele quebra uma corrente no lugar que lhe agrada.

Ele pode comandar a guerra.

Ele batiza novamente o muçulmano.

Ele lhe manda fazer ablução no lugar onde caiu água de chuva.

Ele persegue o cristão com seu grito poderoso.

Orixá louco que corta uma porção de seu próprio corpo e a come.

Ele destrói com furor o teto da casa.

Ele mata o primeiro e ele mata o vigésimo-quinto.

Ele tem piedade de um pai de seis filhos, deixa-lhe um com vida.

Leopardo de olhos fulgurantes.

Ele sai à guerra, leve como a fumaça.

Nuvem de chuva que torna sombrio um lado do céu.

Ele bate com uma grande pedra.

Ele racha a porta e briga com o dono da casa.

Ele mata um europeu e destrói seu automóvel, ele mata o velho e mata o jovem.

Se Xangô mata, o sangue corre.

*Se Xangô vê o sangue, ele o bebe.
Xangô tem um manto coberto de poderosos talismãs.*

*Ele faz tremer as pessoas do bairro.
Não há perigo para mim na presença de Olukosô.*

Ele deseja vida longa a todos os guerreiros.

*Ele faz o velho casar-se com a jovem.
Xangô, proteja-nos contra aqueles que
contra nós plantaram talismãs na terra!
Que o feitiço se volte contra eles!*

“O vivo está morto e o morto está vivo”

O mito de Xangô dá origem ao temor inspirado pelo obá. Investido dos terríveis poderes do deus violento, o obá é venerado e temido à semelhança de Xangô.

A lenda desta divindade é ao mesmo tempo ligada à idéia da imortalidade do rei. Xangô parece ter sido o primeiro rei do Benin e os obás fazem remontar sua genealogia até este primeiro rei. Pretendem conseqüentemente as mesmas prerrogativas que seu ilustre predecessor, segundo a lenda: poderes ilimitados e imortalidade. Esta imortalidade pode igualmente ser imputada a um dom particular de Xangô, na sua versão diabinho: a abolição do tempo e das distâncias, tal como

explica, com certa preciosidade de mitólogo, Montserrat Palau-Marti em seu *Rei-deus do Benin*:

“Mesmo se ignoramos em seus detalhes as astúcias de Xangô, constatamos que sua magia profunda consiste em suprimir o tempo; os acontecimentos do mito superpõem-se em lugar de desenrolarem-se ao longo de um tempo linear e irreversível; ao tempo mensurável, opõe-se um tempo sem começo e sem fim, um tempo reversível. Suprimindo a duração, Xangô pode estar como morto no rio ao mesmo tempo que está vivo diante do rei; em um tempo sem começo nem fim, o vivo está morto e o morto está vivo: Xangô está pendurado morto no meio dos vivos, as pessoas preparam-se para enterrá-lo, mas, logo que ele é posto no túmulo onde se colocam os mortos, Xangô fica vivo. Xangô está ao mesmo tempo no matagal e no palácio (...)

Em Xangô as oposições existem simultaneamente; para os homens, tal situação é ambígua e fora de lógica. O homem só sabe resolver a contradição na diacronia, dois termos contraditórios excluem-se um ao outro na sincronia. Na lógica de Xangô, os dois coexistem pois ela é caracterizada pela sincronia e a intemporalidade. O homem está vivo ou então morto; Xangô, o rei, está morto e está vivo (...)

Mortal em seu corpo, imortal em sua

essência, o obá do Benin é o único soberano africano de uma dupla natureza, humana e divina. Este não é o único paradoxo desta singular civilização da qual nada mais resta senão soberanos de sangue, algumas orações com um sentido ambíguo e obras de arte que não cessam de nos fascinar. . .

QUARTA PARTE

Nas pegadas de Preste João

"As igrejas rupestres etíopes são algo de extraordinário — e entretanto são em grande parte desconhecidas. Num tempo em que se multiplicam as viagens para a Lua, há algo chocante em constatar que se poderia fazer, sem sacrifícios, descobertas em nosso planeta..."

Georg Gester



Entre a cruz do Cristo e o crescente do Islã



Pertencendo ao mesmo tempo à África Negra e à África Branca, a Etiópia pode orgulhar-se de ter possuído a mais antiga e a mais profunda civilização, no sentido pleno do nome, do subcontinente negro. Ainda hoje, numerosos cristãos negros numa quantidade de países da África, consideram-se parentes daqueles que pensam ser seu exemplo: os *etiopianistas*, cujas Igrejas negras independentes (protestantes metodistas) se opõem às missões dirigidas pelos brancos, principalmente na África do Sul.

“O império da Etiópia”, escreve o anti-

go imperador Hailé Sellasiê, “encara como sua uma civilização gloriosa que se desenvolveu sem ruptura desde o século IV. Apesar das discussões nas quais foi empenhada a fé cristã durante um tempo apreciável, apesar da imigração no país, em épocas diversas, de homens de origens diferentes, esta fé permaneceu solidamente enraizada na Etiópia.

Nos séculos passados, nossos antepassados fizeram surgir da rocha monumentos em lugares elevados e solitários. Assim, enquanto que em grutas profundas escavadas talhavam na rocha monumentos onde representavam obras figurativas, eles nos legaram — antes de qualquer fonte literária — um testemunho durável da civilização dos tempos passados. A esta grande herança cultural pertencem, além das igrejas maravilhosas de Lalibala, obras semelhantes, também admiráveis, dispersas no país.”

Assim como o assinala, com justo título, o antigo imperador recentemente destronado, o maior fato que marca a história medieval da Etiópia é a implantação, difícil mas durável, do cristianismo. A vitória da cruz neste canto da África oriental só será conquistada ao preço de um esforço constante: os reinos vizinhos que pertencem ao feudo do Islã se submeterão à vida dura neste farrapo de terra africana, que abraçou, muito cedo, a religião do Cristo.

A Etiópia, refúgio das primeiras culturas semíticas na África

A movimentada história do antigo reino de Axum, glorioso antepassado da atual Etiópia, explica-se, antes de tudo, pela sua situação geográfica muito particular. Limitado ao nordeste pelo mar Vermelho, que o separa da Arábia, a leste, ao sul e a oeste pelas planícies desertas da Somália e do Sudão, a Etiópia foi, em todos os tempos, escreve Jean Dorresse⁽¹⁾, “o refúgio mais meridional das raças semíticas e de suas primeiras culturas no continente africano”. Este país viu, com efeito, desde suas origens, operar-se a fusão fecunda das populações nilóticas do leste africano, negro-caamíticas, com as populações semíticas brancas muito antigas. Mais tarde uma nova fusão operou-se com os Galas, brancos anegrados vindos do sudeste. Assim o império da Etiópia participa dos impérios negros. O próprio nome de Etiópia designava em grego (*Ethiopia*, de *Ethiops*: rosto queimado) o conjunto dos povos negros.

Assim, das savanas ardentes, quando muito, habitáveis, da Etiópia, eleva-se uma cadeia de planaltos verdejantes, com clima temperado, dominados por picos de mais de quatro mil metros. Neste país vulcânico profunda-

(1) Histoire de l’Ethiopie, Presses Universitaires de France, Paris, 1970.

mente agitado, os rios, em particular o Nilo (que aí encontra suas fontes mais importantes), cavam verdadeiros desfiladeiros. A Etiópia é o país das lutas constantes, das populações ricas, de exuberantes planaltos, contra as tribos deserdadas das baixas regiões dos arredores, ávidas de conquistar este paraíso.

O longínquo e misterioso país do Pount

Nós só conhecemos muito imperfeitamente as origens da Etiópia.

Na lenda nacional, seus primeiros fatos históricos datam do século X a.C. De fato, a descoberta de um grande número de paisagens arcaicas atesta a antiguidade da civilização etíope. Além disso, textos hieroglíficos egípcios, datando do século VIII antes da nossa era, já falam de uma Etiópia onde se encontra em abundância ouro, marfim, incenso e mirra.

“Desde os tempos dos primeiros faraós”, escreve Jean Doresse, “as margens meridionais do mar Vermelho e as do golfo de Áden representavam para os Egípcios o distante e misterioso país do Pount, Terra de Deus, de onde provinham produtos sagrados por natureza, como o incenso, e de onde viam alguns grandes mitos e algumas divindades egípcias.

A rainha Hatshepsut (1520-1484 a.C.) foi a primeira a lançar as suas embarcações para o sul do mar Vermelho a fim de trazer ao Egito os produtos da Terra de Deus: os baixos relevos do templo de Deir el-Bahari, em Tebas, emprestam a estes litorais características fantásticas. Mas estes baixos relevos foram mutilados (deles subsistem apenas fragmentos); os ensinamentos que eles nos forneceram são, pois, muito aleatórios. Por outro lado, mais precisas e mais significativas são as descobertas feitas há uma centena de anos por arqueólogos: um bom número de monumentos, de inscrições, de moedas e mesmo de manuscritos permite hoje conhecer melhor o passado do país do Pount a partir do século VI a.C.

A arte e a língua desses vestígios ligam a Etiópia antiga aos reinos dos Sabeus, dos Mineanos e dos Homeritas da Arábia meridional, cuja história parece começar mil anos antes da nossa era e terminar com o nascimento do Islã. Encontra-se na Arábia meridional antiga e na Etiópia antigas tribos e lugares com nomes idênticos, assim como as mesmas divindades. Infelizmente só se pode imaginar, sem prova formal, uma mistura árabe-etíope das populações as mais diversas da pré-história e da antiguidade, e os únicos vestígios de monumentos descobertos no Norte da Etiópia nos permitem crer que a civilização deste país

nasceu da mais tardia onda de colonização sul-arábica da África, no século VI a.C.

Por seu lado a tradição nacional etíope atesta sua origem sabéia: Menelik I, fundador do império Axum, seria o filho da rainha de Sabá e de Salomão, que viveram no século X a.C. A colonização sul-arábica do século VI a.C. teria vindo, pois, com seus agricultores e seus comerciantes, seus navegadores e seus guerreiros, encontrar e avivar tribos mais antigas, porém com a mesma origem.

Do paganismo ao cristianismo

É com a chegada dos Gregos, e mais precisamente das esquadras de Ptolomeu, que desembarcarão as mercadorias, os costumes e a língua helênica (século III a.C.), que a nação etíope manifesta sua unidade. O grande império de Axum nasceu, reunindo imensos territórios, do Sudão ao lêmên e do sul da Etiópia atual aos confins do Egito. Enquanto Axum impõe sua supremacia e sua unidade política e comercial a uma grande parte do leste africano, a religião axumita modifica-se profundamente, prefigurando a modificação racial que trará a cristianização da Etiópia. Os colonos sabeus tinham, com efeito, implantado nos planaltos do Tigre, no norte do maciço etíope, todos os numerosos deuses venerados na Ará-

bia. Ora, entre os axumitas, estas figuras divinas múltiplas vão rapidamente tornar-se menos numerosas: põem-se a venerar uma tríade composta de Ashtar (Vênus), Béher (o Mar) e Méder (a Terra) e os imperadores tomam por deus tutelar Mahrem, senhor da guerra.

Império pagão muito extenso e poderoso, tal é a Etiópia no século IV da era cristã, quando o imperador Ezana, o Negus, "rei dos reis", subiu ao trono, que ocupará de 320 a 342: com ele o império de Axum tornar-se-á cristão e nascerá uma das mais originais civilizações da história.

Os discos lunares dão lugar à cruz

Os primórdios do cristianismo na Etiópia são mal conhecidos. As fontes bizantinas contam a história segundo a tradição. Um mercador grego, de religião cristã, parte para as Índias com seus dois filhos, Aedesios e Frumentios; seu navio naufraga na costa da Etiópia. Todos os homens são capturados e a maior parte é massacrada. Os dois jovens, escapando à fúria dos bárbaros, são bem recebidos pelo rei, que, sensibilizado à sua cultura superior, confia-lhes a educação de seu filho Ezana. Sua influência se estende pouco a pouco e Frumentios, depois de uma longa permanência na corte, onde ele converteu a família real

à nova religião, dirige-se à Alexandria: o grande Atanase, que acaba de subir ao trono patriarcal de São Marcos, recebe com alegria a notícia desta conversão e nomeia Frumentios primeiro arcebispo de Axum.

Mas se é forte esta tradição concernente a Frumentios, o santo Frumêncio do calendário romano, que se diz nascido em Tiro em 315 e morto no Axum em 380, o único fato historicamente estabelecido nesta narração concerne a Ezana. Os monumentos deixados na capital por este soberano contam as expedições militares do rei, assim como sua vitória em Núbia sobre o reino de Méroe. Estes monumentos mostram a conversão de Ezana ao cristianismo: assim, a vitória ulterior, como as precedentes, não são dedicadas ao deus Maherem, mas "ao senhor do céu e da terra". Trata-se certamente, de uma fórmula bem vaga e pode-se perguntar quais foram os resultados imediatos da conversão de Ezana e em que medida o cristianismo se generalizou, desde essa época, em todo o país. Faltam documentos a esse respeito, e só os vestígios arqueológicos permitem calcular o desenvolvimento relativamente rápido da nova religião oficial: crescentes e discos lunares desaparecem pouco a pouco da moeda, para dar lugar à cruz, que se impõe igualmente nas cerâmicas.

Esmeraldas, incensos, especiarias e ouro

Depois de Ezana vem uma série de reis que só são conhecidos através da moeda, até que aparece o grande e poderoso Ella-Asbéha Caleb (525-575).

Nessa época, a Etiópia mantém relações com Constantinopla, Irã, Índia e Ceilão. Seu comércio é próspero: esmeraldas do Nilo, incenso e especiarias da costa dos Aromatas, ouro do país dos Sasu (ao sul do lago Tana). Nas cidades onde afluem sem cessar Gregos, Sírios, Persas, Armênicos, Indus, as igrejas e os palácios se multiplicam. Portanto, é uma época tumultuada: se as comunidades cristãs, coptas ou arianas não param de desenvolver-se, um judaísmo ardente, feroz adversário do cristianismo, propaga-se desde o norte, em todo o território sabeu. O exército de Caleb transpõe então o mar, levado por uma frota considerável, para castigar Yusuf Asa, um príncipe judeu de Sanaa, no lêmén, que condenou à morte seus súditos cristãos. O judeu perseguidor é morto e a fama que este ato de justiça concede a Caleb irá muito além de Bizâncio, de onde havia sido lançada essa expedição. O Corão a celebrará numa de suas passagens e Caleb é mencionado como santo no Breviário romano.

Boi por ouro: a prática da troca entre os de Tigre e de Agao

Conhecemos muito bem essa expedição levada pelo soberano axumita contra Yusuf Asa graças a um testemunho de crédito, Kosmas Indikopleustês, monge bizantino que estava na Etiópia justamente nessa época.

Michel Constantini nos apresenta este testemunho na excelente *História Geral da África*, publicada pelas edições F. Beauval, em 1972:

“Este personagem, nascido em Alexandria, foi primeiramente comerciante, depois fez-se monge. Ele recolheu múltiplas informações em uma longa viagem (Indikopleustês significa: ‘aquele que vai às Índias por mar’) e compôs, entre outras obras, uma *Topographie chrétienne*, que é menos um tratado de geografia que um ensaio de teologia cosmográfica, onde o autor se propõe a este fim piedoso: provar que a terra é um retângulo semelhante ao altar do tabernáculo de Moisés e cercada por muros que se reúnem inclinando-se para formar a abóbada do céu. Durante sua viagem, ele ficou espantado com a magnificência dos palácios de Axum com a riqueza do reino e as múltiplas ligações comerciais que eram mantidas com os principais países do mundo. Soube fornecer-nos detalhes pitorescos sobre os aspectos menos conhecidos deste comércio,

em particular sobre a prática da troca entre os povos de Tigre e os de Agao⁽²⁾. Os enviados axumitas em suas expedições anuais pelo território agao para recolher ouro procedem assim: chegando em lugar propício rodeiam-se com uma cerca de galhos espinhosos, retalham os bois cujos pedaços jogam acima da sebe, assim como sal e ferro. Os indígenas aproximam-se, por sua vez, com pepitas de ouro, que chamam *tankhara* e depositam uma, duas, ou mais sobre o pedaço de boi, o sal ou o ferro. O proprietário da mercadoria em regime de troca avança e pega o ouro se está satisfeito, em caso contrário parte sem nada; o indígena retira, então, sua oferta ou acrescenta uma pepita, e assim seguidamente. Como Kosmas observa, este gênero de prática testemunha a radical incompreensão das duas raças — semitas e cuxitas — que falam duas línguas diferentes e carecem de intérpretes.”

Uma aliança que acaba mal

É no reinado do imperador Caleb que se escuta falar pela primeira vez de uma embaixada bizantina vinda à Etiópia: Justiniano, imperador de Bizâncio, propôs a Caleb que se aliasse a ele contra os Persas. Se Justiniano

(2) *Povo cuxita cuja língua não é semítica nem negro-africana, mas sudanesa, como a dos afares e dos somalis de hoje.*

procura mobilizar militarmente a Arábia do Sul e convencer os Etíopes a tornarem-se seus aliados, é para derrotar o monopólio persa do comércio das sedas. Trata-se, primeiramente, de retirar dos Persas as vantagens consideráveis que eles tiram do comércio da seda, desviando este tráfico de sua rota terrestre, através do Irã, para fazê-lo passar pelo mar Vermelho. Em um segundo tempo, essa disputa econômica será ao mesmo tempo seguida da guerra: Etíopes e Bizantinos atacarão a Pérsia partindo da Arábia.

Mas, em 572, antecipando-se a Caleb, uma esquadra persa desembarca em Áden. Em 602, os Persas sassânidas ocupam toda a península arábica: só a deixarão trinta anos mais tarde para dar lugar aos conquistadores muçulmanos. Nesse momento outras armadas persas partem do lêmén para saquear as costas etíopes. Sua presença aí é efêmera mas, afinal de contas, a guerra econômica a que Bizâncio tinha levado os Axumitas se vira contra estes, com vantagens para os Sassânidas.

Maomé presta homenagem à coragem dos Etíopes

Supõe-se que essas vitórias persas signifiquem um duro golpe para o comércio axumita e tornem difícil as ligações com Bi-

zâncio. Mas o fato mais importante, no século VII, é a aparição e depois a expansão do Islã. que vai cortar brutalmente as ligações de Axum com Bizâncio e o mundo mediterrâneo.

Todavia, as primeiras relações da Etiópia e do Islã são excelentes. Em 615, seguidores de Maomé, fugindo à perseguição dos "Qoreïchitas", se refugiam na corte de Axum; o Profeta lhes havia dito:

— Se fores à Abissínia (Etiópia), encontrarás um reino onde ninguém é perseguido.

O fundador do Islã não esgota elogios sobre os Etíopes. "Este povo", diz, "recebeu em divisão os nove décimos da coragem humana." Mais tarde os companheiros do Profeta retornam a Meca, cheios de admiração pela piedade dos Etíopes e suas maravilhosas igrejas.

Aproximadamente em 630, as relações se alteram. Ao mesmo tempo os Axumitas perdem sua supremacia no mar Vermelho para o Islã. Seu declínio é desde então muito lento, insidioso e ninguém parece vê-lo. Enquanto os primeiros sinais já se manifestam, a Etiópia é ainda citada entre os quatro grandes impérios do Universo.

"O renome do império de Axum", escreve Maxime Cleret⁽³⁾, "ficou presente nos

(3) *Ethiopie, fidèle à la croix, Edições de Paris, 1955.*

espíritos tanto da própria Etiópia como do Egito e dos Árabes. Uns e outros não aceitam ainda sua ruína. Cultivam-se as profecias duvidosas, segundo as quais, um dia, a indomável Etiópia fará sua união contra Meca com um soberano do Ocidente. De lá nascerá mais tarde, no mundo latino, a lenda do Preste João⁽⁴⁾. É a partir desse momento que, para a Europa, a Etiópia e os Etíopes caem no esquecimento e aí permanecem durante quase mil anos."

Os "Nove Santos" da Etiópia cristã

É durante o império glorioso de Axum que é construída a maior parte dos mosteiros e das igrejas da Etiópia. As primeiras igrejas são instaladas nos santuários pagãos abandonados, mas logo os fiéis constroem basílicas retangulares cuja arquitetura fica, entre-

(4) *Notação em parte inexata: o Preste João, legendário soberano cristão reinando sobre os antepassados do Islã e pronto a fazer causa comum com a cristandade contra os discípulos de Maomé foi, primeiro para os cristãos do Ocidente, o Khan dos Keraitas turcos convertidos ao cristianismo nestoriano, depois o grande Khan dos Mongóis, Hulagu, que desposara a filha do precedente (século XIII). No século XV, ainda e apesar dos contatos dos Venezianos com a Etiópia, a localização do Preste João ficou sendo asiática, mongólica, segundo um homem muito bem informado como foi Diego de Valera, mestre pensador dos reis católicos espanhóis, que viajou por toda a Europa. Mas é bem verdade que as primeiras informações recolhidas pelos portugueses sobre o Preste João etíope os levarão a ampliar suas descobertas africanas (fim do século XV).*

tanto, muito perto dos templos precedentes.

Segundo as tradições, o estabelecimento dos primeiros mosteiros data do século VI. São situados em lugares quase inacessíveis. Parece haver duas ou três séries de fundações distintas: umas seriam devidas a misteriosos eremitas, os "Tsadcan", e as outras a nove religiosos vindos do mundo bizantino. Efetivamente, por ocasião do Concílio de Calcedônia (451), monges monofisistas⁽⁵⁾ vindos da Síria, e mesmo do Egito, tiveram de fugir de Bizâncio e se instalar na Etiópia: estes são os "Nove Santos" que teriam terminado a cristianização do país e introduzido o monarquianismo, que se elevou nos séculos III e IV, no Egito, sob o impulso de três grandes fundadores: Santo Antônio, São Pacômio e São Basílio, este último estabelecendo a primeira regra.

(5) O monofisismo é a heresia cristã do século V que vê no Cristo uma só natureza contrariamente à doutrina ortodoxa definida pelo Concílio de Calcedônia: o Cristo tem duas naturezas, a divina e a humana, que coexistem sem confusão nem separação; pela natureza humana, o Cristo nos é, pois, consubstancial. Entretanto, após as primeiras glórias do monofisismo absoluto, prevaleceu um monofisismo temperado, o de Severo, patriarca da Antióquia no século VI, forma que adotou a Igreja Etíope e que não é separada da ortodoxia da Igreja romana por diferenças de formulação. A separação entre a Igreja etíope e Roma é assim provocada mais por um cisma que por uma heresia.

Uma misteriosa rainha judia chamada Judite

De todo o período que se estende do século VII ao XIII, época mais sombria da história etíope, nenhum documento histórico chegou até nós, nenhuma moeda, nenhuma inscrição. Os poucos dados arqueológicos descobertos hoje indicam um claro recuo da cultura etíope. É certo que durante todo esse período de silêncio, o cristianismo etíope não parou de se desenvolver, em um país dividido, entregue às desordens interiores e às coibiças exteriores. As rédeas antigamente mantidas firmemente pelo poder central se afrouxam. No outrora poderoso reino de Axum, de Menelik a Caleb, alguns povos se agitam e reivindicam sua autonomia: a Núbia cristã ao noroeste, o reino dos Zengj ao sudoeste, os pequenos Estados do Bedja nos limites setentrionais do Tigre, e enfim uma Etiópia islâmica se estendendo das ilhas Dakalak na Eritreia, à Zeila na Somália. Pelo fim do século X, os cronistas árabes falam de uma rainha que se apodera do reino de Axum, o saqueia e mata seu rei. Quem era essa rainha? De onde ela vinha e quanto tempo reinou?

A tradição fala de uma rainha judia chamada Judite. Mulher de grande beleza, quis aproveitar os sucessos do Islã e o enfraquecimento do regime lançando tribos contra Axum. A mesma tradição descreve-nos a

rainha Judite destruindo por todos os meios as bases do cristianismo na Etiópia, arrasando os santuários de Axum, derrubando e quebrando os monumentos. Ela teria reinado quarenta anos na Etiópia. Dizem que estes dados são em grande parte legendários, mas uma coisa é certa: esta Judite infligiu ao reino da Etiópia um duro golpe. Este enfraquecimento facilita, sem dúvida, a progressão do Islã ao longo das costas, assim como no sul, e até nos contrafortes do alto país, para o leste, principalmente em Sawa oriental (a leste da província atual do Choa, onde se encontra a capital da Etiópia, Adis-Abeba). Uma série de Estados muçulmanos nascerão em volta da Etiópia: Bali, Ifat, Sawa e ainda outros. Durante séculos, a Etiópia será o teatro de um terrível duelo entre a cruz do cristianismo e o crescente do Islã.

O desenvolvimento destes Estados muçulmanos compreendendo a Etiópia cristã freia, naturalmente, o comércio exterior, principal força do reino axumita. Pouco a pouco, o coração do império ou o que resta do poder central deixa Axum, no Tigre, a antiga capital situada ao norte do país, para ir fixar-se nas províncias mais centrais e mais montanhosas, Lasta e Choa.

A dinastia dos Zagué

“Acontece que o reino de Israel (o império de Axum) foi dado a gente que não era da raça de Israel”, conta uma lenda etíope, exagerando assim o caráter salomônico que a dinastia do país quer atribuir-se. A “gente” em questão, são os Zagué, senhores de Lasta, que terão no decorrer dos séculos XII e XIII uma influência cada vez maior nas províncias vizinhas do Begamder e do Tigre. Conhece-se, hoje, muito pouco sobre esses novos donos da Etiópia. As tradições etíopes divergem e a história não guardou senão os nomes de alguns soberanos Zagué: Imraha, Lalibala, Naakoneto-la-Ab, Zena-Petros, Delanda. Conhecemos igualmente mal a cronologia exata dos diferentes reinados, mas sabemos que essa dinastia Zagué durou de 1135 a 1270.

O reinado dos Zagué é marcado essencialmente por um renascimento artístico e literário, guiado e iluminado pelo fervor da vida religiosa. É ao rei Lalibala, que subiu ao trono nos dez últimos anos do século XIII, que se deve uma das maravilhas do mundo, as magníficas e misteriosas igrejas rupestres que evocaremos no capítulo seguinte.

Naakoneto-la-Ab, seu sucessor, por sua vez mandou edificar em todo o país numerosas igrejas e mosteiros. A dinastia se extingue sob o golpe de um senhor da provín-

cia situada a oeste do Lasta (Amhara), Yekuno-Amlak, coroado em 1270, descendente distante dos imperadores de Axum.

O grande reinado de Amda-Sion

Na língua gueze, derivada da sul-arábica semítica e língua oficial do reino desde o reinado de Ezana, Yekuno-Amlak significa "Que ele seja rei" (6).

Sabe-se que o reinado de Yekuno-Amlak dura cerca de quinze anos, de 1270 a 1285 aproximadamente. Com ele e seus sucessores, a Etiópia conhece uma época de esplendor marcada essencialmente por uma luta intensiva contra os pagãos, os judeus e os muçulmanos, luta celebrada por todos os cronistas em suas narrações.

Amda-Sion (1314-1344) é o maior soberano etíope dessa época. Notável chefe militar, incorpora definitivamente ao reinado da Etiópia as regiões do oeste, Damot e Godjam, e ao sul estabelece a fronteira do país no rio Auache, para lá da atual capital, Adis-Abeba.

Engrandecida pelas lendas árabes, a fama de Amda-Sion é tão grande que atinge o Ocidente: uma passagem de *Orlando, o Fu-*

(6) O parentesco da língua gueze com a língua árabe aparece principalmente no nome deste rei, já que em árabe a expressão "Que ele seja rei" se traduz por "Li yokun malak".

rioso, de Ariosto, lhe faz alusão. A literatura de tempo de Amda-Sion o ilustra, aliás com uma crônica que é mais ou menos para a nação etíope o equivalente da *Canção de Rolando* para os franceses. Essa crônica é redigida em língua amárica que passa a substituir o gueze, afastando-se do modelo semítico para dar à Etiópia uma língua mais tipicamente africana, inspirada no antigo substrato sul-nilótico. Ela celebra as vitórias dos guerreiros etíopes contra numerosos inimigos, entre os quais figuram os Somalis, sendo esta a mais antiga menção a eles que se conhece.

O reinado de Amda-Sion foi descrito de maneira precisa em um capítulo de *Masalik al-Absar*, do grande historiador árabe do século XIV, Al-Omari, que opõe a força do soberano cristão à desordem de seus vassalos muçulmanos, entre os quais nenhum tem autoridade estável se não for investido pelo imperador etíope.

“Diz-se”, escreve Al-Omari, “que Amda-Sion é extremamente valoroso e que seu governo é justo. É nesse povo que se encontram os mais inteligentes homens e os mais finos desse tempo.”

Do ponto de vista artístico e arquitetural, Amda-Sion representa também um papel importante: é a ele e a seu clero que devemos os mosteiros do lago Tana e de suas proximidades.

Derrota provisória dos muçulmanos

A luta contra os muçulmanos intensifica-se sob o sucessor de Amda-Sion. Vitórias e derrotas se sucedem, mas o poder islamítico sofre um enfraquecimento nítido: o exército etíope toma a cidade de Zeila, na Somália, depois de um curto cerco e reconquista o sultanato de Ifat em Sawa oriental. O Islã é então expulso do alto país e se dobra, a leste, no sultanato de Adal, limitando o estreito de Bab al-Mandab, novo centro do Islã na ponta da África.

O negus etíope, “rei dos reis”, reina então sobre um império considerável, mas sempre ameaçado pelo Islã. Assim, o rei Zar-a-Yacob (1434-1468) guerreia por sua vez contra os muçulmanos, saindo vitorioso contra o sultão de Adal. A Etiópia parece estar, em seguida, ao abrigo dos ataques e os sucessores de Zar-a-Yacob gozarão de uma era de prosperidade.

“Zar-a-Yacob”, escreve R. Schneider em sua *Art rupestre*, “não podia entretanto vangloriar-se de uma tranquilidade durável: os estados muçulmanos que o rodeavam mantinham relação com o resto do mundo islamítico podendo rapidamente deles receber reforços (o que aconteceu, com efeito, mais tarde) enquanto que a Etiópia, espécie de confederação sem sólidas ligações, era como

uma ilha cercada de inimigos, cortada de todo socorro que pudesse vir das terras cristãs da Europa, caso elas tivessem ouvido falar de sua existência."

No século XV, contudo, parece enfim estabelecer-se contatos entre a Etiópia e a Europa. Um século mais tarde, em 1530, uma embaixada portuguesa dirige-se à Etiópia, o reino do Preste João, enfim, exatamente localizado: trata-se para Portugal de garantir ao noroeste, contra o Islã, a rota das Índias orientais pelo Cabo da Boa Esperança, que acabara de descobrir. O contato estabelecido por esta primeira embaixada vinda do Ocidente, permitirá a Portugal, alguns anos mais tarde, salvar *in extremis* o império da Etiópia: contrariamente ao que havia previsto a lenda de Preste João, é este soberano cristão com raízes do Islã que receberá ajuda decisiva do mundo latino, e não o inverso.

Os portugueses socorrem a Etiópia

De fato, em 1527 começa a invasão muçulmana da Etiópia, levada pelo Emir Ahmed ibn Ibrahim, apelidado Gran (o Canhoto). As tropas de Gran se propagam na maior parte do reino, pilham e saqueiam igrejas e mosteiros. Com uma pequena tropa de fiéis, o rei da Etiópia, perseguido por Gran, foge de uma

província para outra. Quanto a seus súditos, têm duas opções: serem massacrados ou adotarem a religião muçulmana.

Enquanto o reino está à beira do aniquilamento, uma pequena esquadra portuguesa, comandada por Cristóvão da Gama, filho do célebre navegador Vasco da Gama, desembarca em Massaua, em 1541, trazendo seu apoio ao negus Cláudio (1540-1559). Juntos, portugueses e Etíopes, em 1543, às margens do lago Tana, infligem aos muçulmanos uma fragorosa derrota. Porém, o próprio Cristóvão da Gama, feito prisioneiro no ano anterior, fora massacrado por ter recusado abraçar a releição muçulmana.

Durante alguns anos, o imperador Cláudio, apoiado pelos portugueses, vai reconquistar as províncias meridionais, reerguer as igrejas e reconstruir as residências imperiais do Choa e do Dauaro, até o lago Zuai, ou seja, em redor da atual Adis-Abeba.

Mas eis que ele, muito depressa, deverá fazer face a outros perigos: os Turcos que atacam o Tigre; os Galapaianos do sudeste, começam suas imigrações, enfim, a última invasão muçulmana partida de Adal. O imperador Cláudio morre na quaresma, em 22 de março de 1559, nas mãos de Nur al-Mujahid (?), enviado como vingador pela viúva de Gran.

(7) *Nur al-Mujahid é o construtor das muralhas de Hara, que, ainda hoje, são admiradas.*

Apesar do grande valor dos sucessores de Cláudio e dos reis da dinastia de Gondar (1632-1769), a Etiópia sofrerá novamente lutas internas sangrentas e invasões muçulmanas, que agravarão a anarquia do tempo dos príncipes (1769-1853). Os Galas brancos anegrados, aí ocuparão um lugar cuja importância vai crescendo. Será preciso esperar mais três séculos para que o antigo império encontre, com Teodoro (1855-1860) e Menelik II (1889-1913), sua unidade e sua grandeza.

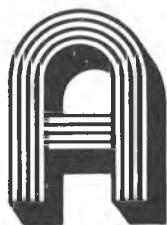
Um feito que não foi conseguido por nação alguma

Mas a Etiópia ainda se revelará o único Estado africano capaz de fazer face vitoriosamente à grande onda de imperialismo branco que se abaterá sobre a África: os exércitos de Menelik II esmagarão em 1896, em Ádua, o corpo expedicionário italiano. Salvaguardando assim sua independência, o império da Etiópia permanecerá até nossos dias o prestigioso testemunho da grandeza dos impérios negros medievais.

Manter-se como um Estado sempre livre, uma soberania sempre autóctone, uma cultura sempre original, como veremos, durante dezesseis séculos (do IV ao XX), é uma façanha que nenhuma nação do mundo parece

ter conseguido. Nem a nação chinesa, muito tempo em poder dos Mongóis, nem mesmo a nação japonesa, cujo Estado nasceu mais tarde e foi tributário da cultura chinesa. Para a França, faltam quase dois séculos (batismo de Clóvis em 496 aproximadamente).

Uma arte única no mundo



arte etíope, quer seja arquitetural ou pictorial, é uma arte religiosa. Toda atividade artística seguiu o desenvolvimento do cristianismo no país, que a ausência de documentos não permite datar com precisão, mas que é atestado, com esplendor, pelos inumeráveis e maravilhosos vestígios arqueológicos.

O milagre etíope

A Etiópia recebeu numerosas influências exteriores: teve contatos com o cristianismo copta do Egito, posto que, desde seus primórdios, sua igreja depende do patriarca de Alexandria; teve contato com outros credos cristãos, principalmente em Jerusalém, onde uma colônia etíope sobrevive desde as Cruzadas, e onde, em todos os tempos, os etíopes dirigiram-se em peregrinação ao túmulo do Salvador. Ela teve também contatos certos, mas difíceis de detalhar, com o Ocidente, precisamente nos últimos anos da Idade Média; segue também — o que não deve ser negligenciado — as influências internas e externas do judaísmo e, sobretudo, do islã fatímida (encontram-se as marcas desta última influência em algumas decorações geométricas e vegetais de suas construções).

Entretanto, apesar da profusão desses dotes, a arte etíope é notavelmente original. Manifesta-se hoje para nós nas descobertas fascinantes de suas igrejas, únicas no mundo, que demarcam literalmente o país. A arquitetura religiosa toma aqui toda sua significação: é ela a marca indestrutível de uma civilização nascida da religião da qual tirou a força de percorrer intata séculos e séculos de lutas políticas e religiosas, agitações e derrotas. Como observou com muita pertinência Ernst

Hammerschmidt, o grande historiador de arte alemão, “o reino etíope sobreviveu a todas as ameaças e a todos os golpes, quase mortais, que lhe foram impostos no decorrer de sua história, graças a seu apelo indefectível à cruz do Cristo (...) É certo que a sobrevivência até hoje do único reinado cristão africano parece um milagre”.

Admirável permanência da primeira arquitetura axumita

As pesquisas arqueológicas mais recentes estabeleceu que a arte arquitetural etíope nasceu na época do grande império axumita, no fim da Idade Antiga (séculos IV e VI da era cristã).

Segundo David R. Buxton, professor de História da Arte em Cambridge, os primeiros imigrantes vindos da Arábia do Sul, fundadores do império de Axum, foram os verdadeiros iniciadores dessa arquitetura única no mundo. O professor Buxton, que participou de numerosas campanhas de escavações nas províncias de Tigre e Begamder, afirma que, mesmo após a queda do império Axum, a arte arquitetural etíope desenvolveu-se e afirmou-se, guardando muito tempo os mesmos temas e o mesmo estilo:

“As tradições que formam sua base”,

escreve ele, "tiveram curso imutável, cerca de mil anos, até que, nos fins da Idade Média, seu dinamismo perdeu-se. Os Etíopes persistiram nesse estilo, não somente porque viam nele uma maneira eficaz de construir, mas naturalmente também por causa do *élan* próprio da tradição e por seu valor estético. Daí resulta que, freqüentemente, os elementos arquitetônicos tenham sobrevivido a sua função na construção. E quando se copiaram os modelos "construídos" talhando-os no rochedo, procurou-se imitar laboriosamente com o novo material quase todos os elementos antigos, se bem que nas novas circunstâncias sua função tenha-se tornado puramente decorativa."

Igrejas "construídas" e igrejas-rochas

Para seguir o desenvolvimento da arquitetura etíope é preciso distinguir duas espécies de construções notáveis: as igrejas "construídas" e as construções monolíticas típicas da arquitetura etíope da Idade Média.

As igrejas monolíticas ou igrejas-esculturas, ou, ainda, igrejas-rochas, são talhadas em um só e único bloco, montanha ou rochedo, segundo o lugar onde elas estão situadas. Esta expressão genérica abrange, todavia, todas as variações que aliem em uma

mesma construção partes construídas e partes monolíticas.

Assim, encontram-se igrejas-esculturas monolíticas no fundo de pedreiras naturais, porém a céu aberto. As quatro paredes da construção podem ser extraídas da rocha, totalmente ou em parte. As igrejas-grutas monolíticas são semelhantes às igrejas-esculturas, porém encerradas no interior de imensas grutas. As igrejas-criptas são muito mais isolaterais que as igrejas-esculturas ou igrejas-grutas, visto que não somente o chão, mas também o teto e, bem mais freqüentemente, suas quatro paredes, estão ainda presas à rocha-mãe.

A construção etíope primitiva

Dado que todas as igrejas da Etiópia medieval pertencem ao estilo axumita, é necessário dar uma visão de conjunto desse estilo.

Todas as construções axumitas têm uma planta quadripartida, com uma parede exterior apresentando saliências e reentrâncias. Com a época cristã, esse quadrado se tornará retângulo para responder à planta basili-cal da maior parte das construções cristãs, quer sejam bizantinas, coptas ou romanas. Estas construções primitivas erguem-se so-

bre uma espécie de pedestal com degraus: encontraremos esta particularidade em um bom número de construções da Idade Média etíope.

A alvenaria é feita de pedra bruta e argamassa de argila reforçada por vigas horizontais que se encaixam umas às outras no interior e no exterior da parede. Nesta parede introduzem-se barras transversais curtas e redondas que ficam salientes no exterior para formar o que chamamos "boca de leão". As barras têm um talho permitindo-lhes encaixarem-se nas vigas. Esta técnica de alvenaria tem um grande efeito decorativo: apresenta, com sua parede recoberta de reboco e suas vigas em cor natural, uma alternância de faixas em cor cujas "bocas de leão" contribuem para realçar o efeito. Em numerosas construções etíopes da Idade Média, esta técnica será retomada, só que com uma simples função decorativa, pois que o material de construção não será mais o mesmo.

As igrejas "construídas" do século IV apresentam uma pequena cúpula acima do santuário e esta cúpula será reproduzida e talhada na própria pedra nas igrejas-rochas. Da mesma maneira, o alto telhado das igrejas "construídas" possui dois declives que formam uma aresta aparada e achatada como para formar uma abóbada em forma de berço, que se tornará a encontrar com freqüência nas

igrejas-rochas que se prestam admiravelmente a formas semelhantes àquelas.

Expansão da arte primitiva etíope

O interior das igrejas primitivas apresenta pilastras monolíticas em pedra de corte transversal quadrático e capitéis sem base e com mísulas de madeira: esses dois elementos se encontrarão mais tarde nas igrejas-rochas, porém as mísulas tornam-se aí puramente decorativas. As portas e as janelas são partes integrantes da estrutura das paredes: os ângulos de cada porta e de cada janela são construídos de vigas curtas que atravessam toda a espessura da parede; as igrejas-rochas oferecem-nos também estas portas e estas janelas com esquadria aparente, que se tornou elemento de decoração.

Os dois tipos de construção propõem os mesmos frisos interiores, ou métopas, constituídos por fileiras de caixilhos simulados semelhantes a janelas com as barras habituais de ângulo das esquadrias e alternando com verdadeiras aberturas por onde entra a luz. Os tetos são chatos ou em caixotões.

Estes poucos arquiteturais mostram até que ponto as igrejas-rochas da Idade Média etíope são apenas imitações dos monumentos axumitas e das primeiras igrejas

“construídas”. Porém, nelas estão assimilados, e aí está a originalidade e a riqueza da Idade Média etíope, os dados da arte etíope primitiva, para desenvolvê-los, elaborá-los e apurá-los.

No entanto, uma restrição impõe-se: todas as igrejas subsistentes, construídas segundo a tradição axumita, não são mais antigas que as igrejas-rochas que datam, na maior parte, dos séculos XII e XIV: os dois estilos de construção desenvolveram-se paralelamente.

Dabra Damo, o “mosteiro da montanha”

Os especialistas em arquitetura etíope são unânimes em dizer que o mosteiro de Dabra Damo, construído nos abruptos flancos do monte Amba, na província do Tigre, entre Adua e Addigrat, é o mais antigo monumento religioso da Etiópia.

A entrada de Dabra Damo, também chamado o “mosteiro da montanha”, está situada a 15 metros acima do solo. Nenhuma escadaria facilita seu acesso. Nenhum gancho. Nenhuma escada. Nada além de uma corda, entrançada com tiras de couro que, presa em uma rocha, pendente, se balança no vazio...

A lenda da fundação justifica esta cor-

da de couro: Za-Mika'el, chamado também Aragawi — um dos “Nove Santos” que propalaram a nova religião a partir de Axum e colocaram as bases do monacato etíope — escolheu o inacessível Amba para o lugar de sua prece e de sua penitência. Uma serpente que morava no monte, por ordem de Deus, teve que puxar Za-Mika'el no alto do rochedo enrolado em sua cauda, cena freqüentemente representada na imaginária etíope. Um anjo vigiava a operação, com a espada desembainhada, certificando-se de que a serpente nenhum mal fazia ao santo. A lenda acrescenta que Za-Mika'el, quando atingiu seu ermitágio na montanha, exortou o rei de Axum a construir uma igreja no mesmo lugar onde a serpente o deixou. Para facilitar a construção o rei construiu uma rampa, com aterro. Entretanto, quando a igreja foi terminada, suprimiu-se a rampa como desejara o santo: a partir daquele instante uma corda deveria lembrar a todo visitante o milagre que o Todo-Poderoso tinha feito em favor de seu servo. É preciso assinalar que, para um Etíope, o apelo é mais diretamente perceptível que para um estrangeiro: na Etiópia, chama-se com freqüência a serpente de “a corda da terra.”

A Enda Abuna Aragawi: uma obra-prima

No local do mosteiro de Dabra Damo, duas igrejas são consagradas ao santo fundador: a menor, a primeira, marca o lugar onde o santo foi alçado pela serpente, embaixo do rochedo; a segunda honra o lugar onde a serpente colocou o santo, depois de sua ascensão.

A maior e a mais bela das duas igrejas é a Enda Abuna Aragawi. É um dos edifícios religiosos mais estudados e mais bem preservados: ingleses, alemães e italianos sucederam-se neste lugar a partir de 1906. Medindo vinte metros por nove, a Enda Abuna Aragawi apresenta uma perfeita planta basilical: duas entradas, uma nave principal e duas naves laterais que formam galeria (a Qene Mahlêt), uma dependência compreendendo o santuário (o Maqdas) com o altar onde fica o clero e onde se distribui a Eucaristia aos fiéis (o Qeddest). A esta planta tripartida, que se encontrará em todas as igrejas da Etiópia, acrescenta-se, ao lado do santuário, um pequeno espaço que corresponde à sacristia.

Uma cúpula em madeira eleva-se acima do santuário. Três pilastras sobre capitéis-mísulas suportam o teto em caixotões. Seis pilares monolíticos separam as naves laterais da nave principal; sobre estes pilares repousa uma arquitrave de madeira.

Para iluminar esta obra-prima, a luz penetra pelas janelas da grande nave, no alto da galeria, e pelas janelas das naves laterais. As paredes e as janelas apresentam elementos arquiteturais da época axumita (alternância da alvenaria e de vigas “bocas de leão”) e um correr de janelas simuladas com esquadria aparente estende-se sobre as paredes da igreja.

Mas um novo elemento arquitetural aparece aqui pela primeira vez: um arco de madeira em forma de ferradura, arco triunfal, embutido na parede de separação entre a nave mediana e o santuário. Pelo visto as construções axumitas pré-cristãs não conheciam o arco, somente a viga reta.

A pintura etíope: uma arte única no mundo

A deslumbrante decoração que nos oferece aquela igreja merece que se pare um instante para tentar reconstituir a história da pintura sagrada etíope.

Sabe-se que, para os cristãos orientais, a imagem, quer seja escultura em pedra ou em madeira, pintura em tela, afresco ou mosaico, não tem somente um papel ornamental e decorativo; ela não é apenas a homenagem silenciosa a Deus, da beleza criada pelo homem: ela tem sobretudo um papel educativo.

Os padres da Igreja declaravam no tempo do iconoclasmo que “a imagem está para aqueles que não sabem ler como a escrita para os que o sabem”. Não nos admiremos, pois, do caráter essencialmente didático da arte pictorial etíope.

Se bem que inspirada na arte bizantino-oriental introduzida pelos cristãos sírios e egípcios, a pintura sagrada etíope é única por sua beleza: o “mosteiro da montanha” é uma prova disso. É impossível não se extasiar diante das esculturas pintadas com motivos geométricos (losangos, quadrados, círculos, linhas quebradas que formam tantos arabescos), diante da decoração das arcas, onde a fauna etíope real e legendária respira ainda apesar dos efeitos danosos do tempo sobre as cores. Serpentes, pavões, pombas, lobos, chacais, hienas, leopardos, dragões, antílopes, gazelas, cabritos distribuídos por todas as partes de uma planta em uma sinfonia de cores: vermelho, verde, azul, amarelo, ocre e também o preto para acentuar e sublinhar as formas.

Estes grupos de animais fazem pensar irresistivelmente no Egito grego, copta-bizantino e fatímida, da mesma maneira que as confrontações heráldicas de dois animais semelhantes lembram uma tradição mil anos mais antiga, qual seja a que reproduzem os selos dos rolos sumérios. O conjunto, po-

rém, cria um mundo único e insubstituível.

É lamentável que os painéis de madeira, provavelmente pintados, tenham hoje desaparecido e que as restaurações medíocres tenham vindo estragar o brilho misterioso desta pintura, que não tem equivalente em parte alguma do mundo!

As igrejas rupestres de Gorgor

Esta pintura, tão poderosa, tão expressiva, atinge a perfeição nas duas igrejas de Gorgor, talhadas no próprio flanco do monte Garalta, ao sudeste do Axum.

A maior e mais antiga é consagrada à Virgem Maria; a segunda, menor e mais recente, é consagrada a um monge, São Daniel. Em que data foram construídas? Entre os séculos VII e XIV é só o que podemos responder. Futuras pesquisas nos permitirão, talvez, um dia, datar com mais precisão estas duas maravilhosas obras.

Detenhamo-nos primeiramente na Igreja de Maria, Enda Maryam, basílica com três naves cujo contorno desabado foi substituído por um alpendre em pedras secas. Com seus dois pilares inteiramente afastados que sustentam os arcos da construção, é o mesmo tipo de igreja-crypta monolítica onde tudo é talhado na própria rocha. Encontra-se aqui,

como em toda parte, os pilares, as cúpulas, as pilastras, os capitéis com mísula e a alvenaria com “bocas de leão” da construção axumita.

A última galeria sobre os arcos da nave mediana e o santuário são dominados por uma cúpula. Frisos com metópas, baixos-relevos e afrescos correm ao longo da parede.

A segunda igreja, Enda Abuna Dane'el, apresenta um caráter particular: a planta tripartida da basílica é aqui substituída por duas salas quadráticas de quatro metros por três que se comunicam entre si.

Irmã gêmea da Enda Maryam, a Kinana Mehrat, ou Igreja de Maria de Dabra Seyon, ergue-se a uma hoda de marcha de Gorgor. Basílica com três naves de 10 metros de largura, 22 de comprimento e nove de altura, com uma balaustrada que ocupa toda a largura da igreja, ela apresenta também pilares inteiramente talhados na rocha.

Semelhante a sua irmã em muitos pontos, ela se diferencia, no entanto, por cinco particularidades de construção: prolongamento na fachada norte, uma alta galeria talhada na rocha que corre em torno da igreja, três cúpulas acima do santuário, nichos profundos com painéis pintados com imagens de santos que lhe conferem um ar de columbário romano e, enfim, na galeria em face do lado leste da igreja, uma pequena rotunda talhada no

rochedo, dominada por uma cúpula e ornamentada com baixos-relevos.

Contrariamente à Enda Maryam e à Enda Abuna Dane'el, a Kinana Mehrat pode ser datada com precisão: descobriu-se aí um manuscrito que conta a vida de Abuna Abraham (1382-1411) e assinala que este patriarca fundou esta igreja nos primeiros anos do século XV.

A Igreja do Oriente: ausência de figuras esculpidas

Estas três igrejas oferecem aos olhos fascinados do visitante uma decoração pictorial mais bela, mais surpreendente ainda que a do mosteiro de Dabra Damo. Pintadas em ocre, azul, verde, amarelo e preto, alternam as figuras animais e humanas inspiradas diretamente nos manuscritos dos *Canons*⁽⁸⁾ de Euzébio, fato que marca a dependência estreita da decoração das igrejas com respeito aos livros ilustrados.

No meio de representações de cenas do Evangelho, como se encontra na maior parte das igrejas etíopes, observamos ao aca-

(8) *Exatamente* Canons chronologiques et Abrégé de l'histoire universelle des Grecs et des Barbares, mais conhecidos sob o título de Crônicas de Euzébio, bispo de Cesaréia, morto em 340, obra capital que fixou as bases da cronologia.

so três pinturas particularmente admiráveis: Eva e a serpente, o confronto de dois seres híbridos com cabeça de homem e corpo de camelo e, sobretudo, uma misteriosa esfinge de inspiração nitidamente sul-arábica.

As figuras humanas são todas representadas em uma atitude hierática e apresentam um mesmo tipo étnico: mãos estiradas, dedos afilados, olhos profundos, imensos, que absorvem todo o rosto. É preciso notar, a propósito, um traço característico da arte cristã oriental: não há figuras esculpidas, nem aqui nem em outra parte na Etiópia.

“A Etiópia manifesta mais uma vez sua dependência à Igreja Cristã do Oriente, que afasta todas as estátuas”, escreve Jules Leroy na *Art ethiopien* (Editions Skira, 1964). “Este traço marca nitidamente a luta incessante levada pela Igreja do Oriente contra o culto dos ídolos, e permitiu, sem dúvida, um maior desenvolvimento e um maior requinte da pintura etíope.”



As mil maravilhas de Lalibala



Desde 1521, Francisco Alvarez, capelão da primeira embaixada portuguesa na Etiópia e primeiro visitante europeu em Lalibala, não hesitava em afirmar que os santuários que ele havia visto “não tinham similares em todo o mundo”. Ele não esperava que lhe dessem crédito: “Estou desgostoso de escrever sobre essas obras notáveis, pois parece que não me acreditam.”

Quatrocentos e cinqüenta anos depois, o autor destas linhas visitou por sua vez a cidade santa de Lalibala⁽¹⁾. Mesmo com o de-

(1) Em março de 1971, realizamos através da televisão alemã, uma transmissão a este respeito.

correr dos séculos, sentimos impressões idênticas. Como o capelão português, ficamos transtornados com o vertiginoso esplendor do lugar e a beleza fantástica dessas igrejas-rocha, talhadas no tufo; uma paisagem feérica onde o vermelho-tijolo das igrejas se destaca entre os bosquetes de oliveiras...

Beta Madhane: Casa do Salvador do mundo

Lalibala é uma vasta cidade monástica situada a 2.600 metros de altitude no lado sudoeste do Abuna Yosef, maciço montanhoso, localizado na atual província de Wollo e que culmina com 4.190 metros. Dois grupos de santuários de um lado a outro do Yordanos, o Jordão (uma torrente parcialmente canalizada), uma igreja situada à parte, doze igrejas e capelas, quatro santuários monolíticos, no estrito sentido, sendo as demais igrejas-criptas cada qual com uma maneira de se distinguir da rocha-mãe. Tais são as principais obras religiosas de Lalibala, que é chamada “a nova Jerusalém da Etiópia”.

Beta Madhane, ou “Casa do Salvador do mundo”, é, incontestavelmente, a maior e a mais suntuosa igreja-rocha da Etiópia. Suas dimensões são impressionantes: 33 metros de comprimento, 23 de largura e 11 de altura. É uma basílica com cinco naves: as laterais

apresentam um teto liso enquanto que a nave principal mostra uma abóbada em berço. O interior oferece aos olhos uma verdadeira floresta de pilares sem bases, pseudocapitéis com mísulas. A estrutura levemente inclinada do teto repousa diretamente na fileira de pilastras. Uma maravilhosa cadeia de arcos em pleno côncavo da abóbada orna a aresta do teto.

A luz entra por altas janelas com motivos de cruces de extremidades encurvadas ou de cruz de Malta. Aqui, a ornamentação é muito sóbria, contrariamente às outras igrejas etíopes. Fora as cornijas e as molduras, bem como janelas apresentando uma ornamentação em gesso ou em estuque com vidro colorido, a igreja é completamente nua. Além disso, é provável que a riqueza de ornamentação de algumas janelas seja devida essencialmente a uma restauração mais recente que tenha recebido a influência do Islã.

Mistério, recolhimento, admiração . . .

É difícil passar em revista todas as igrejas de Lalibala, tanto quanto dar mais destaque a uma que a outra.

Assim, antes de nos determos diante da Igreja de Maria, vamos deambular um momento na cidade monástica, verdadeira cida-

de santa, impregnando-nos de seu mistério, e anotando à medida de nosso passeio os elementos mais característicos que se nos apresentam.

A igreja-crypta, Beta Masqul ou "Casa da Cruz" é a primeira a reter nosso olhar por sua galeria de onze metros de comprimento por três de largura. Um relance no interior deixa-nos perceber uma particularidade: uma fileira de quatro pilastras divide a igreja transversalmente em duas naves.

Em seguida, vêm as belas igrejas de Beta Dabra Sina, Beta Golgota e Sellase (capela). A impressão de mistério e recolhimento, a admiração surpreendente e muda, intensifica-se a cada passo. Nenhuma das doze igrejas-rocha, que de todos os lados erguem seus picos, assemelha-se à outra. A surpresa nos espreita em cada canto. Em um encontro que não foi preparado, o viajante mergulha subitamente o olhar em uma igreja a um nível inferior, que se esconde no fundo de uma pedreira. Ou então, curvando-se para passar através de um orifício dissimulado na rocha, ele se encontra bruscamente no pé de uma igreja que se arremessa em assalto ao céu.

Tudo aqui é resplandecente de beleza, como o admirável bloco monolítico da Beta Amanu'el ou ainda da Beta Giyorgis, a "Casa de São Jorge", única em toda a Etiópia com sua planta cruciforme, sua postura de ferro

ou de mausoléu, e que não tem similar pelas proporções harmoniosas do conjunto arquitetônico e pela mestria do trabalho na pedra.

Uma ornamentação luxuriante

Chegamos enfim diante da Igreja de Maria, que também apresenta características completamente particulares.

Para começar, cada uma de suas três entradas tem um pórtico coberto com um telhado de duplo declive; no meio encontra-se um pilar sem base nem capitel que sustenta o teto baixo.

Da mesma maneira, a decoração exterior chama imediatamente a atenção em relação à sobriedade dos outros edifícios: baixos-relevos acima dos pórticos, cornijas que circundam a igreja, fileiras de janelas que exibem suas “bocas de leão” e em toda parte motivos de cruzes: cruz latina, cruz de Santo André, cruz recruzetada, farpada, torneada.

O interior é concebido como uma perfeita basílica: um vestíbulo, três naves, uma galeria, um santuário com uma cúpula por cima e uma sacristia. Arcos, de três em três, sobre os pilares e pilastras, formam arcadas separando a nave central abobadada e as naves laterais com teto plano. Arcos transversais cujas curvas são um semicírculo formam,

nas naves laterais, três galerias. Na abóbada em berço da nave central, arcos duplos sobre mísulas formam divisões. Um arco triunfal ergue-se entre a nave central e o santuário.

Uma pilastra isolada ocupa o meio da igreja; desprovida de base ela se eleva na nave central até a abóbada. Esta pilastra central não se encontra por toda a Etiópia nem em parte alguma do mundo. Terá ela um papel funcional ou será um puro jogo arquitetônico? A lenda que lhe é consagrada conta que durante uma visão "o Cristo fez o rei de Lalibala tocar a pilastra com a mão. A partir desse dia, um véu a oculta do olhar curioso do profano: ela é fadada a carregar em si a gênese do mundo".

A ornamentação é luxuriante. Baixos-relevos, dos quais só um é pintado, ornaram as pilastras, os capitéis, as mísulas, as arquivoltas. Pinturas decoram as mochetas dos arcos, as cornijas, os caixilhos do friso em métopas com "bocas de leão". Às vezes a camada de pintura foi aplicada diretamente na rocha ou a fresco sobre uma argamassa de cal; mas, infelizmente, em toda parte está um pouco descascada. Contudo, pode-se ainda ver um pavão, símbolo da ressurreição, uma águia bicéfala, símbolo do Cristo e do poder real, um combate de bisões e de galos, cavaleiros combatendo um dragão e, sobretudo, as cenas

do Evangelho: Jesus e a Samaritana, a Anunciação, Jesus e o paralítico...

Outras maravilhas da arquitetura etíope

O esplendor de Lalibala não deve entretanto fazer-nos esquecer que a arte etíope soube criar também em outros lugares obras suntuosas.

A quatro horas de marcha de Nova Jerusalém, ergue-se o Paraíso de Maria, admirável igreja rupestre, com sua fachada que apresenta a alternância habitual de saliências e reentrâncias, seu telhado só com duas inclinações, isto é, em forma de sela com duas vertentes, e dois outros lados formando cabeceiras.

A decoração arquitetônica é pobre, mas a pintura representa aqui um papel importante. Afrescos originais e arcaicos, pintados sobre uma argamassa de cal, ornaram as paredes, as mísulas, os arcos, as mochetas, o teto. Mas também aqui o estuque se descascou e as cores empalideceram.

Sobre o lado leste do Makina, um contraforte da Abuna Yosef nas proximidades de Lalibala, uma gruta gigantesca encerra em suas profundezas uma igreja "construída", Madhana Alam, dedicada ao Salvador do mundo.

Esta igreja apresenta uma planta basilical com duas naves laterais de tetos baixos e uma nave central cujo teto segue a inclinação de telhado em duplo declive com a cumeeira arredondada. Um arco triunfal em madeira separa a nave central do santuário. Acima do santuário, eleva-se uma cúpula de madeira com caibros arqueados. Se os elementos arquitetônicos correspondem perfeitamente aos das igrejas-rochas etíopes, em compensação a construção é completamente original. Em lugar de uma alvenaria de pedras brutas e de argamassa de argila alternando com vigas de madeira, Madhana Alam apresenta uma alternância de lanços de muro em pedra bruta revestidos de reboco e de blocos de pedra de cantaria em tufo vermelho. É o que se chama uma parede aparelhada em “ranhuras”, variedade de construção não encontrada em qualquer outra parte.

Outra jóia da arquitetura religiosa etíope: a igreja monolítica Bilbala Cerqos, situada igualmente perto de Lalibala, e que se apoia ainda à montanha pelo telhado e sua pequena ala do leste.

O edifício ergue-se sobre a base de um pedestal-pódio e as entradas imitam em pedra os batentes das portas axumitas. A distribuição interior é próxima da do Paraíso de Maria: pouca decoração arquitetônica, mas uma profusão de pinturas salvas do desastre gra-

ças aos esforços desenvolvidos por uma missão de arqueólogos italianos em 1939.

O desespero dos arqueólogos

Todas as obras de arte que acabamos de visitar são, como já sublinhamos, difíceis de datar. Salvo raras exceções, os historiadores da arte e os arqueólogos não conseguiram situar no tempo essa ou aquela igreja, esse ou aquele conjunto.

É o que constata, com certa desilusão, o grande arqueólogo austríaco Georg Gerster. Depois de uns 20 anos de escavações nos mais diversos lugares da Etiópia medieval, Gerster reconhece, em sua obra *Eglises Rupestres*, Editions du Zodiaque, 1968, que “o nervosismo com que se tenta deslindar as influências opostas resulta em parte do fato de que, com respeito às igrejas antigas da Etiópia, só se possui, excepcionalmente, dados válidos com referência às datas. Quando um visitante indaga sobre o fundador do santuário, os padres prudentemente contentam-se em responder: Man yawqall (quem o sabe?). As atribuições locais carecem de valor. Entre duas visitas, aconteceu-me mais de uma vez que a idade de uma igreja variasse em alguns séculos, segundo os dizeres dos padres; ou então eles discutiam diante de mim sobre a escolha do

rei lendário que poderia citar-se como fundador para responder ao forasteiro. Por cúmulo da malícia, eles iam buscar reis etíopes homônimos que reinaram em épocas muito distantes uma das outras, e que, segundo as aparências foram aliçados de uma tradição recente em favor de outra mais antiga. É preciso ainda contar com isso: velhas igrejas foram, com o tempo, abandonadas e esquecidas, depois reencontradas e repostas em uso; fez-se então uma adaptação conveniente na lenda da fundação. Um ou outro visitante pode considerar que as igrejas são simplesmente uma festa para os olhos, sem se preocupar com sua idade. É diferente do pesquisador que deve ordenar seu material no espaço e no tempo, para tirar conclusões. As referências de data seriam para este de interesse capital. Ora, elas são quase totalmente omissas (...) O pesquisador fica mais desesperado ainda, caso seja possível, quando tenta assinalar as datas limites nos afrescos das igrejas-rochas, porém dessa vez por uma razão oposta: em contraste com a imutabilidade da arquitetura, a pintura é popular e varia, segundo os lugares, como um camaleão; ela atesta, certamente, modelos bizantinos, mas esta dependência sobrevive de igreja em igreja com possibilidades desiguais e através de uma rica fantasia."

Devolver à Etiópia o que lhe pertence

Será que vamos conseguir um dia suplantar esta dificuldade e datar corretamente os maravilhosos testemunhos artísticos da Etiópia cristã? O Instituto de Arqueologia de Adis-Adeba, criado em 1971 por iniciativa do ex-imperador Hailé Sellasiê, tenta preencher esta lacuna, com a ajuda ativa de numerosas missões estrangeiras.

Graças aos trabalhos deste Instituto, a Etiópia, cuja civilização foi por muito tempo considerada como um capítulo da história das províncias arábicas do sul, começa enfim a ocupar o lugar que lhe é devido na história dos países ribeirinhos do mar Vermelho, e de uma maneira mais ampla e mais rica do que se poderia imaginar. Hoje, já se pode discernir que a Etiópia antiga e medieval, na medida de fonte histórica, será no futuro uma terra eleita para os estudos arqueológicos, não somente para a história dos países do mar Vermelho, da África Oriental e do oceano Índico, mas também para a história das relações entre os países do Mediterrâneo e o Extremo Oriente.

QUINTA PARTE

Os três impérios do Sudão

"E eis as regras que promulgamos para o vosso uso, ó vós que sois um de nossos deuses: se em nosso tempo ou no tempo de nossos filhos e de nossos netos um rei surgido de fora vier em nossa direção dizendo que vai fazer a guerra e, quando fizer este anúncio, souberdes que indo ao combate ele não trará a vitória, deveis dizê-lo a nós; mas se souberdes que ele deverá vencer, então proclamai também esta verdade."

Invocação sonrai



O opulento império de Gana



Entre as montanhas da Abissínia e do Atlântico, numa extensão de mais de 5.000 quilômetros de leste a oeste, comprimido entre o deserto saariano e a floresta equatorial, estende-se um país, chamado de maneira muito vaga o Sudão, transcrição da expressão árabe “Bled es-Sudan”.

Vivificado pelas chuvas, adubado por grandes cursos d'água, o Sudão é uma terra feita para os homens e animais. Lá, há muitos séculos, nasceram civilizações originais, misturando, em um notável sincretismo, contri-

buições de tribos de origem muito diversas: negros indígenas fugindo do deserto ou da floresta equatorial insalubre; brancos líbios, semitas, berberes, mouros e, ainda Peuls (estes, como os Etíopes, tendo ao mesmo tempo raça branca e raça negra).

Na desordem das migrações e das inumeráveis miscigenações distinguem-se facilmente os dois elementos fundamentais que contribuíram para o povoamento do Sudão: os negros, habitantes muito antigos da África interior⁽¹⁾, e os nômades brancos, cujas sucessivas ondas, chegando do norte e do leste, atravessaram o Saara.

Esta inextricável mistura de raças, de civilizações e de religiões fez nascer três grandes impérios que dominaram sucessivamente o mundo sudanês: o império de Gana, o império Mali e o império Gao.

Gana, país do ouro

Desde o século VIII, a existência do império de Gana nos é assinalada pelos cronistas árabes, parecendo, entretanto, que sua fundação é anterior e remonta ao século IV

(1) *Um povoamento ligado à raça amarela, cujos resquícios são os Pigmeus, os Bosquimanos ou Boximanes e os Hotentotes, precedeu, provavelmente, os negros na África, tendo estes últimos vindos do oceano Índico.*

de nossa era: nômades brancos, os quais teriam sido substituídos no século VIII por uma dinastia negra, seriam a origem deste império. Zenatas berberes ou semitas teriam conquistado esta região próspera e aí se teriam instalado como donos desde o começo do século IV, "o que bem corresponde", sublinha Cornevin, "à chegada do camelo, que dá aos Berberes uma esmagadora superioridade militar."

A tradição, por seu lado, fala de uma dinastia legendária de 44 reis (22 antes da hégira e 22 depois) que teriam reinado do século III ao VIII em Gana, ou melhor, no Uagadu, nome que tem o império de Gana na tradição africana. Em 790, Kaya Maghan Cissê, do povo Sarakollê, assume o poder, proclamando-se rei do Uagadu, e reina sob o nome de Cissê Tunkara (este termo, em língua sarakollê, significa rei). Sua dinastia dura três séculos.

De fato, muito pouco se conhece sobre o império de Gana, apesar dos trabalhos importantes de arqueólogos como Bonnel de Mézières, Thomassey ou Mauny. Somente as fontes árabes permitem-nos reconstituir o que poderia ser a verdadeira cronologia do império.

Entre 734 e 750, uma expedição levada pelos Omíadas contra o império de Gana fracassa. Três séculos mais tarde, porém, o cronista árabe El-Bekri encontra no país os

descendentes desses soldados, voltados para o paganismo e assimilados às populações indígenas. É portanto dessa época que é preciso datar a primeira invasão muçulmana no coração da África Negra.

Em 800, o geógrafo Al-Fazari fala por sua vez do império de Gana, que ele menciona sob o nome de "país do ouro".

Em 833, Al-Kwarizmi põe em um mapa as cidades de Gana e Gongu (provavelmente o Gao), no sul do deserto. Em 872, Yakubi conta: "O rei de Gana, um grande rei. Em seu território estão minas de ouro e ele tem sob seu domínio numerosos reinos..." Um século mais tarde, Ibn Hawkal dirige-se a Audaghost, no sudeste da atual Mauritânia. Esta cidade está situada a uns 20 dias de marcha da capital de Gana, cujo território, vê-se bem, nada tem de equatorial, contrariamente ao do Estado moderno do mesmo nome, denominação associada à sua edificante lembrança, tratando-se porém de Estado situado a 1.500 quilômetros mais ao sul.

Um Império de fronteiras imprecisas

Qual será esse pomposo império do mundo negro ocidental? Onde ele se situa exatamente? Qual é a sua civilização? De onde vem seu nome?

Encontrar a localização exata de Gana no Sudão nigeriano não parece fácil! Todavia os historiadores chegaram a um acordo de situar sua capital no atual sítio de Kumbi Salek, no Hodh mauritano, a 330 quilômetros ao norte de Bamako, onde foram efetuadas escavações repetidas vezes por Thomassey e Mauny, depois das primeiras investigações de Bonnel de Mézières em 1914. Pensa-se, aliás, que o local da capital variou no decorrer dos séculos, pois vastas ruínas foram encontradas, bastante afastadas uma das outras, a oeste do alto da grande curva do Níger, a várias centenas de quilômetros a leste de Kumbi-Saleh e não longe de Tombuctu.

Todos os cronistas insistem na extensão do império, porém hoje admite-se que eles se tenham deixado enganar. El-Bekri cita os reinos de Tekrur, de Sala, de Berissa, e os dois reinos gêmeos de Do: Dodugu e Melel, assim como o Galam e o Bambuk, “países fornecedores do ouro de Gana”. Mas estes reinos são realmente vassallos do império de Gana? É difícil afirmar; trata-se talvez de pequenos reinos independentes mantendo apenas relações comerciais com o império de Gana.

Segundo Al-Fazari, Gana era no século VIII um imenso território que ia do Atlântico às costas do Níger. Parece, entretanto, mais prudente admitir a opinião de Raymond Mauny estimando que Gana não deve ter esten-

dido sua autoridade além dos países povoados pelos Sarakollês, quer dizer, o leste do Senegal e o sudeste da Mauritânia.

Gana, intermediária entre o mundo mediterrâneo e a África Negra

Se, como afirmam os cronistas, o império de Gana teve uma grande influência sobre os Estados vizinhos, supõe-se que seja provavelmente uma superioridade comercial: sua capital, Gana, era o centro muçulmano de todo o Sudão ocidental.

Os cronistas insistem na paz que reina no império sudanês: para os viajantes árabes, Gana é o país onde se pode viajar livremente e sem perigo. Onde se pode, também, a cada passo maravilhar-se com a profusão de ouro. A riqueza de Gana provém essencialmente das regiões auríferas de Bambuk, no alto Senegal, e do Burê, ao norte da atual Guiné, assim como de um imposto cobrado pelo soberano sobre as caravanas que atravessam o país, transportando sal ou cobre. Efetivamente, este império ocupa uma das passagens de caravanas entre a África do Norte e o mundo mediterrâneo. O dicionário de Yakut, escrito em 1178-1229, e *Os Prados de Ouro* do maravilhoso Maçoudi descrevem com abundância de detalhes o tráfego comercial entre o sul-

marroquino e o Sudão na época do império de Gana.

A cidade comercial: um Estado dentro do Estado

Um fato essencial impressiona à primeira vista o leitor das crônicas árabes: a grande tolerância religiosa do império de Gana, onde coabitam serenamente muçulmanos e indígenas animistas. Desplagnes, em seu *Plateau Central Nigérien*, afirma mesmo que uma parte dos habitantes professava também a religião cristã até 1076, data em que se converteram ao islamismo; é igualmente certo que o império de Gana e todo o Sudão abrigaram um grande número de judeus. Os muçulmanos não são os mais numerosos, porém são os mais ativos. Podem praticar abertamente sua religião e ocupam lugares importantes junto ao soberano.

El-Bekri apresenta-nos a capital de Gana com suas casas de pedra e de madeira e seus dois bairros bem distintos. Há uma cidade real onde se mantém o rei e sua corte (membros da família real, dignitários, escravos, etc.). É uma cidade cercada de bosques sagrados onde moram sacerdotes e onde se celebram cerimônias do culto. É aí que se encontram os túmulos reais: quando morre, o

soberano é enterrado em uma câmara subterrânea com numerosos servidores, víveres, suas armas, seus ornamentos. A dinastia perpetua-se por linha uterina, o rei tomando para sucessor o filho de sua irmã. O soberano reina como senhor absoluto em sua cidade e em seu Estado, fazendo, ele mesmo, sua justiça.

Ao lado da cidade real encontra-se a cidade comercial, onde moram os muçulmanos, eruditos e comerciantes. Vêem-se aí bazares, 12 mesquitas e numerosos poços que garantem o abastecimento de água e permitem a irrigação das hortas. Esta cidade comercial é, de fato, o coração do império: ela o faz viver e prosperar; é ela, por assim dizer, um Estado dentro do Estado, que tem seus próprios costumes e suas próprias leis.

A invasão almorávida provoca a queda do império

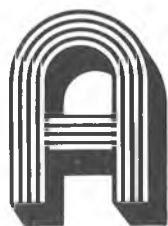
No século X, o império de Gana é, sem dúvida alguma, o mais próspero dos diversos reinos do Sudão: os cronistas fazem dele o incontestável dono da região. Um século mais tarde, ele desaparece sob repetidos golpes dos Almorávidas, os famosos monges-guerreiros muçulmanos da Mauritânia que conquistaram, à mesma época, o Marrocos e a Espanha moura. A luta dura 15 anos, de 1060 até

1076. A dominação militar dos Almorávidas será porém, breve. Enfraquecidos por suas lutas internas, os Almorávidas do sul declinam no mesmo momento em que os do Norte chegam ao apogeu do seu poderio.

Esta invasão é, todavia, fatal ao império. Desorganizado, desmembrado em uma quantidade de pequenos Estados, que reclamam e conseguem sua independência, o império da Gana desaparece. Somente sua glória de tempos idos vai sobreviver, até o dia em que um novo império, forte e novo, vai ocupar seu lugar: o império do Mali. A conquista muçulmana terá, contudo, deixado marcas profundas. "A influência e o temor exercidos pelos Almorávidas", escreve Denise Paulme em *Les Civilisations Africaines*, P.U.F., 1956, "levaram a islamização, ao menos nominal, a certos povos negros que viviam em seu contato: "Toucouleurs", "Sarakollês, Diulas, uma facção dos Mandingas. De fato, por motivos ao mesmo tempo de prestígio e de diplomacia, a nova religião atingiu sobretudo os príncipes, enquanto que a maior parte da população permanecia fiel a seus cultos antepassados."



O império do Mali



As origens do império do Mali, como as de seu predecessor na mesma região, o império de Gana, são bastante obscuras. Tentar recriar sucintamente sua história é, por conseguinte, um empreendimento arriscado. As fontes são mais numerosas, porém mais vagas.

Demografia galopante do Mali

Pela tradição africana o império do Mali nasceu no século XIII, aproximadamente em

1235, com seu segundo soberano da dinastia Keita, sudanesa.

Bem antes desta data, os cronistas árabes nos revelaram sua existência. A primeira vez que se ouviu falar do Mali foi sob o nome de "Malel", que lhe deu El-Bekri no século XI (suas crônicas datam de 1068 ou 1069). Parece ser um Estado sob a dominação de Gana, vivendo em estreita relações comerciais com o mundo muçulmano.

De fato, El-Bakri não nos descreve este Estado: ele se contenta em citá-lo e insiste somente na conversão de seu rei ao islã.

Em compensação, Idrissi, no século XII, nos fornece precisões sobre a situação territorial do Mali, sua população, seus costumes, seus meios de vida, sua capital, que se chama Malel, como o próprio reino, e cuja localização, como já se disse no começo desta obra, não pôde ainda ser determinada: "Quanto a Malel", escreveu Idrissi, "é uma cidade que não é nem importante nem cercada de muros; ela está construída sobre uma colina de terra vermelha e sólida por sua posição. Os seus habitantes aí se resguardam dos ataques dos outros negros; a água que eles bebem é salobra e sai de uma montanha situada no meio da cidade. A oeste de Malel e à margem desse curso d'água que desemboca no Nilo (1), en-

(1) *Pensou-se durante muito tempo que o Níger era afluente do Nilo.*

contram-se várias povoações de negros que se casam sem dote nem legitimidade. Não existem outros homens que sejam pais de tantos filhos. Eles possuem camelos e cabras de cujo leite se nutrem. Comem também caça e carne de camelo seca ao sol. Têm por vizinhos outros povos que os escravizam através de diversos artifícios e que os levam de seu país para vendê-los aos mercadores⁽²⁾. Anualmente, sai um número considerável deles destinados à extremidade da África ocidental (...) de Malel a Gana, a Grande, há bem uns 12 dias de percurso sobre areias instáveis."

O misterioso rei Barmandana

Por mais apaixonantes que sejam estas narrações, só nos ensinam de resto muito pouca coisa sobre o nascimento do Mali. É preciso esperarmos as informações bem posteriores do grande historiador Ibn Khaldun (começo do século XV) para ver aparecerem nomes e fatos precisos:

"Os reis", observa ele, "professavam o islamismo, e Barmandana foi o primeiro entre eles que abraçou esta religião e fez a peregrinação (a Meca); seus sucessores imitaram

(2) Vê-se aí a antiguidade do tráfico de negros africanos, que precedeu de numerosos séculos, depois acompanhou e prolongou o tráfico europeu.

seu exemplo. O mais poderoso destes monarcas foi o que submeteu os Soso, ocupou sua cidade, tirando-lhes a autoridade soberana. Chamava-se Mari Diata.”

Pode-se admitir que o rei Barmandana, chamado Sarmandana por outros cronistas, é o mesmo rei de que fala El-Bekri? Se realmente se trata do mesmo personagem, Ibn Khaldun nada nos diz sobre sua conversão. É Léon, o Africano, que, no século XVI, explica como se deram as primeiras conversões dos habitantes do Sudão:

“Eles têm sacerdotes e leitores que lêem nos templos, pois não há colégios, sendo os mais civis e de melhor formação e maior reputação entre todos os negros, em razão do que foram os primeiros a receber a lei de Maomé e nesse tempo foram subjugados por um grande príncipe dos povos da Líbia, que era tio de Joseph, rei de Marrocos.”

Seria este príncipe da Líbia aquele de quem falam El-Bekri e Ibn Khaldun? E em que data pode-se situar essa conversão? Em 1050, propõem uns; em 1213, respondem outros... Mas isto não são mais que hipóteses de pesquisadores. Assim, contentar-nos-emos com a opinião de Delafosse⁽³⁾ sobre a existência de um império do Mali anterior ao século XIII.

(3) Alto Senegal e Níger (1912). Apesar de sua antiguidade, esta obra permanece a fonte principal para a história dos impérios medievais do Sudão.

Vitória dos Konatê sobre os Taraorê

As tradições orais da África ocidental permitiram aos pesquisadores encontrar as marcas das dinastias desconhecidas que precederam o reino de Sundiata.

Agora, parece certo que houve de fato dois reinos de Mali. Ao norte, três dinastias se sucederam: os Taraorê, na região de Kiri, com a capital em Dakadiale, os Konatê no Dodugu com a capital em Tabu, e os Keita em Narena. Ao sul, no vale do Níger, o grande reino do Mali teria tido duas capitais: Dyeriba e Yani (ou Nyani ou Nyeni).

Estas dinastias se teriam desenvolvido paralelamente até o momento em que o Sul estendeu seu poderio sobre todo o território. Vamos seguir os destinos destas diferentes famílias que fizeram a grandeza e a glória do império mali. Aqui, também, é preciso andarmos sobre a ponta dos pés e não considerarmos que os conhecimentos adquiridos são seguros e infalíveis. Quanto nos falta!

Uma família Tiraura instalou-se na província de Kiri: assim começa, segundo as tradições africanas, o império do Mali. Algum tempo mais tarde, depois de se ter convertido ao islamismo, o chefe desta família recebeu o nome de Taraorê⁽⁴⁾: nasceu a primeira

(4) Atualmente, a denominação Taraoré é adotada por indígenas que desejam marcar assim sua conversão ao islamismo.

dinastia do Mali setentrional. Este ancestral dos Taraorê seria um certo Mansa Nofin Tiraurea.

Aproximadamente na mesma época, uma família Konatê reinou na região do Dodugu, capital Tabu. Esta família descende de Guimba Konatê.

Estas duas dinastias subordinadas ao grande império de Gana, se entregaram a combates incessantes: os Konatê vencendo brevemente os Taraorês. O chefe dos Konatê torna-se, então, chefe do Mali setentrional.

A dinastia dos Keita

A tradição oral só nos dá breves indícios sobre estas duas dinastias: em compensação ela se mostra muito mais loquaz no que concerne à dinastia dos Keita.

É aproximadamente no fim do século XII ou no começo do século XIII que um certo Kabala, ancestral dos Keita, instala-se em Dyeriba, no Níger. Mas, de onde vem Kabala e quem é ele? Os especialistas da África Negra tentaram distinguir o verdadeiro do falso nas múltiplas versões fornecidas pelos historiadores árabes e nas lendas africanas.

Os tradicionalistas islamizados procuram por todos os meios ligar a dinastia dos Keita a Maomé. Por seu lado, as tradições pa-



Cabeça em terracota representando uma divindade ioruba. Foi descoberta em Ifê, pelo arqueólogo alemão Frobenius, a quem devemos a teoria sobre a misteriosa civilização do Ifê: segundo ele, Ifê foi a capital africana da Atlântida. Coleção Henri Nabouret de Ledde. *Cliché Philippe Aziz*



As ruínas da mesquita "hambalita" de Abu Nawar, nas proximidades de Niani, antiga capital do império do Mali. Construída pelo grande arquiteto árabe Ali Simareddine, esta mesquita testemunha a profunda implantação do Islã no continente africano. *Foto Philippe Aziz*

gãs sustentam a idéia de que os Keita têm por país de origem o Congo.

Portanto, as fontes muçulmanas e pagãs se reúnem em um ponto essencial: os Keita não são originários do Mali mas vindos do Oeste. O ancestral imigrante, dizem, era um comerciante ambulante, o que os antigos Sudanese chamavam, no Mali, um *urungara*.

Disputas de família . . .

Segundo a tradição africana, alguns membros da família Keita vieram se instalar no Dodugu. São quatro irmãos e um deles, Marê fa Maghan, casa-se com a filha do chefe Dodugu. Uma briga cuja causa é desconhecida rebenta entre os quatro irmãos e Marê fa Maghan, só contra três, é obrigado a fugir: refugia-se na província vizinha e inimiga, o Kiri. Desta disputa de família vai nascer uma guerra que oporá os Kiri aos Dodugu e da qual os Keita se aproveitarão. Com efeito, aliado aos Taraorê do Kiri, Marê fa Maghan consegue vencer os Konatê do Dodugu, tornando-se chefe supremo do Mali. Seu filho, Dangaran-Tuna, sucede-lhe em breve, mas se deixa vencer, vamos ver como, por Sumanguru Kantê, chefe dos Susu, em 1228.

Sumanguru, o Bravo

Do desmembramento do império do Gana nasceram, como dissemos, diversos pequenos Estados. O Soso ou Susu é um entre eles; Ibn Khaldun dele falou em sua *História dos Berberes*:

“Conta-se que, do lado do Oriente, o Gana tem por vizinho os Susu (...) Tendo-se aniquilado a autoridade dos soberanos de Gana, os Susu subjugaram este país e reduziram seus habitantes à escravidão.”

Sumanguru, chefe do país Soso, parece descender da dinastia dos Diaresso, formada por uma parte dos Soninkê vencidos pelos Almorávidas e refugiados no país Kaniaga. Chefe guerreiro muito hábil e bravo, Sumanguru estabelece pouco a pouco sua dominação no conjunto do antigo império do Gana, mas permanece ainda sob a tutela do rei do Mali, Marê fa Maghan.

A tradição conta que Sumanguru desposa Kongo-Ba, a filha de Marê fa Maghan. Este casamento teve uma importância capital nos acontecimentos subseqüentes:

“Esta jovem”, escreve Charles Monteil em *Les Empires du Mali*, “chamada Kongo-Ba, lhe foi concedida. O costume prescreve que a esposa seja conduzida a seu marido com muita pompa, tanto mais quando se trata de uma moça de uma grande família. Kongo-Ba

foi escoltada por uma multidão de rapazes e moças puxadas pelos *dyali*. Este cortejo permaneceu um certo tempo em Soso e pretende-se que, no decorrer das festas, um dos *dyali* presentes tenha cometido a imprudência de tocar em um xilofone sagrado. Sumanguru, furioso com este sacrilégio, aprisionou todo o cortejo. Em vão, o povo Mali procurou tergiversar e, por sua vez furioso, declara guerra a Sumanguru.”

A guerra rebenta entre Sumanguru e o império do Mali. Sumanguru sai vitorioso e extermina a família de seu adversário de Mali, com exceção do doentio Sundiata, último filho de Marê fa Maghan.

A misteriosa morte de Sundiata

Sundiata escapa assim ao massacre, reencontra, por milagre, força e vigor e parte para reconquistar o Mali.

Reúne um exército e restabelece sua autoridade sobre os territórios que seu pai comandava. Estende mesmo a ofensiva até Futa-Djalón, entra em 1234 em Dyeriba, cidade dos primeiros Keita, seus ancestrais, capital do Mali meridional.

O reencontro inevitável entre Sundiata e Sumanguru, chefe do antigo Gana, teve lugar em 1235 em Karina, perto de Kulikoro, no

Níger, 50 quilômetros a nordeste da atual Ramako. Sumanguru é vencido e morto. Sua família foge para Tekrur, depois funda uma dinastia Soninkê no Futa-Toro.

Sundiata prossegue sua conquista subjugando o Bambuk e o Gangaram; pilha e destrói inteiramente a capital da antiga Gana, em 1240. Assim, o Mali se estabelece definitivamente vencedor e sucessor do Gana.

A morte de Sundiata permanece misteriosa: alguns supõem ter morrido de uma flecha lançada despropositadamente no meio de uma festa, em 1255, outros o fazem parecer de morte natural em Balandugu, às margens do Sankarani, não distante de Nyani.

O cruel Kalifa condenado à morte por seus súditos

Desaparecido Sundiata, seu filho Uali (às vezes chamado Mansa Ulé: o "Negro vermelho"), lhe sucede.

Conhece-se pouco sobre seu reinado. Segundo Makrisi, ele teria sido um dos grandes imperadores do Mali e teria feito uma peregrinação a Meca. Parece manter as conquistas de seu pai, e é a ele, primeiro imperador peregrino da dinastia dos Keita, que se deve fazer remontar a denominação do Mali sobre o Sonrai, o reino de Gao, a leste de Tombuctu.

As tradições orais falam de um reinado brilhante, por comparação, sem dúvida, com a fraqueza e a mediocridade dos que se seguiram. Quando ele morreu em 1270, foi substituído por seu irmão Uali (1270-1274), e este por seu irmão Kalifa.

Fraco de espírito, Kalifa só tinha um prazer: o tiro de arco. Como seu lazer é atirar sobre os transeuntes e, se possível, matá-los, o povo se revolta contra ele. Os oficiais da corte o matam e o substituem por seu sobrinho uterino Abu Bakari em 1275. O império está então em tal estado de fraqueza que alguns historiadores pensam que é neste momento que o Sonrai se liberta do jugo de Mali.

As duas mil canoas de Abu Bakari desaparecem no oceano

O reinado de Abu Bakari se desenrola em um clima de desordens interiores e exteriores.

É assim que um escravo liberto, Sakura, toma o poder em 1285 e o garante até 1300. Restabelece a ordem no interior do país e leva ao exterior expedições vitoriosas contra os "Toucouleur" do Senegal e os Sonrai de Gao. É provável que ele tenha conseguido anexar Djennê.

Sua capital torna-se então um impor-

tante centro comercial onde os comerciantes norte-africanos vêm negociar suas mercadorias. É voltando da peregrinação a Meca que Sakura é morto pelos Danakil etíopes.

Os três príncipes seguintes são Gau (1300-1305), Mamadu (1305-1310) e um novo Abu Bakari (1310-1312). Exceto o fato de que pertencem à dinastia Keita, nada se sabe sobre eles. Só se conhece uma narração a respeito do fim do reino do segundo Abu Bakari. Este relato, escrito por Al-Omari, não faz menção a nenhum outro e nenhuma alusão existe na tradição oral: é um fato que nos obriga a pô-lo em dúvida, mas que em nada diminui a sua singularidade. Eis como Kango Mussa sucede a seu pai Abu Bakari:

“Eu perguntei ao sultão Mussa como chegara ao poder. ‘Nós pertencemos’, disse-me ele, ‘a uma casa onde o poder se transmite por herança. O soberano que me precedeu não quis acreditar que era impossível atingir a extremidade do alto-mar. Quis chegar lá e obstinou-se neste intento. Equipou duzentos navios cheios de homens, e outros, em número equivalente, cheios de ouro, víveres e água em quantidade suficiente para anos. Determinou aos que os comandavam: não voltem senão quando tiverem atingido a extremidade do oceano ou quando se tiverem esgotados seus víveres e sua água. Partiram e sua ausência durou muito tempo sem que qualquer deles

tivesse voltado. Enfim, um único navio reapareceu. Interrogamos o capitão sobre suas aventuras:

— Príncipe, respondeu ele, nós navegamos um longo tempo até o momento em que encontramos, em pleno mar, uma espécie de rio com violenta correnteza. Meu navio vinha por último. Os outros avançavam e, à medida que cada um deles chegava a esse lugar, desaparecia por completo e nós não sabemos o que lhes aconteceu. Eu, voltei atrás e não entrei nessa corrente.

Mas o sultão não quis acreditar nele. Equipou 2.000 embarcações, 1.000 para ele e 1.000 para água e víveres. Confiou-me o poder e partiu com seus companheiros para o oceano; esta foi a última vez que nós os vimos, ele e os outros, e eu fiquei senhor absoluto do império.' ”

À sua passagem Mussa distribui ouro a mãos cheias

O reino de Kango Mussa ou Mussa I é, sem nenhuma dúvida, o maior do Sudão medieval. O império do Mali se estende então do Futa-Djalón, na Guiné, a Agadés no Air, ao sul do Hoggar saariano. Seu flanco setentrional passa por Ualata (ao sudeste da atual Mauritânia), Arauna, Tichit, Tadmekket, Takedda e

Agadés. O grande acontecimento deste reinado é a peregrinação a Meca que o rei empreende em 1324 com um pomposo séquito.

Para aí chegar, Kango Mussa passa por Ualata, Tuat (Adrar) e Cairo. Todas as crônicas árabes falam desta incrível e mirífica peregrinação, onde o rei de Mali distribui mãos cheias de ouro à sua passagem. Estes cronistas descrevem o fausto, a grandeza, a riqueza, a prosperidade de um soberano cujo império está no apogeu. Mas é preciso ver nesta peregrinação algo mais que uma simples demonstração do poder do Mali. A questão religiosa teve um papel preponderante na vida de Mussa I: ele tudo fez para islamizar o Mali ainda sob a influência das práticas animistas.

A piedade do soberano, que o *Tarikh al-Fattah*, a grande crônica sudanesa em árabe, designa como o rei "vitorioso, piedoso e devoto" é igualmente louvada por todos os cronistas muçulmanos. Além disso, é um soberano capaz de mobilizar um exército de 100.000 homens, dos quais 10.000 cavaleiros. Seu império, que se estende do "deserto à floresta", mantém seguidas relações comerciais com o Marrocos e o Egito.

O império de Mali sob Mussa I é pois uma grande potência política e comercial. É também o grande centro da vida intelectual do Sudão ocidental.

O fim trágico do império do Mali

Magan I, filho de Mussa I, sucede a seu pai.

Seu reino é perturbado por um ataque violento e vitorioso dos Mossi que se apoderam de Tombuctu e pilham as regiões vizinhas. É igualmente nessa época que a maior parte dos historiadores coloca a libertação do Sonrai da ocupação do Mali. Vem em seguida o reinado de Suleiman (1314-1360), irmão de Mussa, que mantém estreitas relações com a África setentrional, entra em entendimentos com o sultão de Fez. Ibn Battuta, que visita o Sudão em 1352, é sensibilizado pela ordem, segurança, boa administração das finanças e etiqueta da corte do Mali. Não esconde porém, nem a impopularidade do sultão, nem, sobretudo, sua avareza: Ibn Battuta não conseguiu arrancar deste soberano “a mínima pitada de ouro nem sequer uma insignificante moeda...”

Depois da morte de Suleiman, surgem as intrigas políticas. Seu filho Kassa toma o poder, mas é substituído por seu primo Dari Diata II, filho de Magan, nove meses depois.

O Mali está ameaçado e atacado por todos os lados pelos “Toucouleur” e os Bambara. Suas forças declinam em face da revolta dos Estados que outrora dominava. No século XV, as duas margens do rio são ocupadas até

Nyamina pelos Bambara. Em 1670, Mama Magan, último rei da dinastia Keita, retira-se para Kangaba, possível berço da dinastia.

O *Tariki al-Fattah* oferece-nos um quadro literalmente apocalítico do império Mali:

“A arrogância da gente do Mali, sua turbulência e suas exações tornaram-se tais nos últimos anos de sua dinastia, que Deus os fez perecer castigando-os com Sua própria mão.

Uma manhã, enquanto encontravam-se reunidos no palácio do rei, viram aparecer a milícia celestial sob a forma de jovens ainda adolescentes. Após terem atingido com suas espadas e exterminado quase toda a população, estes mensageiros celestes desapareceram de repente, por obra e graça do Todo-Poderoso, sem que ninguém jamais tenha sabido de onde vieram ou para onde foram.”

O império do Gao



história do império de Gao ou império sonrai é, sem dúvida, uma das mais bem conhecidas do oeste africano. Aqui, as fontes são abundantes: narrações de Ibn Khaldun, de Léon, o Africano, de Usmane dan Fodio, de Mohammed Bello, de El-Mucheli, crônicas sudanesas como o *Tarikh as-Sudan* e o *Tarikh al-Fattah*.

O coração do império sonrai é um território longitudinal que segue mais de 200 quilômetros o curso do Níger, desde Say, ao sul de Niamey, até a região de Ansongo e Gao. Em uma época muito remota, provavelmente

no decorrer da alta Idade Média, elementos de origem do Volta vieram instalar-se nestas margens do Níger oriental. Estes elementos, sólidos cultivadores, encontraram-se em contato com dois povos já instalados na região: os pescadores de Sorko, donos da terra e de alguns canais do rio, e os caçadores Gow.

Estes três povos acabaram por constituir uma única população, que os historiadores designam sob o nome de população sonrai. Entretanto, esta fusão racial não impede a sobrevivência de certas rivalidades entre o povo do Volta, os Sorko e os Gow. E apesar da existência de uma espécie de metrópole representada pela velha cidade de Konkya⁽¹⁾, situada em uma pequena ilha do Níger, e que se torna rapidamente ponto de reunião e centro comercial, não há propriamente um Estado sonrai: as diferentes populações são dirigidas por pequenos chefes locais.

Uma maravilha desconhecida: homens brancos

Uma lenda cerca o nascimento do império sonrai: dois irmãos, Za (ou Dia) el-Ayamen e Fara Maka Batê, teriam vindo livrar os habitantes do rio da presença de um dragão

(1) *Uma lenda africana conta que Konkya era a mais velha cidade do Sudão e que ela já existia na "época dos Faraós".*

mítico ou, segundo uma outra lenda — sem dúvida mais próxima da realidade —, da tirania dos Sorko, que tiveram então de deixar Konkya em 690, aproximadamente, para instalarem-se na região de Gao.

Vejamos porém de mais perto o que dizem exatamente as lendas. Dois forasteiros chegam do deserto pedindo hospitalidade aos habitantes de Konkya. Os recém-chegados estavam em um estado lastimável, sem roupas, morrendo de fome, estafados por uma longa viagem em uma terra desumana. Entretanto, apesar da miséria, seu aspecto enche de admiração os negros que, boquiabertos, contemplavam pela primeira vez esta maravilha desconhecida: homens brancos.

Quem seriam estes estrangeiros? De onde viriam? Da África do Norte ou do Levante? Seriam escravos fugitivos, proscritos, criminosos? Ninguém o sabe. Por que foram aceitos por um povo do qual não conheciam a língua nem os costumes? Não há respostas. Não obstante eles foram acolhidos, alimentados, receberam mulheres e tiveram direito de cidadania no país do Sonrai. Eles foram tão bem assimilados que tiveram rapidamente um papel ativo na vida política do país. O *Tarikh as-Sudan* conta-nos a implantação progressiva destes dois homens, que iriam criar a primeira dinastia dos sonrai, a dinastia dos Dia:

“Za el-Ayamen permaneceu em Konkya,

percebendo que as populações eram pagãs. O demônio se manifestava neles sob a forma de um peixe que, com uma argola no nariz, aparecia acima das águas do rio em certas épocas determinadas. Ele formulava suas ordens e proibições, às quais todo mundo se submetia.

Um dia em que o animal fazia sua aparição, Za lançou-lhe um arpão e o matou graças à ajuda de Deus. Logo o povo prestou obediência a Za el-Ayamen e fez dele o seu rei. Dizem que ele era muçulmano e que seus sucessores abjuraram sua fé, entretanto não sabemos quem foi o primeiro dentre eles a dar o exemplo da apostasia. A posteridade de Za el-Aymen tornou-se excessivamente numerosa. Seus descendentes foram todos homens enérgicos, audaciosos e bravos. Eram, além disso, altos e de forte compleição.”

A dinastia dos Dia

Esta dinastia dos Dia vai reinar durante cinco séculos sobre os Sonrai.

Entre estes e os Sorko, que tentam escapar à sua autoridade, o relacionamento não é dos melhores. Os Sorko, como foi dito, deixam a região de Konkya, subindo o rio para instalar-se em Gao e até nas vizinhanças de Tombuctu. Um núcleo sonrai homogêneo permanece então em Konkya, e Fara Maka Datê,

o irmão de Za el-Ayamen, instala-se na região de Tillabery, ao norte de Niamey.

Segundo os *Tarikh*, 14 Dia sucedem-se em Konkya até o ano 1009 ou 1010, época em que os Dia transferiram a capital do seu Estado para Gao, rechaçando os Sorko para o oeste até Bumba (ou Bamba), Tombuctu, Kabarê e Djennê.

O islamismo na África Negra: uma religião imposta pela força

Estado fraco e sem fronteiras naturais, o Sonrai está aberto a todas as influências como a todos os perigos. Em sua volta produziram-se incessantes movimentos de população. Todavia, vendo sua independência ameaçada pelos povos vizinhos, vê também seu comércio prosperar com estes povos inquietos. Pela forma natural das trocas, o Sonrai recebe modas e culturas estrangeiras que vão pouco a pouco modificar suas estruturas primitivas.

A primeira influência que ele recebe é a dos Mossi, um povo ferozmente independente que ocupa uma parte do Sudão central: o centro e o recôncavo do Níger. Face à vizinhança, os Sonrai têm com os Mossi contatos freqüentes, nem sempre amistosos mas que lhes trazem um verdadeiro reforço de energia.

“Quem diz guerra, diz cativos...” escre-

ve Béraud-Villars em seu *Empire du Gao* (1943). "Assim se produzia um afluxo de sangue puramente negro, bem primitivo e bárbaro, e, por um curioso retorno, cada vitória dos Sonrai sobre as populações negras do sul trazia-lhes uma recrudescência de negritude e de paganismo, freava a influência branca e os reconduzia às suas origens primitivas."

Ao mesmo tempo, uma corrente contrária penetra no Sudão: vinda do norte e do nordeste, esta corrente tende a religar o Sudão à cultura mediterrânea e oriental. Os transtornos trazidos à África do Norte pela conquista do islamismo repercutiram até nos países nigerianos. O Estado sonrai fica, por certo, fora destas agitações políticas, porém o grande fluxo do Islã atinge, quando não a plebe, pelo menos o rei e as classes dirigentes. Por intermédio dos peregrinos, dos viajantes e dos comerciantes, os Sonrai ouvem falar de impérios importantes que se fundam, combatem e se afrontam.

O primeiro Estado do qual eles receberam uma influência direta que lhes trouxe restos de uma cultura negro-berbere, fazendo sonhar com conquistas, e talvez mesmo com um império, foi o grande reino de Gana. Os canoieiros do Níger vêm continuamente espiçar os Sonrai com o fausto da "fabulosa Gana".

Entretanto, sua curiosidade ávida de

novidades vai satisfazer-se talvez mais rápido do que eles pretenderam: a queda do império de Gana sob o golpe dos Almorávidas vai permitir a penetração do Islã em toda parte do Níger, mesmo no país dos Sonrai. Esta religião imposta pela força permite, entretanto, ao Sonrai entrar em contato com a Arábia, a África do Norte, o Egito, a Síria: o povo sonrai cessa de estar isolado em seu canto recuado da África e entra na grande comunidade islâmica.

No século XI, por ocasião da invasão almorávida, o Dia Kossoi abraça o islamismo por medo dos invasores. Certamente o povo em sua maioria permanece animista, os dirigentes, porém, passam ao islamismo; este é talvez um dos fatos mais importantes da história do Sonrai.

Sob a dominação do Mali

Viu-se que o império do Mali sucedeu o de Gana. Sundiata é o dono de todo o antigo território do Gana, triângulo limitado pelo Alto Senegal, o Níger ocidental até Tombuctu e os confins do Saara, ao norte. Os habitantes do Mali querem estender suas possessões. Sem acesso ao centro do recôncavo do Níger, por causa dos Mossi, eles seguem o vale do rio dirigindo-se ao Sonrai.

Em que momento será preciso situar exatamente a conquista do Sonrai pelo Mali? Monteil a situa em 1275 sob o reinado de Abu Bakari; outros historiadores a datam de 1300 sob o reinado de Sakura, enfim outros, como Cornevin, sugerem a data de 1325, época do ostentoso Kongo Mussa. Seja como for, o chefe sonrai Dia Yasibo ou Assibay (o ignorante) reconhece-se vassalo do Mali: pela primeira vez desde o começo de sua história, o pequeno reino sonrai do Níger oriental perde sua independência. Mas esta perda não constitui propriamente uma desvantagem para o Estado sonrai.

Por um lado, este embargo do Mali dura muito pouco tempo (15, 30 ou 50 anos, segundo os historiadores); por outro lado, ele revela aos Dia possibilidades econômicas e políticas que eles jamais haviam suposto. Vão observar de perto como vive um grande império, e aproveitar o curto lapso de tempo de sua dependência para compreenderem a necessidade de ter à frente de seu Estado um soberano prestigioso, de dispor de uma administração central forte e de um exército poderoso. Vão examinar de perto o mecanismo de um império e, como escreve Béraud-Villars, "é muito provavelmente o exemplo do Mali que sugerirá mais tarde a Sonni Ali, depois aos Askia, a idéia de um vasto império, com uma hegemonia nigeriana". Béraud-Villars

vai ainda mais longe em sua análise, acrescentando:

“Pode-se mesmo dizer que no momento de seu maior desenvolvimento, o império sonrai seria o grande império mandinga (ou do Mali) reconstituído.”

Ali Kolen, herói da independência sonrai

Voltando da peregrinação a Meca, Kango Mussa se detém em Gao. Depois do fausto de Medina, de Alexandria e de Kairuan, Mussa acha Gao muito miserável. Decide então deslumbrar os Sonrai fazendo edificar uma mesquita por toda parte onde ele irá fazer a prece das sextas-feiras. É assim que o poeta-arquiteto Es-Saheli edifica em Gao, no centro da cidade, uma magnífica mesquita.

Entretanto, se é preciso seduzir os Sonrai, cumpre também subjugá-los, pois Mussa se encontra diante de um povo que aceita mal sua dominação. O imperador decide, então, levar os dois filhos do rei sonrai Dia Yasibo, Ali Kolen e Sehman Nar, para formá-los em sua escola e transformá-los em fiéis partidários do império.

Este exílio forçado revelar-se-á, de fato, muito proveitoso para os rapazes, porém em um sentido imprevisto. O plano de Mussa

vira-se contra ele. Se Ali Kolen e Sehman Nar participam ativamente das guerras que entretêm o império do Mali, aprendendo a lutar, tornam-se temíveis guerreiros, decidem voltar a seu reino e agir em proveito dele, abandonando o Mali.

O *Tarikh as-Sudan* relata a corajosa fuga dos dois irmãos:

“Depois de ter dado a seus cavalos o melhor alimento fortificante, partiram dirigindo-se ao Sonrai. O sultão do Mali enviou alguns homens em seu encalço com a missão de matá-los. Cada vez que eles se aproximavam na perseguição, os dois irmãos faziam frente ao inimigo e, sempre com vantagem e sem sofrer nenhuma derrota, conseguiram chegar a seu país.”

Estamos em 1335. O Mali tem muitas outras dificuldades pela frente, renunciando a recuperar seu vassalo perdido: o Sonrai está novamente livre. Ali Kolen, libertador da nação, sucede a seu pai: recebe o título de Sonni (chefe ou salvador). Seu irmão Sehman Nar sucede-lhe, por sua vez. A dinastia dos Sonni nasceu como avatar da dos Dia. Ela reinará 200 anos e transformará o pequeno Estado sonrai no grande império de Gao.

Nomes que cheiram a animalismo e a mato

Um século decorrerá entre a independência do Sonrai e o começo de sua expansão, durante o qual os Sonrai ganham forças. O império do Mali continua ameaçador e Gao, livre, procura livrar-se das marcas deixadas pela dominação do Mali, negligenciando os costumes herdados assim como a religião muçulmana, para tornar-se, como o diz Cornevin, "mais primitivo e mais negro". Os reis que sucedem os irmãos libertadores, acrescentam a seus nomes muçulmanos epítetos bárbaros como "pequeno cavalo barbado", ou "panteira-crocodilo", nomes que cheiram a mato e a animalismo.

El-Bekri deixou-nos uma descrição de Gao dessa época:

"Kaukau (é Gao ou, talvez, Konkya) é composta de duas cidades: uma é a residência do rei, a outra é habitada pelos muçulmanos.

Os habitantes vestem-se, como os outros negros, com uma tanga, uma veste de pele... Adoram os ídolos. Quando o rei se senta para comer, bate-se o tambor e os negros põem-se a dançar deixando tremular sua densa cabeleira; ninguém se ocupa de negócios na cidade até que a refeição do soberano tenha terminado.

Quando um novo soberano sobe ao

trono, um emblema, uma espada e um Corão lhe são confiados... O rei professa o islamismo: jamais a autoridade suprema é confiada a alguém que não seja muçulmano. Dizem eles que o nome Kaukau lhe foi dado porque seus tambores fazem ouvir essas palavras bem distintamente."

Outro viajante árabe que conhecemos bem, Ibn Battuta, esteve também em Gao, nessa época.

"Gao", diz-nos ele, "é uma das mais belas cidades dos negros, uma das mais vastas e mais abundantes. Encontra-se aí muito arroz, leite, galinhas e peixes."

A fantástica epopéia de Sonni Ali através do Sudão

Sonni Ali, ilustração da dinastia dos Sonni, consegue, graças à sua audácia, sua coragem, seu talento militar, sua força de persuasão e, também, sua ferocidade, construir um vasto império estendendo-se do Daomé a Segu, sobre o Níger ocidental, 1.500 quilômetros de leste a oeste.

Quando Ali sobe ao trono, o Sonrai é ainda um pequeno Estado, cercado de inimigos: o Mali sempre poderoso, os Tuaregues que conquistaram Tombuctu, os Peuls que se insinuam em toda parte, e, ao sul, uma série

de pequenos Estados indisciplinados e guerreiros. No próprio interior do país, agitações atrapalham o bom andamento do reinado: os chefes sonrai muçulmano procuram tomar o poder e censuram a impiedade do novo soberano. Entretanto, é preciso muito mais para abater o grande Sonni: percebendo a surda decadência do Mali, compreende que para ele é tempo de tomar as rédeas. As crônicas árabes relatam a epopéia fantástica de Sonni Ali através do Sudão.

A primeira grande vitória por Ali em ação é a tomada de Tombuctu. O Tombuctu Koy (Koí), que dirige a cidade sob a tutela dos Tuaregues, o chama em seu auxílio. Ali não se faz esperar. A ocasião é demasiadamente boa: chega em Tombuctu com a velocidade de um raio e toma a cidade em 29 de janeiro de 1468.

“Praticou imensas devastações nesta cidade de grandes”, como se lê no *Tarikh al-Fattah*. “Incendiou-a, arruinou-a e fez perecer um grande número de pessoas.”

Sua segunda vitória é a tomada de Djennê, a sudoeste de Tombuctu, capital de Macina, a grande região lacustre do Níger, depois de sete anos, sete meses e sete dias de cerco, como afirma uma lenda. Diante desta cidade, que potência alguma jamais pôde realmente conquistar, Sonni Ali dá prova de magnanimidade: não há os habituais massacres que seguem toda conquista e Ali chega a

pedir um encontro amistoso com o sultão vencido de Djennê.

Os Peuls, um povo “misterioso e prudente”

Depois de ter estendido seu domínio para o sul, na direção de Daomé, de ter conquistado o Gurmah, ao norte daquele país, e Homberi, no recôncavo do Níger, Sonni Ali não hesita em atacar os Mossi, povo conhecido por sua coragem e apego à liberdade. Ganha uma parte do território de Yatenga dominado pelo rei mossi Nasserê.

Ao término desta série de campanhas vitoriosas, Sonni Ali volta enfim a Gao. Sua trégua, entretanto, durará pouco. Nasserê não aceita sua derrota e lança uma expedição de grande envergadura visando definitivamente o Sonrai. Não é uma mera guerra de pilhagem, mas verdadeiramente uma emigração gigantesca das tribos Mossi, cuja importância Béraud-Villars muito bem ressaltou:

“Com efeito, o movimento levou muitos anos para ser executado e transtornou o Sudão ocidental. As populações enloquecidas agitaram-se em todos os sentidos, como um formigueiro remexido.”

É em 1477 que Nasserê dirige-se para o norte, devastando tudo à sua passagem. No fim de três anos, atinge Qualata, na atual Mau-



Afresco ornando a igreja de Maria em Dabra Seyon, Gorgor, uma das igrejas-rochas da Etiópia de maior fama. Ela é escavada no flanco da montanha. Este santuário é venerado sob o nome de Kidana Mahrat ("Pacto de Misericórdia") que é um vocábulo da Mãe de Deus. *Foto Philippe Aziz*



O rei de Benin era um monarca absoluto vivendo no meio de um harém que contava centenas de esposas. Possuindo por tradição um caráter divino, o rei mandava executar como herético quem quer que ousasse contestar esta verdade. *Foto Philippe Aziz*

ritânia do sudeste, perto da antiga Gana. Nascerê pilha a cidade, extorquindo o país, e retorna em direção do sul, carregado de despojos. Sonni Ali, que não se tinha manifestado até então, aproveita a ocasião, arremessa-se e detém a marcha dos Mossi para o sul.

Eis que um outro perigo, menos violento, menos imediato, porém mais pernicioso, ameaça o império de Sonni Ali: os Peuls, ao mesmo tempo diferentes dos negros e dos nômades brancos saarianos, povo “misterioso e prudente”, vindo do Saara, que lentamente se insinua no país sudanês, tomando pouco a pouco a direção de um grande número de reinos. Ali lança-se a uma verdadeira batalha de extermínio destes invasores silenciosos. O *Tarikh al-Fattah* conta que o soberano sonrai “não tinha inimigos que odiasse tanto quanto os Peuls. Ele não podia ver um Peul que não o matasse (...) Massacrou a tribo dos Peuls Sangare, deixando sobreviver apenas uma fração tão ínfima que a sombra de uma única árvore seria suficiente para abrigá-la inteiramente.”

Os ulemás levantam-se contra Sonni

Todavia, bem mais grave que as guerras das quais ele consegue sair frequentemente vitorioso, como vimos, surge uma dificuldade maior diante de Ali: como unificar um

império que reúne regiões separadas, reinos distantes uns dos outros, sendo alguns (Tombuctu, Djennê e a região lacustre) mais ricos, mais prósperos, mais populosos que Gao, a capital, e que o velho país sonrai propriamente dito? Há ainda, sobretudo, as oposições religiosas que minam o interior do império e que parecem ser as mais difíceis de vencer. Tombuctu e Djennê são cidades inteiramente islamizadas e entre os habitantes das cidades conquistadas e o Sonrai persiste um conflito de religião. Sonni tem contra si os ulemás, doutores da lei muçulmana, os "Santos Homens" como são chamados, que têm uma influência muito grande sobre os povos convertidos. Os pedidos de Sonni Ali para que sirvam ao novo império eles recusam: para eles, Ali é "um estrangeiro, um bárbaro e um herético". El Mucheli, cronista muçulmano, descreve o soberano com os mais negros traços. Sonni Ali, a seus olhos, não tem de muçulmano senão o nome: é um libertino, um opressor, um celerado e um fetichista.

O massacre das virgens

Sobre o caráter sanguinário de Sonni Ali, o *Tarikh al-Fattah*, crônica muçulmana, conta uma anedota particularmente atroz.

Voltando de uma campanha no oeste

de seu império, Sonni Ali retorna a Gao, costeando a margem esquerda do Níger. Chega perto de Tombuctu, mas como detestava a atmosfera desta cidade, decide acampar com seus soldados em Kabara, à beira do rio. É aí que um dos seus oficiais vem lhe falar dos ulemás de Tombuctu.

“Disse Ali: ‘Vá buscar-nos, para passar a noite, trinta virgens, todas filhas de ulemás. Kabara fica a duas léguas de Tombuctu.’

Sicários partiram para lá e, no meio da noite, trinta infelizes foram tiradas de suas casas e levadas a pé em direção do acampamento sonrai. Estas moças viviam no harém e não sabiam andar no deserto. Caminharam empurradas até o momento em que deitaram-se no caminho, incapazes de ir mais longe, recusando-se a continuar.

O fato foi comunicado a Ali. ‘Se elas não podem mais andar, cortem-lhes o pescoço’, disse ele.

Os habitantes de Tombuctu guardaram a recordação deste massacre e chamam ainda o lugar do acontecimento o *Destino das Virgens*.”

Em verdade Sonni Ali é cruel, feroz, obstinado, colérico, herético, mas é também intrépido, corajoso, inteligente. Tem a alma de um construtor de império. Os muçulmanos do Sudão procuraram difamar sua imagem com o objetivo de privá-lo de uma merecida glória.

Perseguiram-no até a morte com seu ódio visceral: Sonni Ali não estagna, durante seu reinado, a progressão do Islã no Sudão ocidental?

A morte de Sonni Ali: versões contraditórias

Correm mil lendas sobre a morte de Sonni Ali, acontecida em 1492.

Não podendo admitir que seu algoz tenha podido morrer senão atingido pela cólera divina, os muçulmanos contam que um ulemá, cuja filha fora raptada por Ali, vem apresentar-lhe suas queixas. Ali, que não era paciente, “jurou que o lançaria no fogo se não saísse imediatamente de sua presença”. O pai ultrajado, pede então a Alá que “mate este ser devasso e perverso. Aquiescendo à prece do ‘santo homem’, Alá faz morrer o cruel imperador dos negros”.

Outra lenda conta que Sonni Ali morreu em campanha, no meio de seus soldados:

“Voltando de sua expedição ao Gurmah, ele foi levado por uma torrente. Seus infantes abriram-lhe o ventre, retiraram as entranhas, encheram a cavidade com mel para que o corpo não se corrompesse.”

A dinastia dos Áskias

A morte do conquistador provoca uma crise dinástica.

Seu filho, Sonni Baro apressa-se em subir ao trono, mas vê levantarem-se contra si uma massa de opositores levados por um antigo capitão de Ali, Mohammed Turi. A que-rela se exaspera e um combate tem lugar em Ankoo, perto de Gao, entre as tropas reais e as tropas rebeldes. O exército real é suplantado. Sonni Baro foge e refugia-se em Ayuru, cidade situada ao sudeste do Sonrai, onde permanecerá até a morte. Mohammed Turi entra vitorioso em Gao, onde funda a dinastia dos Áskias.

Por que este nome? Pretende a lenda que quando as filhas de Turi souberam que ele havia sido proclamado, gritaram: *Áskia!* o que significa em sonrai: "ele não está aqui!" Diz-se ser esta a origem do título que os reis do Sonrai usarão a partir desse momento.

Mohammed Turi, homem com cerca de 50 anos, inteligente e enérgico, toma às mãos o império sonrai, dando-lhe instituições e organizando-o em províncias: Kurmina, Dendi, Bara, Dirma, Bangu, Hombori e Aribinda. Daí em diante, não se fala mais do reino de Sonrai, mas do império do Tekrur.

Mohammed Turi terá mais facilidades que seu antecessor para unificar o império.

Com efeito, as províncias islamizadas do oeste, Tombuctu, Djennê, Kurmina e Macina são rapidamente ganhas pelo novo soberano, que apregoa uma piedade profunda e uma declarada atração pela cultura muçulmana. Os *Tarikhs*, assim, não cessam de elogiá-lo:

“Deus serviu-se dele para fazer cessar as infelicidades dos muçulmanos... Frequentava os doutores, pedia-lhes opinião sobre o que era de seu dever fazer no trato dos negócios do governo.”

A religião muçulmana torna-se, assim, a mais sólida pilastra do império, e os ulemás ou “Santos Homens” tornam-se os mais fiéis servidores do soberano. É certo que todas as populações não se tornaram muçulmanas, porém o áskia tem habilidade suficiente para não ofender seus súditos e permitir-lhes continuarem fetichistas. Ele tem ainda uma idéia, muito inteligente mas um pouco afoita para evitar uma guerra civil entre muçulmanos e pagãos: relata uma tradição que o áskia, para livrar-se dos guerreiros fetichistas, leva-os à guerra e dá um jeito para que os mais turbulentos dentre os descontentes sejam massacrados no campo de batalha.

Sua intolerância religiosa não se manifesta senão a respeito dos judeus, a quem persegue com seu ódio, como Sonni Ali perseguiu os Peuls. Em sua *Description de l'Afrique*, Léon, o Africano, conta que “Áskia Moham-

med era inimigo mortal dos judeus e por nada no mundo deixava-os pôr os pés na cidade; sendo advertido de que mercadores da Barbária tivessem a mínima familiaridade que fosse, ou traficassem com eles, incontinenti fazia confiscar seus bens”.

Um conquistador pouco escrupuloso quanto aos meios

À maneira de seu prestigioso antecessor, Mohammed Turi dedica-se a ampliar as fronteiras do império.

Investe contra o Mali, apoderando-se de sua capital em 1501. Voltando vitorioso ao Sonrai, decide lançar uma verdadeira guerra santa contra os Mossi animistas, estabelecidos a oeste do império. Os cronistas sudaneses narram que “Mohammed Turi matou grande número de homens, devastou os campos, saqueou as habitações e levou as crianças ao cativeiro”.

À leste do Níger, o áskia estende suas conquistas aos Estados Maussa de Gobir, Katsena e Kano; Léon, o Africano narra-nos as terríveis façanhas do áskia. Depois de ter penetrado no reino do Gobir “ele fez o rei morrer, fazendo cortar os testículos de seus filhos para empregá-los como eunucos no serviço de seu palácio. Por este meio apoderou-se deste

reino, nomeando um governador que se empenhou em oprimir o povo”.

Depois de ter assim sujeitado o Gobir, Áskia Mohammed atira-se contra os reis de Zeg-Zeg e de Katsena:

“Dando a impressão”, escreve ainda Léon, o Africano, “de dar-lhes ajuda e socorro contra seus inimigos, Áskia Mohammed, à traição, promove-lhes a morte, apoderando-se por este meio do reino. Cerca de três anos depois, suscitou uma espécie de guerra contra o rei de Kano, de tal maneira, continuando o cerco, que o induziu a conceder por esposa sua filha e deixar-lhe a terça parte de sua renda. Tendo conseguido seu intento, deixou neste reino vários comissários e tesoureiros para arrecadarem sua parte nos impostos e rendimentos provenientes do acordo.”

Quando os 200 filhos do áskia disputam as chaves do reino . . .

Vê-se que o Áskia Mohammed sabe tirar partido de suas conquistas. O temível guerreiro transforma-se num homem avisado na arte de enriquecer seu império em detrimento dos países vencidos.

Após todas essas conquistas, o império sonrai conhece um período de paz e de prosperidade excepcional. Mas é precisamente

durante esse período que os filhos do áskia tentam destronar seu pai e assumir o poder.

Sabe-se que Mohammed Turi teve de suas diferentes mulheres peuls, tuaregues, turcas e (dizem até que européias!) 200 filhos que iriam disputar as chaves do reino.

O primeiro que vai manifestar sua ambição é Mussa, Fari Mondzo Mussa, chefe do Tesouro ou Ministro das Finanças. Chefia um movimento de revolta contra o áskia e reúne uma assembléia de conspiradores em Konkya, enquanto o rei está em Gao. Mohammed sabe do complô e envia ao local seu velho irmão Yahia para que ele tente fazer Mussa voltar à razão. Logo que chega, o emissário do rei é morto. Alguns dias depois, em 26 de agosto de 1528, Mussa dirige-se a Gao, depondo seu pai e fazendo-se proclamar áskia.

Porém, se Mussa é muito ambicioso, seus irmãos não o são menos. Diante das sucessivas revoltas, o usurpador enlouquece, tornando-se cada vez mais sanguinário: ele mata ou prende sem medidas nem discernimento. Os ulemás em vão tentam reconduzi-lo à razão: Mussa não é mais que um louco furioso, sedento de sangue, que seus irmãos julgam mais prudente assassinar.

Morto Mussa, seu primo Mohammed Bankan toma o poder em 1531, mas é um soberano fraco, que acabará por levantar contra si não só os príncipes do reino mas também

a plebe. Após várias campanhas sem êxito, é destronado pelos grandes dignitários do Sonrai, em 1537, e substituído por Ismael, o Piedoso, um dos filhos de Mohammed Turi. Ismael começa por trazer de volta seu velho pai da ilha de Kangaga, no Níger, onde ele estava exilado. Este o investe, então, oficialmente no poder.

“Meu filho Mussa, o celerado”, declara o velho soberano diante do povo reunido, “usurpou-me o poder real e em seguida, Mohammed Bankan o arrebatou a Mussa: ambos foram usurpadores, mas hoje, sou eu mesmo que te invisto da soberania.”

Com este novo soberano e seu irmão Ishaq, que o sucedeu, o Sonrai volta, por um momento, a uma era de paz, depois de dez anos de agitações e de guerras fraticidas.

Novamente o demônio da divisão

Em 1549, o áskia Daud, último filho do velho áskia fundador da dinastia, sobe ao trono e aí permanecerá até 1582:

“Ele teve”, diz o *Tarikh al-Fattah*, “todo o poder e autoridade que pôde desejar. Seu pai, o áskia El-Hadj Mohammed e seus irmãos, tiveram o trabalho de semear para ele, que quando chegou só teve que colher.”

Jovem, Daud havia participado da re-

volta de seus irmãos. Porém, uma vez à frente do reino, soube mostrar um pulso firme e transformar seu império desgastado em um império forte, dinâmico e bem organizado. É o homem “mais notável da dinastia”, escreve o historiador africano Ki-Zerbo, e os muçulmanos do Sonrai praticamente o “canonizaram”.

Se, durante os 30 anos de reinado de Daud, o país prospera, por outro lado, o demônio da divisão torna a introduzir-se no espírito do Estado. Os membros da família real vão, mais uma vez, como na época do Áskia Mohammed, lacerar-se mutuamente para conquistar o país.

No espaço de dez anos, três filhos de Daud sobem sucessivamente ao trono. O primeiro, El-Hadj Mohammed, como seu avô, foi deposto depois de quatro anos de reinado. Os cronistas o descrevem com certa lisonja: “Era um homem bonito, barbudo, elegante, com um porte viril. Ele não teria sido destituído em Bagdá, se lá ocupasse o califado supremo.”

Vem depois seu irmão Mohammed Bano, “o mais inépto” de todos os filhos de Daud: “só se teve desprezo”, escreve Es-Sadi, “por um príncipe cujo reinado foi uma seqüência de calamidade e de penúria”.

Mandou assassinar dois de seus irmãos e viu rapidamente os outros levantarem-se contra ele.

Balama Sadiki: um Catilina sudanês

Balama Sadiki, que foi o chefe desta conspiração, inspira a Béraud-Villars algumas linhas admiráveis:

“A aventura do Balama revoltado ilustra com um resplendor brutal e romanesco os últimos anos da dinastia dos Áskias. Ela nos faz assistir neste longínquo reino negro a uma conspiração — a um golpe — que se desenrola da mesma maneira que todas as empreitadas semelhantes em todos os tempos e em todos os países, com acompanhamento de negociatas, intrigas, traições, imprudências, atos corajosos e altas qualidades desperdiçadas.

Esta sociedade apodrecida, as fracas personalidades iam à mercê da corrente, as mais fortes desenvolviam-se sem medidas em suas violências, seu egoísmo, seus desejos e, também, sua originalidade e seu heroísmo. Numa galeria de caracteres extremamente falhos, a figura deste Catilina sudanês sobressai com particular vigor.”

As intrigas andam depressa: Balama Sadiki procura destronar seu irmão e parece provocá-lo assassinando Alu, o governador de Kabara. Os dois exércitos, real e rebelde, estão mais uma vez prestes a se defrontar. Mas o combate não tem lugar, pois o áskia morre, segundo uns, de congestão, segundo outros, de cólera.

Uma impiedosa repressão

Os príncipes da família real nomearam áskia, então, um outro irmão do defunto: Ishaq, o Zaghrani. Dois exércitos estão novamente face a face: o do novo áskia e o de Balama. Vencido, louco de raiva, Balama tenta assassinar o áskia com suas próprias mãos, porém dois de seus irmãos obrigam-no a fugir, salvando-lhe assim a vida. Começa então uma verdadeira epopéia: Balama, jogado ao léu no Sudão, semeia por toda parte os germes da revolta.

Todos os cronistas sudaneses falam da terrível guerra civil que abala, então, o Estado sonrai. A obra notável de Sonni Ali, de Mohammed Turi e de Daud fissura-se em todos os lados. O país está dividido em dois campos: os partidários do áskia e os de Balama. Gao e o velho Sonrai apoiam o rei; as províncias do Oeste e Tombuctu se revoltam. Entretanto, o novo áskia, Ishaq II dá provas de autoridade necessária para reprimir brutalmente a guerra civil. Com pulso de ferro vai ao encalço dos rebeldes, que são detidos, colocados na prisão, açoitados ou decapitados no meio da multidão. Apesar — ou talvez por causa — de seu gênio impiedoso, esta repressão restabelece a ordem e a segurança no império.

O Sudão, país do ouro, das riquezas exóticas e dos escravos

Esta trégua será de curta duração.

Apenas liberado das agitações internas que o minavam, o império de Gao vê-se ameaçado diretamente por um perigo externo que se anunciava há alguns decênios: os Marroquinos não tardarão em transpor o Saara e invadir as terras de Gao.

“Quando o exército marroquino chegara ao Sudão”, lê-se no *Tarikh al-Fattah*, “havia encontrado um país favorecido por Deus em riqueza e em fertilidade. A paz e a segurança reinavam em toda parte. . . Tudo mudara a partir deste momento: o perigo substituiu a segurança, a miséria, a opulência. Em toda parte as pessoas se entredevoraram.”

Por que o Marrocos decidiu voltar seus olhares e suas aspirações para o Sudão? Bloqueados ao norte pela Reconquista espanhola e a leste pelos Turcos, que acabaram de estabelecer seu protetorado na Argélia, os soberanos saarianos perdem ao mesmo tempo suas fontes de rendas e suas fontes de glória. Daí a idéia de lançar-se à conquista do Sudão, país do ouro, das riquezas exóticas e dos escravos. Segundo um provérbio marroquino, o Sudão “afasta a pobreza como o alcatrão a sarna”.

Porém, para chegar ao Sudão, é preciso atravessar o Saara, tarefa tão difícil que o

objetivo dos Marroquinos é, no princípio, mais modesto: pretenderão ganhar as minas de sal de Teghazza (hoje Terhazza, no noroeste de Taudenni), exploradas pelos áskias no Djuf (Saara central) e que se situam mais ou menos a meio caminho entre o sul marroquino e o Sudão. Por que estas minas de sal? Porque o sal tem o valor do ouro no Sudão; é uma das maiores fontes de renda do país.

A traição de Uld Kirinfil

Assim, de 1550 a 1589, a posse dessas minas foi a origem de conflitos graves e sangüinários entre o sultão marroquino e o áskia. Em 1550, 2.000 Tuaregues enviados pelo áskia, devastam a região do Ued Draa, no sul marroquino; em 1557, os marroquinos atacam a região de Teghazza, massacram o chefe da cidade e um grande número de caravaneiros tuaregues. Sob o reinado do Áskia Daud, as relações parecem melhorar um pouco. Mas, em 1585, o sultão Mulay Ahmad Ech Cherif⁽²⁾, que ocupou em 1581 o Tuat saariano de Adrar e o Gurara vizinho de Timimum, envia uma embaixada ao Sudão. Esta legação tem como missão secreta o reconhecimento do país e o estudo dos meios de penetrar nele. Depois,

(2) *Mulay Ahmad deve a suas campanhas sudanesas os apelidos de Al-Mansur, o Vitorioso, e El-Dehbi, o Dourado.*

ele envia contra o Níger uma guarnição de tropas maghribinas clássicas, 20.000 homens, segundo as estimativas do *Tarikh as-Sudan*.

Mas estas tropas não chegam a atravessar o deserto. Alguns cavaleiros ocupam, então, furtivamente Teghazza: os habitantes se refugiam em Taudenni.

Aproximadamente em 1589, um certo Uld Kirinfil, servo do áskia, foi exilado por seu soberano em Teghazza, recuperada pelos Sudaneses. Ele porém, foge, indo pedir proteção ao sultão Mulay Ahmad, em Marrakech. O príncipe voltava justamente de uma desastrosa campanha contra Fez e tinha necessidade de um feito brilhante para restabelecer seu prestígio. Uld Kirinfil caía a propósito: graças às informações que poderia fornecer, ele ia permitir a conquista do Sudão. Uma vez mais o sultão pede ao áskia que lhe ceda as minas de sal; a resposta do áskia não se faz esperar:

“Ele enviou a Al-Mansur”, precisa o *Tarikh as-Sudan*, “azagaias e duas dessas hastes de ferro que se rebitava nas pernas dos escravos...”

Em 1590, 4.000 homens deixam Marrakech para penetrar no Saara em direção do Níger.

Tropas em grande parte européias

As novas tropas que o sultão lança ao ataque do Sudão são em grande parte européias...

Certamente, aí encontram-se Maghrebianos, mas estes guerreiros robustos, resistentes, são também impulsivos, indisciplinados e sempre prontos a se voltar contra o soberano, não importa quem ele seja. O sultão do Marrocos apelou largamente aos muçulmanos da Espanha, aos escravos cristãos libertos e aos soldados mercenários vindos de países europeus que se alistassem a serviço do exército marroquino. Estes soldados formavam dois corpos: os "Andaluzes", muçulmanos ibéricos mouriscos, fugidos da Espanha no momento da Reconquista ou da revolta de Granada de 1568 a 1571, e os renegados, vindos de todas as nações européias, sobretudo da Espanha, cativos convertidos ao islamismo para salvar a vida, voluntários e aventureiros de toda espécie.

O comando da expedição foi confiado ao Pachá Djuder, um renegado espanhol convertido ao islamismo em circunstâncias bastante obscuras e que se tornou fiel servidor do sultão.

Ao que tudo indica o segredo desta participação européia espanhola está também nas relações muito cordiais que o Marrocos man-

tém, então, com a Espanha de Felipe II, por outro lado a mais avançada e eficaz potência militar de seu tempo. Não se verá o sultão marroquino informar Felipe II dos complôs tramados pelos mouriscos da Espanha contra o rei católico, à mesma época? Daí que a organização e o armamento do exército que conduz Djuder são tipicamente espanhóis. E eles nos são conhecidos graças à narração de um observador que Felipe II mantinha na corte marroquina e que se mostra verdadeiramente bem informado.

Os 8.000 camelos e 1.000 cavalos de carga

A *Relação do anônimo* ⁽³⁾ conta-nos que o pachá comandava “1.000 arcabuzeiros renegados, 1.000 arcabuzeiros andaluzes emigrados do reino da Granada, 500 spahis, que são arcabuzeiros a cavalo, e muitos dos quais também renegados”.

Observamos aqui que os arcabuzes e as tropas de arcabuzeiros haviam sido uma grande especialidade espanhola. O mosquete, aperfeiçoamento do arcabuz e invenção espanhola dos anos de 1520, é chamado no século

(3) O documento chamado *Relação do anônimo* foi descoberto por um erudito espanhol, Marcos Jimenez de la Espada, em 1877, na *Academia de História de Madri*. O coronel de Castries publicou uma tradução da obra na revista *Hesperis* (4.º trimestre de 1923).

XVI “arcabuz de gancho”. Ora, mais adiante a *Relação* falará dos “mosqueteiros”.

“O pachá levou como guarda pessoal 70 cristãos tirados dentre os escravos do rei, armados com escopetas. Ele teria querido 200, pois os mouros não fazem, de bom grado, expedições sem renegados e cristãos, porém o rei não quis dar-lhe maior número.

A estas tropas juntaram-se 1.000 homens para conduzi-rem os cavalos e 600 sapadores. A comitiva era composta de 8.000 camelos e 1.000 cavalos de carga. Estes animais deveriam transportar, além do alimento, a água e as bagagens, 180 tendas, 300 quintais de pólvora, 10 quintais de polvorim (pólvora preta muito fina) servindo para escorvar as armas, 300 quintais de chumbo, armas, ferro, aço, estopa, resina e pez, alcatrão, cordas de linho, pás, picaretas, instrumentos para construir e demolir muros em quantidade abundante, seis pedreiros e alguns pequenos canhões, dos quais dois constituíam a carga de um camelo.”

Assim constituído, e mesmo por seus efetivos, o corpo expedicionário marroquino é semelhante a um *tercio* espanhol. Este primeiro *combat-team* da história, integrando infantaria e cavalaria dotadas de armas de fogo, artilharia, engenhos, equipamento e munições, não tem rival nos campos de batalha, cobrindo-se de glória de Mühlberg a Saint-Quentin e

em Lepante. O grande historiador francês Fernand Braudel observa que o *tercio* traz uma inovação tão importante quanto a que havia feito a falange macedônica e a legião romana.

Os infelizes sonrai verão surgir diante de si o tipo de tropa que vencerá os protestantes alemães e os grandes exércitos francês e turco...

Uma fantástica travessia do deserto

Repetimos que esses fatos participam patentemente das trocas de bons procedimentos usuais entre o Marrocos e a Espanha de Felipe II. O rei de Espanha tem todo interesse em ver afastar-se da proximidade das fronteiras espanholas a elite militar dos Andaluzes mouriscos e dos renegados e também vê-los lançados numa conquista sul-saariana por muito tempo, quando não, para sempre. O sultão marroquino (que por sua vez também teme as ligações dos Andaluzes e renegados com seus turbulentos vizinhos turco-barbarescos da Argélia) tem todo interesse, a fim de realizar seu grande sonho sudanês, em assegurar-se dos conselhos, do abastecimento até mesmo da participação de experts militares espanhóis.

Imaginemos um instante a fantástica e corajosa travessia desses 4.000 homens: 2.000 quilômetros de desertos através dos planal-

tos rochosos do Guir, das dunas do erg Chech, e da imensa depressão do Tanezruft, terror das travessias saarianas por sua extrema aridez:

Um dia do mês de março de 1591, depois de três meses de horizontes sombrios e de dunas exaustivas, os 3.000 sobreviventes do exército do sultão chegam, enfim, às margens do Níger. Travam uma primeira contenda com os exploradores tuaregues e alguns sonrai, começando depois a descer a margem esquerda do Níger. Djuder ordena à suas tropas que tenham prudência, evitando desavenças com os camponeses sonrai, a fim de pouparem refregas inúteis que desgastariam os homens antes dos combates decisivos. A *Relação do anônimo* fala desta atitude cautelosa, dizendo que Djuder reservava “um ótimo tratamento a todos os negros que encontrava na estrada e que o recebiam pacificamente; aos de posição importante, dava roupas de pano e aos outros, bonés coloridos. Havia feito uma proclamação proibindo, sob pena de morte, que se maltratasse qualquer negro não combatente”.

O primeiro combate sério entre Marroquinos e Sonrai teve lugar entre Bamba e Burem, no alto da grande curva do Níger, a meio caminho entre Tombuctu e Gao. A *Relação do anônimo* conta que o exército marroquino “estando acampado uma noite nos bosques situados ao longo do Níger, veio do rio um grande número de negros em canoas. Desembarcan-

do sem serem percebidos, atacaram o acampamento de Duder corajosamente, dando altos gritos e atirando uma enorme quantidade de flechas. Imediatamente os mosqueteiros acorreram e, com algumas salvas, mataram muitos negros fazendo os outros recuarem. Entre os soldados de Djuder houve quatro mortos e oito feridos. As flechas sendo envenenadas, as feridas foram tratadas com licorne e teriaga⁽⁴⁾ e eles foram, assim, postos fora de perigo.

A terrível derrota de Tondibi

O anúncio da invasão marroquina mergulha na desordem o império sonrai mal refeito de suas revoluções, minado pelas intrigas e lutas internas.

Teria sido necessário reagir rapidamente, cortar a estrada aos Marroquinos, bloquear seu passo no Saara, fechando e envenenando os poços, como sugeriu Mohammed Gao, irmão do Áskia Ishaq II. Mas este reagiu muito lentamente, deixando o inimigo descansar antes de atacá-lo. Sua indecisão e lentidão lhe serão fatais.

É em Tondibi, entre Burem e Gao, que

(4) *Panacéia da época: a primeira a base de crifre de licorne, animal fabuloso com um chifre no meio da testa; a segunda compreendendo uns 50 componentes animais, vegetais e minerais.*

se desenrola a batalha decisiva. O grande exército sonrai suporta pela primeira vez o fogo das tropas e armas modernas. Apesar da coragem extraordinária dos soldados do áskia, eles são esmagados pelas tropas de Djuder. "Quando o exército foi derrotado", lê-se no *Tarikh as-Sudan*, "eles jogaram seus broquéis no chão e se agacharam perto, esperando a chegada das tropas que os massacraram nesta posição, sem que opusessem resistência."

Perdida a batalha, o Áskia Ishaq bate em retirada, refugiando-se em Gao. A cidade está numa inextricável desordem: todos os habitantes procuram fugir atravessando o rio. Ishaq faz, então, ao inimigo, proposições de paz: 100.000 peças de ouro e 1.000 escravos. Djuder contenta-se em transmitir a proposta a seu senhor, mas é possível que, sozinho, ele tivesse aceito: seu exército, decepcionado com o país do ouro, exaurido pela travessia do Saara, pelas batalhas e doenças tropicais, está num péssimo estado. O áskia, infelizmente, ignora o fato e não aproveita a ocasião. Ele tem pretensões pacíficas e chega a propor ao Pachá Djuder alcançar Tombuctu, onde o clima é menos doentio!

O áskia é morto numa emboscada preparada pelos Marroquinos

Em 30 de maio de 1591, Djuder está em Tombuctu. Os habitantes acolhem bem sua presença: os comerciantes e os letrados da cidade, todos muçulmanos e freqüentemente de origem árabe ou berbere, sentem mais afinidades com os Marroquinos que com os sudaneses. Estão, porém, amedrontados com os renegados e os Andaluzes, “gente cruel e ávida como as feras da floresta”, diz-nos o *Tarikh al-Fattah*. Djuder instala-se como o senhor no centro da cidade e espera as ordens de seu sultão.

Elas vêm depressa: Al-Mansur, furioso com a oferta do áskia que Djuder ousou transmitir-lhe, demite-o e envia um novo corpo expedicionário conduzido pelo Pachá Mahmud ben Zergun.

Chegando em Tombuctu, este último põe-se à frente do exército — para grande fúria de Djuder! — e marcha sobre Gao. As tropas do áskia dirigem-se a seu encontro. Estamos em 14 de outubro de 1591; é a segunda derrota dos sonrai. O áskia refugia-se em Korai Gurmah, à margem direita do Níger.

Deposto pelos grandes do reino, Ishaq é substituído por seu irmão Mohammed Gao, homem inteligente e decidido, mas que, uma

vez na chefia do país, é a seu turno paralisado pela extensão do perigo.

O novo áskia não permanece por muito tempo à frente do Estado: cai numa armadilha preparada pelos marroquinos e morre “traspassado por 100 facas”.

O Sudão submerso pela barbárie

O êxito dos Marroquinos é fulminante: dois áskias são mortos, o exército sonrai é disperso, as três cidades mais importantes — Tombuctu, Djennê e Gao — são tomadas. Mas as dificuldades vão brevemente acumular-se diante dos vencedores.

Os Sonrai não podem resignar-se. Um dos irmãos áskia assassinado, Nuh, reúne em torno de si o exército real e a população de Gao. Começa então uma guerrilha que vai pouco a pouco esgotar as forças dos Marroquinos. Tombuctu e Djennê revoltam-se por sua vez. O Pachá Mahmud, sempre no encalço de Nuh, é ajudado nas províncias do oeste por dois brilhantes oficiais berberes Mustafá e Mami. Mas que tática empregar para reduzir os sudaneses à impotência?

Mal os Marroquinos conseguem repor a ordem em uma cidade, outra se revolta. Além disso, são incessantemente hostilizados pelos vizinhos turbulentos do Sonrai: os nômades

tuaregues, peuls, os bambara, os mossi, que se lançam em uma verdadeira obra de pilhagem. O Sudão está submerso em uma maré de barbárie.

Para tentar agarrar o Áskia Nuh, o Pachá Mahmud faz construir uma casbá, às margens do Níger, perto de Kolen, em pleno território inimigo. Deixa aí 200 mosqueteiros sob as ordens do jovem caide Ammar. Sitiados pelas tropas de Nuh, esgotados pelas doenças, os soldados marroquinos são compelidos à fuga.

A despeito dos reforços enviados pelo sultão, segundo o *Tarikh al-Fattah*, "soberano ávido, sem o mínimo escrúpulo e com uma perfídia que se estendia a seus próprios filhos", a posição dos Marroquinos é instável: se o exército obtém sucessos locais, ele nada pode contra Nuh. Além disso, está minado interiormente por uma série de intrigas. Com efeito, o Pachá Mahmud não atende mais às ordens do sultão. Djuder procura recuperar seu lugar, e o sultão envia o caide Mansur ao Sudão com a missão de matar Mahmud e ocupar seu lugar.

Por seu lado, o Áskia Seliman, nomeado pelos Marroquinos, apesar da existência de Nuh, revolta-se e Mahmud é morto durante uma expedição.

Pode-se imaginar a insensata desordem na qual sossobrou o Sudão, quando Mansur, o novo pachá, chega a Tombuctu. Melhor sol-

dado que Mahmud, ele inflige a primeira derrota a Nuh, que morre, pouco tempo depois, de uma estranha doença. Teria sido assassinado por Djuder?

Agonia e morte de um império

Entre 1608 e 1612, o sultão envia ao Sudão três pachás: Ammar, Seliman e Mahmud Luko.

Eles têm ordem de pacificar o país e estender as conquistas, mas a tarefa se manifesta impossível, pois os povos do Sudão estão em revolta permanente e os sucessores de Nuh, à frente dos resistentes sonrai, invencidos, ameaçadores, apoiados agora pelos Mossi, permanecem um perigo que os conquistadores jamais poderão eliminar. Os Marroquinos estão a todo instante à beira do desastre. Aliás, pouco a pouco o Marrocos se desinteressa do Sudão, ainda que o sultão alanita Mulay Ismail imponha seu poder no norte do Marrocos e, em parte, sobre os montanheses do Atlas, graças ao exército de escravos negros que ele constituiu (ano 1680).

Brevemente o pequeno Estado militar meio-europeu meio-maghrebiano, perdido no Sudão negro, governa-se sozinho. Durante esses anos em que os conquistadores, abandonados pela mãe-pátria foram entregues à

própria sorte, o país só conheceu intrigas, rebeliões e combates. Os Marroquinos não são mais que uma casta subsistindo, por hábito, em um país hostil. Eles se tornam mais ou menos vassalos dos Tuaregues Ulliminden e dos Bambara de Segu que começaram a invadir o país em 1651-1652. Em 1720, os Tuaregues são donos do norte do recôncavo do Níger. Em 1737, os Marroquinos pagam-lhes um tributo. Em 1770, os Tuaregues instalam-se em Gao. Quanto ao império do Sonrai, ou império de Tekrur, ou ainda império do Gao — seu nome mais conhecido — está morto já há muito tempo.

SEXTA PARTE

O Monomotapa e o Congo Cristão



acabamos de evocar longamente a vida e a morte de Ifê, do Benin, a perpetuidade da Etiópia, como também a vida e a morte dos três impérios que se sucederam no imenso território sudanês: Gana, Mali e Sonrai. Mas o continente negro conheceu muitos outros reinos.

Do Bornu ao Ganda

Primeiramente, há o quarto reino do espaço sudanês, o Kanem-Bornu, desenvolvido

em redor do lago Tchad. Léon, o Africano, que o visitou, relatou-nos, como vimos, as razias de escravos dirigidas pelo “poderosíssimo senhor de Bornu” e descreve suas cidades, seus faustos, seus costumes.

Há ainda, segundo a classificação muito judiciosa adotada pelos autores da *Historie Générale de l'Afrique*, em oito volumes, editada por François Beauval, os reinos próximos a Guiné, sobre os quais fomos muito mal informados até o século XVI; nesta época os viajantes europeus são numerosos neste país. Entre estes reinos, já conhecemos Ifê e Benin, situados a leste. Mais para oeste, entre Volta e Bandama, ou seja, no lugar ocupado atualmente por Gana e Costa do Marfim, os Achanti, povo muito dinâmico e inquieto da floresta guineense, estenderão sua influência num vasto território, sem todavia conseguirem criar uma nação e um Estado centralizado.

No centro da África, em um vasto território, entre os lagos Tanganica, Kivu, Eduardo, Alberto e Vitória — território chamado pelos modernos geógrafos África interlacustre e dominado, em grande parte, pelo numeroso grupo negro oriental de língua bantu — vários reinos nasceram e desenvolveram-se com destinos diversos: o reino de Ruanda, habitado por pastores tutsi, o de Buganda, estabelecido na região do lago Alberto e, enfim, o reino de Ganda, que não ocupa senão um papel muito

modesto durante toda a Idade Média antes de atingir seu apogeu na segunda metade do século XIX.

Os misteriosos Monomotapa e Zimbabwe

Descendo mais ao sul, encontramos nas vastas savanas que margeiam as fronteiras meridionais da floresta equatorial, dois grandes reinos: o Congo e o Monomotapa. Estes dois reinos, escreve Robert Cornevin em sua *Histoire de l'Afrique*, "foram os únicos Estados negros conhecidos pelos europeus entre os séculos XVI e XVIII, antes das grandes explorações do século XIX que permitiram descobrir a existência de reinos negros do lado sahélo-sudanês".

A história do reino ou império do Monomotapa permanece, ainda hoje, misteriosa. Centralizado no planalto rodesiano, estendendo-se em todo o Moçambique interior, ultrapassando Catanga e Angola, este reino, igualmente bantu, deve sua excepcional riqueza à abundância de seus minerais: ouro, cobre, estanho, ferro, abundância que lhe deu seu nome, Monomotapa, significando em bantu "senhor das minas".

Provavelmente, ele foi criado desde o século VII, como indica a data no carbono 14 das pérolas de vidro encontradas nas impo-

nentes ruínas de Zimbabwe (perto do atual Forte Vitória), que parecem ser as da capital. Estas ruínas, que ocupam 30 hectares, abrangem uma muralha, um grande templo elítico de 88 metros de comprimento decorado com asnas, uma torre cônica e uma acrópole fortificada. Os objetos encontrados nas ruínas atestam um importante comércio com os mercadores árabes. Porém nada mais se sabe sobre a organização e a arte do Monomotapa.

Os portugueses aí instalam, desde o século XVI, escritórios comerciais onde trocam seus produtos (tecidos e pérolas) por ouro. Desde o começo do século XVII tentam evangelizar as populações, mas o projeto abrevia-se em razão da xenofobia dos habitantes. Em 1693, o reino foi invadido pelos Changanhire, e os portugueses impõe seu protetorado. Só se redescobrirá Zimbabwe no fim do século XIX.

Afonso I, “o apóstolo do Congo”

Serão igualmente os portugueses que descobrirão, em 1482, o Congo, segundo reino das savanas do sul que se estendem a oeste do atual Congo até o rio Cuango e o porto da atual Angola. A história do Congo medieval é marcada pela personalidade excepcional do Rei Afonso I, o Grande.

Convertido em 1492 pelos missionários portugueses, tendo tido o privilégio, segundo a tradição, de ver a Virgem Maria e São José, animado por uma grande devoção e considerado bom teólogo, Afonso implanta parcialmente o cristianismo no Congo, edifica numerosas igrejas na capital Mbali, que passou a chamar-se São Salvador, com a ajuda de pedreiros e marceneiros enviados pelo Rei Manoel I, de Portugal.

Sobre as excepcionais qualidades deste “apóstolo do Congo”, cuja autoridade é respeitada pelo rei de Portugal, dispomos de numerosos testemunhos deixados pelos capuchinhos e embaixadores portugueses que conviveram com Afonso, o Grande.

Em uma carta dirigida ao rei de Portugal, em 25 de maio de 1516, Rui de Aguiar evoca a erudição e a fé do soberano congolês:

“Quanto às suas qualidades de cristão, sabeí que pela maneira como ele fala não parece um homem mas um anjo que o Senhor enviou a este reino do Congo para convertê-lo; pois eu vos asseguro que é ele que nos instrui e que conhece melhor que nós os Profetas, o Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo, todas as vidas dos santos e todas as coisas de nossa Santa Madre Igreja (...), pois ele não faz outra coisa que estudar e acontece-lhe muitas vezes adormecer sobre os livros, esquecendo freqüentemente de comer e beber

para falar das coisas de Nosso Senhor.”

Um historiador da época, João de Barros, o “Tito-Lívio português”, descreve, por sua vez, Afonso nestes termos:

“Afonso I não somente provou as virtudes de um príncipe cristão, mas representou o papel de um apóstolo, evangelizando e convertendo uma grande parte de seu povo (...) E para melhor exercer este ofício de pregador, aprendeu a ler nossa língua; estudava a vida de Cristo e seus Evangelhos, as vidas dos Santos e outras doutrinas católicas que podia aprender com a ajuda de nossos padres e explicava tudo isso a este povo bárbaro. Enviou também a Portugal seus filhos, netos, sobrinhos e alguns jovens nobres para aprenderem aí a ler, não somente o português mas também o latim e os textos sagrados.”

Para converter e evangelizar, Afonso emprega às vezes meios menos irenistas. Em uma carta endereçada ao rei de Portugal — redigida em latim, como todas as outras cartas de Afonso ao monarca de Lisboa — e datada de 5 de outubro de 1514, pede que lhe enviem “algumas bombardas e outras armas de fogo para poder queimar uma grande casa de ídolos... pois se ela fosse queimada sem a ajuda dos cristãos portugueses, ele correria o risco de perder a vida”. Não tendo as armas chegado a tempo, precisa o soberano congolês em uma carta posterior, ele teve que queimar

a casa “o mais secretamente possível”. O ligeiro incidente prova que os pagãos são ainda numerosos no Congo, apesar dos esforços do rei.

“É pelo trabalho que se atinge o reino dos céus”

Em todo caso, profunda e sinceramente cristão, muito ligado aos valores da civilização europeia, Afonso procura manter as melhores relações possíveis com os portugueses. Por outro lado, espera, graças à ajuda destes, elevar o nível intelectual e econômico do seu país.

É nesse espírito que o soberano decide construir uma escola onde serão instruídos 400 jovens. O ensino será garantido por quatro padres portugueses. Porém, estes se recusam a permanecer por maior tempo no Congo, exigindo brevemente serem repatriados. A situação é igualmente difícil em Portugal para os jovens príncipes negros enviados a Lisboa. Em uma carta dirigida ao rei do Congo, o soberano português se queixa da indisciplina e falta de interesse deles pelo trabalho. Em sua resposta datada de 27 de maio de 1517, Afonso mostra-se muito entristecido com a atitude dos membros de sua família, recomendando: “Eles podem ser castigados e corrigidos pois é pelo trabalho que se atinge o reino dos

céus." Entretanto, todos estes pequenos problemas são resolvidos depois que Henrique, filho de Afonso, torna-se bispo de São Salvador. Em 1529, o rei de Portugal declara que se encarregará da educação de 12 rapazes do Congo. Segundo um historiador da época, o erasmiano Damião de Góis, "muitos estudantes congolese saíram letrados dos conventos e das casas de pessoas sábias e piedosas encarregadas de sua instrução e de tal maneira, que fizeram, em seguida, um trabalho muito fecundo em seu país pregando a fé católica".

O triste fim de Afonso I

Após 30 anos de reformas e trocas com os europeus, o saldo será positivo para o Congo e os congolese?

No que concerne à ajuda técnica e material pedida por Afonso a seu "irmão" de Portugal — é assim que em suas cartas ele chama o soberano — o saldo é escasso: os poucos pedreiros, telheiros e sapateiros enviados ao Congo se reconverteram no comércio dos escravos. As cartas de Afonso mostram-no chocado pelo "comportamento interessado, desenvolto e insolente" dos portugueses residentes no país.

A mesma coisa acontece no domínio da

religião. A atitude dos europeus para com os negros muda completamente no decorrer do século XVI. Não confiam mais na evangelização dos negros pelos próprios negros.

Uma carta endereçada ao rei de Portugal afirma que os congolezes “se bem que dóceis, têm necessidade de submeter-se a uma autoridade para serem bem convertidos, pois, sem submissão, nem eles nem povo bárbaro algum pode, por mais bem intencionado que seja, guardar sua fé: é o que se vê no Congo, onde o cristianismo foi tão mal interpretado”.

O desprezo demonstrado cada vez mais abertamente pelos portugueses para com os negros, faz Afonso, já velho, compreender que Lisboa e seu “irmão” o esqueceram. Em dezembro de 1540, ele chegará a ser vítima de uma tentativa de assassinato por alguns portugueses “unicamente”, escreve o pobre rei a 17 de dezembro de 1540, “para que eu morra e eles possam impor um rei por eles escolhido”. Nos três últimos anos de seu reinado, Afonso vê, assim, instalar-se a suspeição e a desconfiança entre os portugueses e seu povo. Morrerá em 1543, deixando um reino à beira da crise.

Os canibais devastam o Congo

A crise irrompe por ocasião da eleição do sucessor de Afonso ao trono: os portugueses são expulsos de São Salvador por Diogo, filho de Afonso.

De 1543 a 1641, vários soberanos vão suceder-se, cada um mais insignificante que o outro. Alguns reinam apenas dois ou três anos, outros, um pouco mais, porém nenhum terá a envergadura de um grande monarca. E contudo teria sido necessário, ao Congo, soberanos à altura de sua função nesse século cheio de agitações e mutações.

Eis que o Congo, de 1561 a 1572, vai sofrer repetidos ataques de seus adversários africanos. Em 1568, o país é devastado pelos Jaga, uma tribo canibal nômade e originária do além-Cuango. Os invasores destroem São Salvador e expulsam a família real. Entretanto, três anos mais tarde, em 1571, um corpo expedicionário português de 600 homens derrota os Jaga repondo no trono o legítimo soberano, Álvaro I.

Em 1575, conquistadores portugueses instalam-se em São Paulo de Luanda, no extremo sul do reino do Congo, em Angola. Este fato poderia parecer insignificante, mas na realidade ele se reveste de uma importância capital, pois estes invasores não cessarão de conquistar, pura e simplesmente, o Con-

go. Eles constituem, conseqüentemente, uma ameaça perpétua para o reino, já arruinado pelas revoltas das províncias e pela instabilidade política. Aproveitando esta situação confusa, a província de Soyo conquista sua independência em 1636. Seu governador arroga-se o título de Conde de Soyo reservando-se o direito de participar da eleição do rei do Congo.

O fim de um grande reino

Entretanto, desde 1602, os holandeses haviam começado a navegar no Congo e a fazer concorrência aos portugueses. Estes respondem denunciando os holandeses como heréticos. Indiferentes a estas considerações teológicas, os congoleses aproveitam as rivalidades dos brancos para obterem vantagens comerciais.

Porém, o desejo de independência dos Congolese e suas relações com os holandeses exasperam os conquistadores de São Paulo de Luanda. Estes preparam uma intervenção militar que lhes permitiria apoderar-se do Congo e, sobretudo, das minas de cobre exploradas em Bembe. Chegam a cogitar de uma aliança com os Jaga. Mas, em 1641, no momento em que os conquistadores vão invadir o Congo, os holandeses intervêm: ocupam São Paulo de Luanda, e, durante sete anos, mantêm em

estado de sítio os portugueses de Angola.

Além das rivalidades que os europeus opõem entre si, acrescentam-se as desordens internas, as lutas incessantes entre as diferentes etnias que habitam o Congo: desmembrado em várias províncias, o reino definha lentamente. Em 1641, a ascensão ao trono de Garcia II, o maior soberano congolês depois de Afonso, não oferece senão uma curta trégua antes do naufrágio total. . .

No século XIX, impérios trazidos pelos brancos

No Congo, como aliás em toda a África negra, a grande onda européia que recobrirá o continente no fim do século XIX não encontrará mais diante de si (excetuando a Etiópia) senão um aglomerado de circunscrições militares. Apenas algumas brasas dos antigos impérios queimarão, tal como no Benin, às vezes furtivamente reanimadas, por alguns chefes militares como El-Hadj Omar e Ahmadu no antigo império do Mali; Samory, próximo a Guiné; Rabah, sempre mercador de escravos no antigo Kanem-Bornu; Tchaka, o chefe zulu, ao sul do antigo Monomotapa. A África Negra, tendo deixado periclitar seus impérios, receberá outros novos, transição para um novo surgimento do imperialismo branco.



ÍNDICE

PRIMEIRA PARTE

<i>As origens da história africana</i>	9
--	---

SEGUNDA PARTE

<i>Ifê: a mais misteriosa civilização africana</i> . . .	39
--	----

I — Uma arte surgida do nada	41
II — O reino de Ifê entre o mito e a realidade	71
III — Uma Atlântida africana desaparecida	101

TERCEIRA PARTE

<i>O enigmático império do Benin</i>	117
--	-----

I — Uma civilização artisticamente brilhante	119
II — A arte do Benin: um falso mistério . . .	133
III — As origens míticas do rei do Benin	151

QUARTA PARTE

<i>Nas pegadas de Preste João</i>	183
---	-----

I — Entre a cruz do Cristo e o crescente do Islã	185
II — Uma arte única no mundo	211
III — As mil maravilhas de Lalibala	227

QUINTA PARTE

<i>Os três impérios do Sudão</i>	239
--	-----

I — O opulento império de Gana	241
II — O império do Mali	251
III — O império do Gao	269

SEXTA PARTE

<i>O Monomotapa e o Congo cristão</i>	313
---	-----